

## ANAIS DE EVENTO

### **I Congresso de Medicina e Saúde Pública do Tocantins e IV Jornada Acadêmica de Medicina (COMESP)**

16 a 18 de outubro de 2025

O I Congresso de Medicina e Saúde Pública do Tocantins e IV Jornada Acadêmica de Medicina (COMESP), evento inserido na área de Ciências da Saúde, foi promovido pelo Centro Acadêmico de Medicina Dr. Neilton Araújo de Oliveira (CAMED) da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), com o objetivo de promover a integração entre estudantes, pesquisadores e profissionais, estimulando a atualização científica e o desenvolvimento de competências essenciais.

Realizado entre os dias 16 e 18 de outubro de 2025, em Augustinópolis (TO), nas instalações da UNITINS e do Complexo de Ciências da Saúde (CCS), o evento teve como público-alvo acadêmicos de Medicina, Enfermagem e profissionais da área, reunindo 265 inscritos e contando com a apresentação de 78 trabalhos científicos, além de debater temas relevantes para a formação médica e o Sistema Único de Saúde (SUS). Como resultado, o congresso proporcionou significativo fortalecimento da formação acadêmica e integração interinstitucional, gerando impacto social ao incentivar o raciocínio crítico e a qualificação profissional na região.

Por fim, a organização registra seu agradecimento à UNITINS pelo apoio institucional, aos patrocinadores pela confiança e ao professor Francisco Dimitre, cuja orientação e dedicação foram decisivas para o êxito do evento.

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Prof. Dr. Francisco Dimitre Rodrigo  
Pereira Santos**

Presidente do Evento  
Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: francisco.dr@unitins.br



Copyright: © 2025. This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

### A importância do aleitamento materno para a mãe e para o bebê

Maria Júlia Martins Mendes Ribeiro<sup>1</sup>; Anna Luyza de Azevedo Coelho<sup>1</sup>; Kamilly Luz Dourado<sup>1</sup>; Lídia Helena César dos Santos Ferreira<sup>1</sup>; Maria Luiza Alencar Lima<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: juliamartins@unitins.br

O aleitamento materno é a forma mais completa e natural de nutrir bebês, fornecendo todos os nutrientes, vitaminas e anticorpos essenciais para um desenvolvimento saudável. Além disso, ele oferece benefícios significativos para a mãe. Destacar a importância do aleitamento materno para a saúde integral das mães e dos bebês. Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa de abordagem qualitativa. As buscas foram realizadas na base de dados PubMed, utilizando os termos: "Benefícios", "Aleitamento Materno", "Criança" e "Mãe". Com a aplicação de filtros, obteve-se artigos gratuitos com texto completo disponível, publicados entre 2020 e 2025. A amostra final foi composta por cinco artigos científicos. Para o bebê, o aleitamento materno reduz o risco de doenças, melhora o desenvolvimento cognitivo e fortalece o vínculo afetivo. Para a mãe, auxilia na recuperação pós-parto, diminui o risco de câncer de mama e de ovário e ajuda na perda de peso. Recomenda-se o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e em seguida a amamentação deve continuar de forma complementar a uma alimentação saudável, idealmente até os dois anos ou mais, para garantir o desenvolvimento e a imunidade da criança. O aleitamento materno é uma prática crucial que impacta de forma holística a saúde e o desenvolvimento do bebê e da mãe. Os benefícios citados tornam a prática um pilar fundamental da saúde pública.

**Palavras-chave:** Aleitamento materno. Benefícios. relação mãe-filho.

**Ensino de embriologia com modelos tridimensionais: relato de experiência**

Melissa Gomes Ferreira<sup>1</sup>; Beatriz Sousa Neves<sup>1</sup>; Maria Eduarda Santos Linhares<sup>1</sup>; Eduardo Ribeiro da Luz<sup>1</sup>;  
Lunalva Aurelio Pedroso Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: gomesmelissa@unitins.br

A embriologia estuda o desenvolvimento humano desde a fecundação até o nascimento, sendo essencial para a formação em saúde e orientação de gestantes. Nesse contexto, a construção de maquetes constitui um recurso pedagógico relevante, pois envolve ativamente o estudante e permite a reprodução tridimensional de estruturas, oferecendo compreensão prática. Este trabalho teve como objetivo relatar uma experiência de aprendizagem na disciplina de Embriologia do curso de Medicina da Universidade Estadual do Tocantins, por meio da construção de maquetes demonstrando as fases do desenvolvimento embrionário. Foram utilizados isopor e EVA como base em relevo do útero, desenhos impressos para os ovários e esferas cortadas representando da fecundação à 2ª semana; para a 3ª à 9ª semana, adotou-se escala real em milímetros, finalizando com pintura rosa. Foram confeccionadas duas maquetes: a primeira retratou a 1ª e 2ª semanas, evidenciando fecundação e implantação, e a segunda, da 3ª à 9ª semana, mostrando o desenvolvimento embrionário. Os modelos foram apresentados aos colegas, favorecendo compreensão e aprofundamento do conteúdo. Conclui-se, portanto, que a atividade proporcionou aprendizado visual e objetivo, ampliou a compreensão das estruturas embrionárias em 3D e mostrou-se eficaz para assimilação de conceitos científicos, estimulando criatividade, cooperação e interesse pelo conteúdo, constituindo uma estratégia promissora para o ensino de embriologia em cursos da área da saúde.

**Palavras-chave:** Educação em saúde. Modelagem didática. Metodologias inovadoras.

**Inovação no ensino de anatomia humana: construção de modelos anatômicos como ferramenta de aprendizado e avaliação**

Beatriz Sousa Neves<sup>1</sup>; Melissa Gomes Ferreira<sup>1</sup>; Maria Eduarda Santos Linhares<sup>1</sup>; Frans Eberth Costa Andrade<sup>1</sup>; Sylla Figueredo da Silva<sup>1</sup>; Rodrigo Carvalho Lemgruber<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: beatrizsousa@unitins.br

O estudo da anatomia requer memorização, percepção espacial e sensibilidade tátil, e a construção de modelos anatômicos pode facilitar esse aprendizado de forma significativa. Dessa forma, este trabalho descreve a criação de modelos do sacro, cóccix e vértebras lombares (L1, L3 e L5), aproximando o conhecimento teórico da realidade tridimensional e favorecendo a prática. Para a confecção, foram utilizados materiais acessíveis, como biscoito, isopor, papelão, fita crepe e papel machê, aliando baixo custo à fidelidade anatômica. Os corpos vertebrais, processos espinhosos e transversos foram modelados com biscoito e fixados sobre base de isopor, garantindo estabilidade e detalhamento adequado. O sacro e o cóccix foram produzidos em papel machê, estruturados com papelão e modelados a partir de desenhos anatômicos anteriores e laterais, permitindo observação precisa das estruturas. Os modelos foram disponibilizados no laboratório de anatomia e empregados durante a preparação para provas práticas, demonstrando seu valor pedagógico. A experiência mostrou que iniciativas simples podem tornar o ensino mais concreto, colaborativo e acessível, além de possibilitar a reutilização por futuras turmas. Mais do que reproduzir estruturas, esses modelos estimulam a curiosidade e o interesse dos estudantes, tornando a aprendizagem mais interativa e efetiva, aproximando teoria e prática de forma significativa.

**Palavras-chave:** vértebras lombares. Sacro. Cóccix. Modelos anatômicos. aprendizado ativo.

**Relato de experiência: construção de modelo anatômico da aorta torácica utilizando biscoit**

Beatriz Souza Neves<sup>1</sup>; Eduardo Ribeiro da Luz<sup>1</sup>; Gabriel Rodrigues Costa<sup>1</sup>; Matheus Lima Nascimento<sup>1</sup>; Grazielle Apolinário de Andrade<sup>1</sup>; Sylla Figueredo da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: beatrizsousa@unitins.br

O estudo anatômico é a base do curso de medicina, e o sistema cardiovascular se destaca pela complexidade morfológica e funcional de seus vasos, especialmente a aorta, o maior vaso do corpo humano. Nesse contexto, propôs-se aos discentes da disciplina de Anatomia Humana II a elaboração de um modelo anatômico da aorta torácica, confeccionado com materiais moldáveis, como o biscoit. O propósito do trabalho é ser uma forma ativa de estudo e incentivar o desenvolvimento das nossas habilidades motoras e cognitivas ligadas à forma estrutural da aorta torácica. Dessa forma, a modelagem iniciou-se pelo estudo teórico, seguido, pela escolha dos materiais: biscoit, rolo, água, pincel, estilete e tinta. A massa foi inicialmente separada com estilete, em seguida sovada com o auxílio de um rolo e moldada até adquirir a forma tubular, com aproximadamente 30 centímetros de comprimento e 2 centímetros de diâmetro. A estrutura foi curvada de modo a representar a posição anatômica da aorta torácica e, posteriormente, foram adicionados os vasos que dela se originam, como as artérias intercostais posteriores. Por fim, o modelo foi pintado de vermelho para melhor acabamento. Logo, o uso do biscoit possibilitou uma moldagem precisa e transformou o estudo em uma experiência prática, ao mesmo tempo em que estimulou a coordenação motora, o raciocínio espacial e a compreensão tridimensional da aorta e de seus ramos, consolidando de forma mais efetiva o aprendizado teórico.

**Palavras-chave:** Anatomia humana. Sistema cardiovascular. Modelagem anatômica. Materiais didáticos.

## **Meditação como Ferramenta para Promoção do Bem-Estar Mental em Serviços Públicos de Saúde: Revisão de Literatura**

Ana Mendes Chiovetti Padovan<sup>1</sup>; Anna Bárbara Cossetin Gaia<sup>1</sup>; Yasmin Leite da Costa Lima<sup>1</sup>; Talícia Maria Alves Benício<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: anamendes@unitins.br

Integrada às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) do SUS, a meditação é, em sua essência, uma técnica de autorregulação mental. Ela promove atenção e foco, favorece a percepção do presente e, ao reduzir estresse e ansiedade, viabiliza o bem-estar da população. O objetivo desta revisão é analisar a meditação na promoção do bem-estar mental em contextos de saúde pública comunitária. Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando os descritores em português e inglês: "meditação" AND "saúde mental" AND "mindfulness" AND "terapias complementares", nas bases PubMed e SciELO. De 132 artigos (2019–2025), 12 foram incluídos (experimentais e observacionais, com pré e pós-teste). Os resultados destacam sua eficácia contra ansiedade, depressão e estresse: a melhora na ansiedade e no estresse foi relatada em 8 estudos, e 5 apontaram benefícios na depressão. A população estudada incluiu predominantemente adultos e jovens adultos (8 estudos), além de estudantes (3) e idosos (1). Os achados indicam que a meditação mindfulness (MM) fortalece autocuidado, atenção plena e foco, reduzindo transtornos psicológicos em diferentes idades. Associada a tratamentos convencionais, favorece o cuidado humanizado, integral e acessível na Atenção Primária. Conclui-se que a meditação, sobretudo a MM, é eficaz na saúde mental, mas enfrenta desafios de recursos, capacitação e integração à lógica biomédica.

**Palavras-chave:** atenção plena. terapias complementares. saúde mental. redução do estresse baseada em mindfulness. ansiedade.

**Da prevenção ao acompanhamento: o cuidado integral do câncer de colo uterino na Atenção Primária**

Aysha Lohanne da Silva Rodrigues<sup>1</sup>; Maria Vitória Silva Feitosa<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: ayshalohanne@unitins.br

O câncer do colo do útero (CCU) é uma das neoplasias de maior incidência e mortalidade entre mulheres, especialmente em países em desenvolvimento. Por estar fortemente associado à infecção pelo HPV, trata-se de uma condição amplamente prevenível quando há adoção de estratégias eficazes. Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS) destaca-se como eixo central da linha de cuidado, atuando como porta de entrada do sistema e coordenadora de um cuidado contínuo. Este estudo analisou o papel da APS na integração das ações voltadas ao controle do CCU. Realizaram-se buscas nas bases SciELO e PubMed, utilizando os descritores "Uterine Cervical Neoplasms" e "Primary Health Care", incluindo artigos publicados entre 2021 e 2025. Observou-se que a APS exerce função essencial desde a prevenção até o acompanhamento paliativo, favorecendo o acesso ao rastreamento e à educação em saúde, sobretudo entre populações vulneráveis. As equipes das unidades básicas identificam com maior precisão mulheres na faixa etária recomendada para o rastreamento e aquelas com fatores de risco, além de promoverem a vacinação contra o HPV e a realização periódica de exames. Dessa forma, o fortalecimento da APS é determinante para o sucesso das ações de controle do CCU, assegurando cuidado integral, longitudinal e acessível no Sistema Único de Saúde.

**Palavras-chave:** Atenção básica. Saúde da mulher. Assistência integral.

**“Pulmão de pipoca”: os riscos ocultos dos cigarros eletrônicos na saúde respiratória**

Ayshah Lohanne da Silva Rodrigues<sup>1</sup>; Luiza Souto Alves<sup>1</sup>; Maria Vitória Silva Feitosa<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedrosa Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: ayshalohanne@unitins.br

O uso crescente de cigarros eletrônicos, especialmente entre adolescentes, é impulsionado pela percepção de que representam uma alternativa segura ao tabaco. Entretanto, evidências apontam que esses dispositivos podem liberar substâncias tóxicas, como diacetil, associadas ao desenvolvimento da bronquiolite obliterante (BO). A BO é uma inflamação que causa fibrose dos bronquíolos e limitação irreversível do fluxo de ar nos pulmões. Analisar a relação entre o uso de cigarros eletrônicos e o risco de desenvolvimento da BO. Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO e PubMed, utilizando os descritores “vaping”, “diacetyl” e “bronchiolitis obliterans”. Foram incluídos artigos publicados entre 2021 e 2025. Embora considerados uma alternativa menos nociva ao tabaco, os cigarros eletrônicos estão associados a sintomas respiratórios persistentes (tosse crônica, dispneia, chiado). A exposição aos aditivos de sabor em e-líquidos resulta em redução da viabilidade celular, aumento da apoptose e comprometimento na formação de tubos. A inalação de diacetil correlaciona-se com anormalidades na espirometria (diminuição do volume expiratório forçado no primeiro segundo) e está relacionada à BO. O uso de cigarros eletrônicos tem sido associado a danos à saúde, principalmente riscos pulmonares de curto e longo prazo. Embora alguns estudos sugiram menor risco em comparação com os cigarros combustíveis, outros estudos relatam níveis comparáveis de comprometimento respiratório.

**Palavras-chave:** Cigarro eletrônico. Diacetil. Bronquiolite obliterante. Saúde respiratória.



### Limitações da mamografia na detecção do câncer de mama em mulheres

Ana Luísa Matos da Silva<sup>1</sup>; Bruna Queiroz Mello Aboim<sup>1</sup>; Daniele dos Santos Feitosa<sup>1</sup>; Thomas Canêdo Pessôa<sup>1</sup>; Naara Rayane Moura Cutrim<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: anamatos@unitins.br

A mamografia é o principal exame de rastreamento do câncer de mama e tem um papel fundamental na redução da mortalidade através do diagnóstico precoce. Contudo, este exame de eficácia comprovada possui limitações técnicas e clínicas que afetam sua sensibilidade e especificidade. Trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir de buscas nas plataformas PUBMED e LILACS, com os DeCS "Mamografia" e "Limitações", baseada em artigos dos últimos 5 anos. Os resultados apontaram que a sensibilidade é menor em mulheres com mamas densas, obesidade, diabetes e idosas. Outras dificuldades incluem a detecção de tumores pequenos ou profundos, a avaliação da extensão tumoral e a caracterização precisa de lesões de baixo grau nuclear. Além disso, há limitações relacionadas à qualidade da leitura entre diferentes profissionais, a exposição cumulativa à radiação e o risco de resultados falso-negativos (que atrasam o diagnóstico) e falso-positivos (que causam ansiedade e procedimentos desnecessários). Esses fatores reforçam que, embora seja uma ferramenta vital, a mamografia não deve ser vista como um exame isolado ou perfeito. A conclusão é que, apesar de suas limitações, a mamografia permanece a principal ferramenta de rastreamento populacional. Seu uso deve ser complementado com outros métodos diagnósticos quando necessário e sempre acompanhado de consentimento informado e orientações claras às mulheres sobre os benefícios e as restrições do exame.

**Palavras-chave:** Rastreamento. Saúde da mulher. Exame de imagem.

**Análise comparativa da hanseníase em indígenas do Tocantins pré e pós-pandemia (2017–2024)**

Maria Eduarda Santos Linhares<sup>1</sup>; João Victor Pilati Gomes<sup>1</sup>; Kauê Soares Marinho<sup>1</sup>; Lucas Aires Rodrigues Toledo<sup>1</sup>; Wyllyane Rayana Chaves Carvalho<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: santosmaria@unitins.br

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica e negligenciada, associada às desigualdades sociais, que afeta populações indígenas. Causada pelo *Mycobacterium leprae*, sua transmissão ocorre por contato próximo e prolongado. Durante a pandemia de COVID-19, o estudo epidemiológico da hanseníase foi impactado, ampliando o subdiagnóstico em grupos vulneráveis. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a prevalência da hanseníase em indígenas no estado do Tocantins nos períodos pré e pós-pandemia de SARS-CoV-2 (2017–2019 e 2020–2024), utilizando dados secundários do DATASUS, por meio do sistema TABNET, considerando variáveis de período, delimitação geográfica e recorte étnico-racial. Entre 2017 e 2024, foram diagnosticados 116 casos em indígenas, com média anual de 14,5 casos; no pré-pandemia registraram-se 72, enquanto no pós-pandemia houve redução para 44. Comparativamente, o total de casos no Tocantins foi maior, com pico de 2.072 em 2018 e queda para 1.140 em 2024. Dessa forma, a prevalência indígena acompanhou a tendência estadual, com pico possivelmente relacionado à ampliação da busca ativa, e queda pós-pandemia provavelmente associada ao subdiagnóstico e à redução das ações de vigilância. Conclui-se, portanto, que a hanseníase permanece um desafio à saúde pública no Brasil e que a redução nos diagnósticos não necessariamente indica queda real da incidência, mas limitações impostas pela pandemia às estratégias de detecção da doença.

**Palavras-chave:** COVID-19. Doença de Hansen. Epidemiologia. Saúde de Povos Indígenas.

**Relato de experiência: construção de modelo anatômico do segmento sacrococcígeo**

Jennifer Daiane Silva<sup>1</sup>; Eduardo Ribeiro<sup>1</sup>; Kelvyn Ágape Vilanova<sup>1</sup>; Danyelle Sales<sup>1</sup>; Gabriel Rodrigues Costa<sup>1</sup>;  
Frans Eberth Costa Andrade<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: jenniferdaiane@unitins.br

O estudo do corpo humano teve início no Egito e foi marcado por todo um contexto espiritual e social, pois muitas culturas consideram o corpo sagrado. Diante desse contexto, percebe-se que apesar do grande avanço dos estudos da morfologia humana, é uma área difícil de ser estudada devido a necessidade de manipulação do cadáver. Com isso, existe a necessidade de buscar meios complementares para o estudo da anatomia, justificando a produção de peças sintéticas pelos alunos do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Tocantins. Assim, o relato tem como objetivo documentar a experiência vivenciada pelos acadêmicos na elaboração do segmento Sacrococcígeo. Assim sendo, a modelagem iniciou-se pelo estudo da teoria, seguido pela escolha dos materiais: biscuit, água e estilete. A massa foi separada com estilete e manipulada para formar a base do formato triangular da peça, que posteriormente foi lapidada e detalhada de forma a ressaltar os principais acidentes ósseos da modelo. Considerando a peça biológica, os resultados foram positivos com os acadêmicos de medicina conseguindo concluir a peça sintética com notável similaridade com a peça orgânica, ressaltando elementos ósseos como as cristas sacrais. Portanto, a confecção do modelo, destacou não apenas a capacidade de reproduzir com fidelidade características anatômicas importantes, mas também a viabilidade dessa abordagem para o ensino prático da anatomia, auxiliando a formação do profissional médico.

**Palavras-chave:** Modelos Anatômicos. Anatomia. Região Sacrococcígea.

**Conhecimento e Práticas sobre o Exame de Papanicolau em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Brasileira**

Maria Vitória Silva Feitosa<sup>1</sup>; Aysha Lohanne da Silva Rodrigues<sup>1</sup>; Beatriz Mouzinho Lima Monteles<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: mariavitoria8@unitins.br

O câncer do colo do útero impacta gravemente populações vulneráveis. Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, o isolamento geográfico e as barreiras socioeconômicas criam um cenário crítico para a prevenção. Analisar os fatores que influenciam o conhecimento e as práticas relativas ao exame de Papanicolau entre mulheres ribeirinhas. Foi conduzida uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados PubMed e LILACS, utilizando os descritores "Papanicolau", "câncer do colo do útero" e "populações ribeirinhas", com recorte temporal dos últimos cinco anos. A análise revelou que 8,1% das mulheres nunca realizou o exame. A não adesão associou-se a multiparidade, sobrecarga de atividades domésticas e desconhecimento dos serviços. Foram identificadas taxas elevadas de amostras insatisfatórias (23,5%) e realização fora da faixa etária recomendada. Barreiras pessoais (vergonha, medo) e logísticas (distância, acesso limitado) foram os principais obstáculos. A implementação de estratégias específicas e culturalmente sensíveis - como a expansão de unidades de saúde fluviais, a capacitação contínua de profissionais para atuação nesse contexto e a oferta de coleta domiciliar - mostra-se imperativa para ampliar a cobertura do rastreamento e, consequentemente, reduzir a incidência e a mortalidade por câncer do colo do útero nessas comunidades.

**Palavras chaves:** Teste de Papanicolau. População Ribeirinhas. Amazônia.

### Fatores de risco para o desenvolvimento do Diabetes Mellitus Gestacional

Beatriz Mouzinho Lima<sup>1</sup>; Murilo Ribeiro Alves Coimbra<sup>1</sup>; Maria Vitória Silva Feitosa<sup>1</sup>; Raquel Campos da Silva<sup>1</sup>;  
Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: beatrizmouzinho@unitins.br

O Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) é caracterizado por intolerância à glicose que se manifesta ou é identificado pela primeira vez durante a gestação, geralmente entre 24 e 28 semanas de idade gestacional. Mecanismos complexos da doença, e diversos fatores de risco podem contribuir para o seu surgimento. Analisar os fatores de risco para desenvolvimento do DMG. Revisão integrativa baseada em artigos científicos da plataforma PubMed. Período de busca 2020-2025, utilizando os descritores Mesh "Diabetes, Gestacional", "Pregnant Women" e "Risk Factors" combinados pelo operador booleano AND. Foram incluídos estudos que investigassem fatores de risco associados ao desenvolvimento do DMG. Foram encontrados 1476 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 estudos para análise. Gestantes com sobrepeso ou obesidade apresentam maior risco de DMG, assim como aquelas com hipotireoidismo, que pode aumentar a resistência à insulina. Outros fatores de risco incluem idade materna  $\geq 35$  anos, tabagismo pré-gestacional, histórico familiar de diabetes, Síndrome do Ovário Policístico, gravidez anterior complicada por DMG ou parto anterior de macrossomia. O desenvolvimento do DMG é multifatorial, envolvendo fatores de risco modificáveis e não modificáveis. O reconhecimento precoce desses fatores é essencial para o rastreamento, prevenção e manejo adequado da doença.

**Palavras-chave:** Gravidez. Diabetes Gestacional. Resistência à insulina. Saúde Materna.

**Do Papanicolau ao DNA-HPV: inovação na prevenção do câncer cervical.**

Milena Sousa Ferreira<sup>1</sup>; Gabriel Hochaim Suiter<sup>1</sup>; Guilherme Braz de Sousa<sup>1</sup>; Luiz Miguel Dias Queiros<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: milenasousaf@hotmail.com

Por figurar entre as principais causas de morte feminina do Brasil, o câncer de colo de útero (CCU) é rastreado tradicionalmente pela citologia convencional (teste de Papanicolau), mas a cobertura permanece baixa e até 70% dos casos são diagnosticados tardiamente. Em 2025, visando melhorar o programa de triagem, o Ministério da Saúde iniciou a implementação do teste molecular de DNA-HPV como método primário de rastreamento. O objetivo do estudo foi revisar a literatura científica acerca da efetividade e aplicabilidade do teste de DNA-HPV no rastreamento do CCU. Revisão bibliográfica da literatura para analisar evidências atuais sobre a implementação do teste de DNA-HPV como método primário de rastreamento. O método DNA-HPV apresenta alta adesão à faixa-etária alvo e maior capacidade de detectar lesões pré-cancerosas, proporcionando o diagnóstico do CCU em estágio inicial, com potencial de antecipação em até 10 anos. Comparado à citologia convencional, o programa de DNA-HPV detectou 2,9 vezes mais lesões CIN2+, possuindo maiores encaminhamentos para colposcopia e a identificação de lesões que o Papanicolau não identifica, incluindo adenocarcinomas do endocérvice. Logo, o teste molecular é um avanço no rastreamento de CCU, viabilizando diagnósticos precoces, maior cobertura e redução da mortalidade. Ao mesmo tempo que otimiza recursos, exige adaptação de profissionais e reorganização da cascata de cuidados, favorecendo integração na linha de cuidado oncológica.

**Palavras-chave:** Neoplasias do colo do útero. Programas de rastreamento. Colposcopia.

**Prevenção que Atravessa Barreiras: exame de colo do útero em domicílio como ato de cuidado e inclusão**

Murilo Ribeiro Alves Coimbra<sup>1</sup>; Beatriz Mouzinho Lima Monteles<sup>1</sup>; Ana Luiza Rodrigues Holderfer<sup>1</sup>; Catilena Silva Pereira Santana<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: muriloribeiro@unitins.br

O exame citopatológico é uma das principais formas de prevenção do câncer de colo do útero, devendo ser feito, preferencialmente, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). No entanto, barreiras físicas e sociais dificultam o acesso de algumas mulheres à esses locais, sendo necessário a realização do exame em domicílio para atender as vulnerabilidades da paciente. Este relato descreve a realização do exame preventivo do câncer de colo do útero (PCCU) da paciente LSS, em domicílio, pela enfermeira da UBS André da Gama Lima acompanhada por 6 estudantes do 3º período de medicina da Unitins, no município de Araguatins-to. A paciente, a qual teve perda significativa da sua mobilidade após um AVC e encontrava-se acamada, o que dificultava o seu transporte até a unidade, foi posta em decúbito dorsal em uma cama e teve suas pernas elevadas em posição ginecológica com o amparo de um dos estudantes, devido a impossibilidade do uso da maca. Posteriormente, a enfermeira deu início ao procedimento, localizando facilmente o colo do útero com o auxílio do espécuro, fazendo-se necessário o uso de uma lanterna para sua melhor visualização visto a falta de energia elétrica no local, não encontrando irregularidades aparentes. Em seguida, foi feita a coleta citopatológica para posterior análise laboratorial. A realização do PCCU em domicílio demonstrou a importância da adaptação dos serviços de saúde às necessidades do paciente, garantindo acesso à prevenção e promoção da saúde de forma inclusiva.

**Palavras-chave:** exame citopatológico. Prevenção. Câncer de colo do útero.

### **Intoxicação exógena por medicamentos no Tocantins: perfil epidemiológico e circunstâncias associadas**

Heloisa Araujo Lira Carvalho<sup>1</sup>; Eduardo Gabriel Dantas Silva<sup>1</sup>; Gabriel Hochaim Suiter<sup>1</sup>; Lucas Rossato<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: heloisalira@unitins.br

A intoxicação exógena por medicamentos é um importante problema de saúde pública, associada a tentativas de suicídio, automedicação e erros de administração. A análise do perfil epidemiológico permite compreender fatores de risco e subsidiar estratégias de prevenção. O objetivo deste estudo é descrever os casos registrados no Tocantins, segundo localidade, sexo, período e circunstâncias. Trata-se de um estudo descritivo, baseado em dados do DATASUS referentes a 2020-2024. No período, foram notificados 4.638 casos de intoxicação medicamentosa. Porto Nacional (2.169) e Araguaína (1.346) concentraram os maiores números, seguidos de Gurupi, Miracema do Tocantins e Bico do Papagaio. O ano de 2023 apresentou a maior incidência, seguido por 2024, 2022, 2021 e 2020. Observou-se predomínio do sexo feminino (76,5%) em relação ao masculino (23,5%), considerando os registros com sexo informado, totalizando 4.654 casos. Quanto às circunstâncias, destacaram-se: tentativa de suicídio (3.387), intoxicação acidental (604), automedicação (214), erro de administração (79), uso intencional repetitivo (21) e violência/homicídio (13), além de outras categorias menos frequentes. Conclui-se que a intoxicação medicamentosa no Tocantins afeta sobretudo mulheres de grandes centros urbanos e tem como principal circunstância a tentativa de suicídio. Os achados reforçam a urgência de políticas públicas que integrem saúde mental e atenção especial às mulheres, promovendo o uso seguro de medicamentos.

**Palavras-chave:** Intoxicação exógena. Medicamentos. saúde da mulher.



**As complicações das infecções de trato urinário na gravidez de risco habitual**

Heloisa Araujo Lira Carvalho<sup>1</sup>; Eduardo Gabriel Dantas Silva<sup>1</sup>; Sara Batista Andrade Dias<sup>1</sup>; Carlos Daniel Dutra Lopes<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: heloisalira@unitins.br

As infecções do trato urinário (ITU) estão entre as complicações mais comuns da gestação, inclusive em gestantes de risco habitual. Muitas são assintomáticas, porém podem evoluir para pielonefrite, parto prematuro, baixo peso ao nascer e maior morbimortalidade materno-fetal, tornando o diagnóstico precoce fundamental. O objetivo deste estudo é analisar as principais complicações das ITU em gestantes de risco habitual e seus impactos na saúde materna e perinatal. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura baseada em quatro artigos publicados entre 2021 e 2024, disponíveis em texto completo nas bases PubMed e SciELO. Utilizaram-se os descritores "infecção do trato urinário", "gestantes" e "gravidez de risco habitual", em português e inglês. Os estudos incluídos abordaram desfechos maternos e perinatais relacionados às ITU nesse grupo. Verificou-se maior incidência de pielonefrite, internações e necessidade de antibióticos endovenosos. Entre as complicações perinatais destacam-se parto prematuro, ruptura prematura de membranas, restrição de crescimento intrauterino e sofrimento fetal. A *Escherichia coli* foi o agente etiológico mais frequente. A realização de urocultura no pré-natal mostrou redução significativa de desfechos adversos. Conclui-se que as ITU constituem importante fator de risco mesmo em gestações consideradas habituais, reforçando a necessidade de triagem sistemática e manejo precoce para melhores resultados maternos e neonatais.

**Palavras-chave:** Infecção urinária. Gestantes. Complicações obstétrica.

**Autocuidado e bem-estar em saúde mental: a mulher em foco**

Ludymila Pereira Costa<sup>1</sup>, Juliana Sousa Silva<sup>1</sup>, Láyza Gabrielly Soares dos Santos<sup>1</sup>, Alice Vitória de Araújo Rocha<sup>1</sup>, Mariana Manduca Carósio<sup>1</sup>, Lucas Rossato<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: ludymilapereira045@gmail.com

A saúde da mulher é um campo que demanda atenção integral, envolvendo aspectos físicos, psicológicos, sociais e culturais. O autocuidado e a promoção do bem-estar em saúde mental são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e para a prevenção de doenças, especialmente considerando desafios como violência de gênero, desigualdade de acesso a serviços e sobrecarga de trabalho. Relatar a experiência da palestra educativa promovida pela Liga de Saúde Coletiva (LISC) da Universidade Estadual do Tocantins - Câmpus Augustinópolis, no Colégio Militar do Estado do Tocantins La Salle, direcionada a servidoras da instituição, com foco no autocuidado e saúde da mulher. Trata-se de uma ação extensionista de caráter educativo, realizada por meio de palestra expositiva-dialogada com a participação de 20 servidores do Colégio Militar do Estado do Tocantins La Salle, incluindo homens e mulheres, 3 ligantes e 1 orientador representando a Liga de Saúde Coletiva. Foram utilizados recursos audiovisuais, distribuição de mensagens motivacionais acompanhadas de lembranças simbólicas e incentivo à participação ativa das servidoras presentes. A atividade possibilitou reflexões sobre a importância dos exames preventivos (como Papanicolau e mamografia), do enfrentamento da violência de gênero e da necessidade de práticas de autocuidado para a saúde mental. As servidoras demonstraram interesse, participaram ativamente das discussões e relataram identificação com os temas abordados, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade escolar. A ação contribuiu para ampliar o conhecimento das participantes acerca da promoção da saúde integral da mulher, reforçando diagnóstico precoce, valorização da saúde mental e do autocuidado. Iniciativas como esta fortalecem a integração do ensino, serviço e comunidade, promovendo um impacto positivo na prevenção e no cuidado em saúde coletiva.

**Palavras-chave:** Autocuidado. Saúde da Mulher. Saúde Mental.

## **Análise epidemiológica das internações por transtornos da menstruação na região Norte do Brasil de 2020 a 2024**

Maria Luiza Alencar Lima<sup>1</sup>; Anna Luyza de Azevedo Coelho<sup>1</sup>; Lídia Helena César dos Santos Ferreira<sup>1</sup>; Kamilly Luz Dourado<sup>1</sup>; Maria Júlia Martins Mendes Ribeiro<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: malualenk@gmail.com

Os transtornos menstruais são condições comuns entre mulheres em idade reprodutiva e, quando não diagnosticados ou manejados adequadamente, podem evoluir para complicações que demandam internação hospitalar. Este trabalho teve o objetivo de analisar o perfil epidemiológico das internações por transtornos da menstruação na região Norte do Brasil, no período de 2020 a 2024. Estudo ecológico, retrospectivo, descritivo e quantitativo, fundamentado em dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), acessados por meio da plataforma DATASUS. No período avaliado, a região Norte registrou 1.346 internações. Observou-se que o estado do Pará concentrou 790 casos (58,7%), seguido pelo Amazonas com 215 (16,0%) e Rondônia com 199 (14,8%). Além disso, verificou-se que a maioria das pacientes da região Norte era parda (933 – 69,3%) e que a faixa etária mais acometida foi a de 40 a 49 anos, com 386 casos (28,7%). Em relação ao tipo de atendimento, 1.205 internações (89,5%) ocorreram em caráter de urgência, enquanto apenas 141 (10,5%) foram eletivas. A prevalência ocorreu em mulheres pardas e em idade madura, com nítido predomínio de atendimentos de urgência. Esses achados sugerem falhas no manejo precoce dos transtornos menstruais e, conseqüentemente, apontam para a importância de fortalecer a atenção primária, bem como ampliar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento ambulatorial.

**Palavras-chave:** Epidemiologia. Hospitalizações. Saúde da Mulher. Transtornos Menstruais.

**Primeiro contato com a saúde da mulher na Atenção Básica: um relato de experiência**

Luiz Miguel Dias Queiroz<sup>1</sup>; Gabriel Gomes de Sousa <sup>1</sup>; Gabriel Hochaim Suiter <sup>1</sup>; Milena Sousa Ferreira <sup>1</sup>, Miguel Figueredo de Sousa <sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: luizmiguel@unitins.br

Dentro da Atenção Primária à Saúde (APS) o cuidado com a saúde da mulher é um dos temas de atenção, com ênfase na Prevenção do Câncer de Colo do Útero (PCCU), uma condição ainda considerada digna de atenção para a saúde pública. Diante disso, a formação dos novos estudantes deve ter destaque para o público feminino, mais ainda para o PCCU, pois permite o desenvolvimento de habilidades técnicas, comunicacionais, além do contato direto com a realidade vivenciada pela comunidade e com os desafios do cuidado integral. O presente trabalho objetiva relatar a experiência acadêmica durante a realização da coleta. A atividade ocorreu no dia 02 de setembro de 2025, na Unidade Básica de Saúde Boa Vista em Augustinópolis - TO, envolvendo acadêmicos do quarto período de Medicina da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), sob supervisão de preceptores. Foram atendidas cinco mulheres, nas quais se realizaram anamneses, seguidas do exame de PCCU. Durante a prática, foram desenvolvidas habilidades técnicas e comunicacionais, bem como aplicação da prática do acolhimento humanizado. Durante o exame ginecológico, observou-se a importância de estabelecer o vínculo entre médico e paciente. Para os acadêmicos a experiência proporcionou maior compreensão da prevenção em saúde da mulher, além de fortalecer a relação entre teoria e prática. Conclui-se que o primeiro contato com o PCCU é uma oportunidade única para o aprendizado acadêmico, e um reforço positivo para melhora da Saúde da Mulher.

**Palavras-chave:** Atenção Primária à Saúde. Saúde da Mulher. Neoplasias do Colo do Útero. Exame Ginecológico.

**Fatores de risco e prevenção do câncer de mama no Brasil: revisão de literatura**

Bruna Queiroz Mello Aboim<sup>1</sup>; Ana Beatriz dos Santos Vitor<sup>2</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão

E-mail: brunaqueiroz357@gmail.com

No Brasil, o câncer de mama é uma das neoplasias malignas mais incidentes entre as mulheres, com estimativa de 73.610 casos novos ao ano no triênio 2023-2025, configurando-se como um importante desafio de saúde pública. Esse cenário relaciona-se a diversos fatores de risco, como idade avançada, histórico familiar e exposição estrogênica, tornando essenciais estratégias de prevenção. A pesquisa objetiva descrever os principais fatores de risco e estratégias preventivas associadas ao câncer de mama no Brasil. Trata-se de uma Revisão de literatura, realizada com artigos publicados entre 2015 e 2025 nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores "Breast Cancer", "Risk Factors", "Prevention" e "Brasil". A revisão evidenciou fatores não modificáveis, como idade avançada, histórico familiar, menarca precoce (5% por cada ano mais jovem), menopausa tardia (3% por ano mais tardio), nuliparidade e uso prolongado de terapia hormonal, relacionados com a exposição estrogênica. Também se destacam fatores modificáveis, como obesidade (+2% a cada aumento de 5 kg/m<sup>2</sup>), alcoolismo (7% por 10g/dia), sedentarismo e alimentação inadequada, que agravam os desfechos clínicos. Assim, medidas como controle do peso, prática de atividade física, redução do consumo de álcool e exames preventivos mostram-se efetivas para reduzir a incidência da doença. Portanto, o câncer de mama é um problema de saúde relevante, cuja prevenção é fundamental para reduzir a morbimortalidade no país.

**Palavras-chave:** Saúde da Mulher. Doenças Mamárias. Neoplasias da Mama.

**Saúde da mulher indígena no Bico Do Papagaio - TO: desafios e perspectivas**

Ana Luiza Rodrigues Holdefer<sup>1</sup>, Gabriel Lopes Borges<sup>1</sup>, Mariana Lima Guimarães<sup>1</sup>, Murilo Ribeiro Alves Coimbra<sup>1</sup>, Raquel Campos da Silva<sup>1</sup>, Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: rodriguesana@unitins.br

A saúde da mulher indígena no Brasil possui especificidades relacionadas à maternidade, ao ciclo reprodutivo e às práticas tradicionais. No Tocantins, especialmente no Bico do Papagaio, barreiras geográficas, culturais e linguísticas dificultam o acesso a serviços de saúde, impactando pré-natal, parto e puerpério. Além disso, observa-se a convivência entre práticas tradicionais e a biomedicina, reforçando a necessidade de estratégias interculturais. O objetivo do estudo é analisar os principais desafios enfrentados por mulheres indígenas da região no acesso à saúde reprodutiva e materno-infantil, destacando a importância da integração entre saberes. Revisão narrativa da literatura em artigos, relatórios e bases oficiais (2015–2025), com buscas no SciELO e em documentos do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Saúde Indígena, usando os descritores “saúde da mulher”, “saúde indígena” e “Tocantins”, incluindo estudos sobre saúde reprodutiva e materno-infantil indígena. Identificaram-se barreiras como ausência de profissionais capacitados em atenção intercultural, longos deslocamentos e discriminação. Além da baixa valorização das práticas tradicionais nos serviços, reforçando a necessidade de políticas voltadas à equidade. Conclui-se que a saúde da mulher indígena no Bico do Papagaio permanece marcada por desigualdades, sendo necessária a integração entre práticas tradicionais e biomedicina, associada à capacitação profissional e políticas públicas específicas.

**Palavras-chave:** Saúde da Mulher. Saúde de Populações Indígenas. Saúde Reprodutiva. Saúde Materno-Infantil. Equidade em Saúde.

## **Incidência da mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis entre os anos de 2020-2024 no Estado do Tocantins**

Mikaele Brito da Silva<sup>1</sup>; Rafaella Cavalcante Varão<sup>1</sup>; Sofia Batista Pereira<sup>1</sup>; Vicktor Figueiredo da Silva<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: mikaelebrito@unitins.br

A mortalidade infantil traduz-se no óbito de crianças no primeiro ano de vida. Estão muito associadas às condições socioeconômicas, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, qualidade da assistência pré-natal e do parto. Já a mortalidade fetal consiste no óbito de um produto da concepção antes da expulsão completa do corpo da mãe, a partir da 22ª semana de gestação, peso igual ou superior a 500 gramas ou comprimento de 25 cm. O objetivo deste estudo é apresentar os dados da mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis no Estado do Tocantins. Método: trata-se de um estudo ecológico de série temporal baseado nos dados do painel de monitoramento da mortalidade infantil e fetal do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) entre os anos de 2020 a 2024. Entre os anos de 2020 a 2024 o Estado do Tocantins apresentou 932 casos de mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis, presentes em maior número nos subgrupos: Reduzíveis por adequada atenção à gestação, parto e recém-nascido, adequada atenção à mulher na gestação e por adequada atenção ao feto e ao recém-nascido e em maior número no ano de 2021 com 205 casos. Desses a maior causa evitável sendo adequada atenção à gestação, parto e recém-nascido. As causas mais evitáveis de morte fetal e infantil são o acesso aos serviços de saúde e melhora da adequação na atenção à gestação, ao parto e ao recém-nascido, com necessária melhoria de cobertura e assistência pré-natal.

**Palavras-chave:** Mortalidade infantil. mortalidade fetal. pré-natal. Tocantins.

## **Aplicações do RNA mensageiro (mRNA) na regeneração cardíaca pós-infarto: avanços terapêuticos e perspectivas futuras**

Kauê Soares Marinho<sup>1</sup>; João Victor Pilati Gomes<sup>1</sup>; Alanna Grazyela Costa Oliveira<sup>2</sup>; Danilo Wallace da Silva Correia<sup>3</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão

<sup>3</sup> Universidade Ceuma

E-mail: kauemarinho@unitins.br

Entre as principais causas de morbimortalidade mundial, as doenças cardiovasculares apresentam números crescentes e podem ultrapassar 23 milhões de óbitos até 2030. O infarto agudo do miocárdio (IAM) destaca-se como uma das principais manifestações, caracterizado por início súbito e perda de cardiomiócitos. Devido à limitada capacidade regenerativa cardíaca, a terapia genética surge como alternativa, com destaque para o RNA mensageiro (mRNA). O objetivo deste estudo é analisar suas aplicações terapêuticas na regeneração do tecido cardíaco pós-IAM. Trata-se de revisão descritiva e qualitativa da literatura, baseada em 10 artigos recentes (2020–2025) selecionados em PubMed, SciELO, BVS e Google Acadêmico, em português e inglês, dentre 304 estudos, priorizando evidências relevantes. O RNA modificado (modRNA) permite a produção de proteínas funcionais que estimulam a proliferação de cardiomiócitos e o reparo tecidual. Os resultados demonstram melhora da função cardíaca por meio da codificação de fatores angiogênicos, como o VEGF-A, que aumentam a densidade capilar, além de genes que reduzem apoptose e fibrose, favorecendo regeneração integrada. Conclui-se que as aplicações do mRNA são promissoras, mas ainda necessitam de ensaios clínicos em larga escala para confirmar sua eficácia em humanos e viabilizar sua adoção.

**Palavras-chave:** Infarto do miocárdio. reparo cardíaco. RNA modificado.



**Impactos da COVID-19 no rastreamento do câncer do colo do útero: desafios pós-pandemia**

Eduardo Gabriel Dantas Silva<sup>1</sup>; Heloisa Araujo Lira Carvalho<sup>1</sup>; Sara Batista Andrade Dias<sup>1</sup>; Sarah Regina Leandro Nogueira da Silva<sup>1</sup>; Carlos Daniel Dutra Lopes<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: eduardogabriel@unitins.br

O câncer do colo do útero (CCU) é um problema de saúde pública global, cujo rastreamento é crucial para detecção precoce. Entretanto, a pandemia de COVID-19 impactou negativamente os programas de rastreamento. Este estudo tem como objetivo analisar as repercussões da pandemia de COVID-19 no rastreamento do CCU e as barreiras de acesso aos serviços de saúde no período pós-pandemia, com base em artigos científicos recentes. Foi realizada uma revisão de cinco artigos científicos (2022-2025) da base SciELO. Os estudos abordam o impacto da COVID-19 no rastreamento do CCU, percepções de profissionais e dados de exames no Brasil. A pandemia causou redução significativa no rastreamento do CCU: 44,6% nos exames citopatológicos em 2020, 46,92% nos citológicos e 63,31% nos histopatológicos em Alagoas. Profissionais de enfermagem relataram prejuízos, baixa adesão por medo de contaminação, e falta de insumos/recursos humanos. O modelo oportunístico brasileiro mostrou baixa efetividade, com cobertura de 35,6% (2021-2023), destacando a necessidade de programas organizados e a interoperabilidade de sistemas. A pandemia de COVID-19 intensificou as barreiras de acesso ao rastreamento do CCU, resultando em queda acentuada na realização de exames. Fragilidades dos serviços e o modelo oportunístico contribuíram para a descontinuidade. A reorganização dos serviços, superação do medo e investimento em programas organizados são cruciais para mitigar atrasos e melhorar a cobertura pós-pandemia.

**Palavras-chave:** Neoplasias do Colo do Útero. COVID-19. Programas de Rastreamento. Saúde da Mulher.

## O Papel da Medicina de Família e Comunidade no Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual

Gabriel Hochaim Suiter<sup>1</sup>; Gabriel Gomes de Sousa<sup>1</sup>; Luiz Miguel Dias Queiroz<sup>1</sup>; Miguel Figueredo de Sousa<sup>1</sup>; Milena Sousa Ferreira<sup>1</sup>; Me. Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: suitergabriel@unitins.br

A violência doméstica contra a mulher (VDCM) é um grave problema de saúde pública com severas consequências para a saúde física e mental das vítimas. A Medicina de Família e Comunidade (MFC), inserida na Atenção Primária à Saúde (APS), possui um papel estratégico na identificação e manejo desses casos devido ao vínculo longitudinal com os pacientes. O objetivo desse artigo é entender o papel da MFC na identificação, acolhimento e encaminhamento de vítimas de violência, com foco na saúde mental e no suporte interdisciplinar. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases de dados BVS, LILACS, SciELO e PubMed, utilizando descritores como "Domestic Violence" e "Family and Community Medicine". Foram selecionados 6 artigos publicados nos últimos 5 anos que atenderam aos critérios de inclusão. A análise revelou que, embora a APS seja a principal porta de entrada para as vítimas, a atuação profissional é limitada por desafios como a subnotificação e a formação acadêmica inadequada. Os impactos da violência na saúde da mulher são amplos, afetando a saúde mental, física e sexual. Ferramentas como o genograma e o ecomapa foram destacadas como instrumentos eficazes para compreender a dinâmica familiar, identificar fatores de risco e mapear redes de apoio, permitindo uma intervenção mais direcionada e o fortalecimento do cuidado multiprofissional. Portanto, a MFC desempenha um papel central e insubstituível no enfrentamento da VDCM, mas seu potencial é subaproveitado. É imperativo investir na capacitação permanente das equipes e na articulação da rede intersetorial para garantir um cuidado eficaz e a proteção integral das vítimas.

**Palavras-chave:** VDCM. MFC. APS. Saúde mental.

**Gravidez na Adolescência: prevalência, fatores socioeconômicos e cuidados**

José Fernando Santos Sousa Guajajara<sup>1</sup>; Maria Fernanda Araújo Amorim<sup>1</sup>; Gabriel Lopes Borges<sup>1</sup>; Beatriz Mouzinho Lima Monteles<sup>1</sup>; Ana Luiza Rodrigues Holdefer<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

Email: josefernando@unitins.br

A gravidez na adolescência é relevante problema de saúde pública, prevalente em populações vulneráveis e com repercussões negativas materno-infantis. Estudo no Ceará identificou prevalência de 18,6% de maternidade adolescente, demonstrando a gestação precoce como desafio em contextos socioeconômicos desfavoráveis. O estudo objetivou integrar evidências recentes para identificar prevalência, determinantes sociais e implicações obstétricas da gravidez na adolescência, e propor recomendações de cuidado. Realizou-se revisão narrativa de literatura (estudos observacionais e diretrizes) investigando fatores sociodemográficos, comportamentais e de uso de serviços de saúde entre adolescentes grávidas. Os achados revelaram associação com baixa escolaridade, renda reduzida, uniões instáveis, uso irregular de contraceptivos e maior vulnerabilidade psicossocial. Observou-se início tardio do pré-natal, menor número de consultas, baixa adesão a exames e maior ocorrência de complicações (ex: infecções urinárias). Esses fatores ampliam riscos maternos e neonatais e favorecem a repetição da gravidez em curto intervalo. Conclui-se: a redução da gravidez na adolescência requer ações multissetoriais, incluindo educação sexual abrangente, acesso ampliado a contraceptivos, empoderamento juvenil e pré-natal adaptado, com suporte psicossocial e integração entre saúde, educação e assistência social.

**Palavras-chave:** Maternidade Precoce. saúde materno-Infantil. vulnerabilidade social. atenção pré-natal. educação sexual.

### Perfil Clínico-Epidemiológico da Hepatite B em Gestantes na Região Amazônica

Maria Fernanda Araújo Amorim<sup>1</sup>; Giovanna Veloso Alves<sup>1</sup>; Isabelle Santana Gomes<sup>1</sup>; José Fernando Santos Sousa Guajajara<sup>1</sup>; Maiara Bernardes Marques<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

E-mail: araujofernanda@unitins.br

A hepatite B (HBV) é uma infecção viral de grande impacto em saúde pública, especialmente na Região Amazônica, onde as taxas de detecção são historicamente elevadas. A transmissão vertical, de mãe para filho, é a principal via de perpetuação da doença, tornando as gestantes grupo prioritário para vigilância. Contudo, fatores socioeconômicos, barreiras geográficas e limitações de acesso aos serviços dificultam o diagnóstico precoce e o manejo, expondo gestantes e recém-nascidos a riscos importantes. Este estudo descreve o perfil clínico-epidemiológico da hepatite B em gestantes na Amazônia, a partir de revisão de artigos que utilizaram dados do SINAN e pesquisas em serviços de saúde. Observou-se alta endemicidade, predominância de mulheres de 20 a 39 anos, pardas e com baixa escolaridade. A elevada proporção de casos crônicos (80,16%) sugere diagnóstico tardio, muitas vezes realizado apenas no pré-natal. A análise espacial identificou áreas de intensa transmissão, refletindo desigualdades regionais. O cuidado enfrenta entraves como início tardio do pré-natal, dificuldade de seguimento e desinformação, comprometendo as ações de controle. Faz-se urgente intensificar a vigilância e adotar estratégias como busca ativa de gestantes, ampliação da testagem precoce, garantia da profilaxia ao recém-nascido, educação em saúde e fortalecimento da rede assistencial. Essas medidas são essenciais para interromper a transmissão vertical e proteger a saúde materno-infantil na Amazônia.

**Palavras-chave:** Transmissão Vertical. Vigilância Epidemiológica. Saúde Materno-Infantil. Diagnóstico Tardio. Cuidado Pré-Natal.

**Aleitamento Materno Exclusivo: importância e desafios**

Thomas Canêdo Pessoa<sup>1</sup>, Ana Luísa Matos da Silva<sup>1</sup>, Bruna Queiroz Mello Aboim<sup>1</sup>, Daniele dos Santos Feitosa<sup>1</sup>,  
Naara Rayane Moura Cutrim<sup>1</sup>, Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: thomascanedo@unitins.br

O Aleitamento Materno Exclusivo (AME) é a estratégia mais eficaz para reduzir a morbimortalidade infantil, devendo ser mantido até os seis meses de vida. Apesar dos benefícios para mãe e bebê, sua prática ainda sofre interrupções precoces. O objetivo é analisar a relevância do AME, destacando benefícios materno-infantis e discutir os obstáculos que dificultam sua manutenção. Trata-se de revisão de literatura nas bases LILACS, MEDLINE e SciELO, com artigos em português publicados nos últimos cinco anos. Utilizaram-se os DeCS "Amamentação", "Aleitamento Materno Exclusivo" e "Importância". Foram selecionados 16 artigos de um total de 36. Os estudos mostram que o AME protege contra diarreia, pneumonia e outras infecções, reduz o risco de obesidade e diabetes e favorece o desenvolvimento cognitivo e bucal. Para a mãe, contribui para a recuperação pós-parto, fortalece o vínculo afetivo e reduz a incidência de câncer de mama e ovário. Entre os desafios estão dificuldades físicas (dor, fissuras), emocionais (ansiedade, baixa autoconfiança) e fatores externos, como retorno ao trabalho, pouco apoio familiar e orientação insuficiente — menos da metade das mães recebe preparo adequado. Aspectos culturais e a responsabilização exclusiva da mulher também dificultam a prática. Conclui-se que o AME traz benefícios relevantes, mas enfrenta barreiras multifatoriais, e seu êxito depende de políticas públicas e de uma rede de apoio que envolva familiares e profissionais de saúde.

**Palavras-chave:** Amamentação. benefícios maternos. benefícios infantis. obstáculos.

**O papel da Unidade Básica de Saúde no Rastreamento e Orientação: Um relato de Experiência sobre o achado de Cisto de Naboth no PCCU.**

Anna Victória Sousa Carvalho<sup>1</sup>; Francisco Bruno Vasconcelos de Sousa<sup>1</sup>; Grazielle Apolinário de Andrade<sup>1</sup> ;  
Andrea Daniella Maria Rodrigues e Sousa<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: annavictoria.unitins@gmail.com

Os Cistos de Naboth são uma condição ginecológica benigna e frequente em mulheres férteis, caracterizam-se por ser pequenas formações císticas que surgem no colo do útero. Eles se desenvolvem na zona de transição entre os epitélios do colo uterino, onde é realizada a coleta do exame preventivo do colo do útero (PCCU). Objetiva-se nesse relato descrever a experiência de identificação desse Cisto durante o exame na Unidade Básica de Saúde Boa Vista. Ademais, entender o papel da UBS no rastreio e orientação das pacientes. Esse relato descreve o exame da paciente MLN pela enfermeira da UBS acompanhada por 6 estudantes do 4º Período de Medicina da Unitins, no município de Augustinópolis-TO. A paciente, para a realização do Exame Citopatológico, foi posicionada em decúbito dorsal na maca ginecológica, com os membros inferiores flexionados e apoiados no suporte próprio. Durante a inspeção do colo uterino foi identificado o Cisto de aspecto característico. O achado foi comunicado à paciente, explicada sua natureza benigna e a ausência de necessidade de intervenção. Em seguida, as amostras foram devidamente enviadas ao laboratório de referência, com a paciente recebendo orientações sobre a importância do retorno para os resultados. Conclui-se que o papel da UBS mostra-se essencial para promoção do acesso ao rastreamento do câncer de colo do útero por meio do PCCU. Sua atuação garante não apenas a detecção precoce, mas principalmente a educação em saúde e o vínculo com a comunidade.

**Palavras-chave:** mulheres. cisto de naboth. Prevenção. rastreio.

**Vaginose bacteriana na gravidez: um agravo silencioso com repercussões neonatais e maternas**

Rafaella Cavalcante Varão<sup>1</sup>; Bianca Lucena Ribeiro<sup>1</sup>; Fernanda Marinho da Cunha Siqueira<sup>1</sup>; Antônia Kamila Santos Monção Lima<sup>1</sup>; Mikaele Brito da Silva<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: rafaellavarao@unitins.br

A vaginose bacteriana (VB) ocorre pelo desequilíbrio da microbiota vaginal, com redução de lactobacilos e aumento de bactérias anaeróbias. Durante a gravidez, alterações hormonais e fisiológicas tornam o ambiente vaginal mais suscetível à VB e seus riscos obstétricos. O objetivo do estudo foi identificar as repercussões negativas perinatais ocasionadas pela infecção por VB na gravidez. Trata-se de uma revisão de literatura, em que se utilizou a base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), encontrando no total 20 artigos, ao utilizar os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) "Vaginose Bacteriana" AND "Grávidas", dos quais apenas 5 foram selecionados dos últimos 5 anos. O desequilíbrio polimicrobiano desencadeado por *Gardnerella vaginalis*, *Bacteroides fragilis* e espécies de *Mobiluncus*, geram eventos fetais adversos como trabalho de parto prematuro, necessidade de ventilação mecânica e internação em unidade de terapia intensiva neonatal. Há um risco aumentado de parto prematuro em infecções por VB quando presentes antes de 20 semanas de gestação. Já em relação aos desfechos maternos, as principais consequências incluem a ruptura prematura de membranas, o aborto espontâneo e a infecção intrauterina, podendo abarcar a placenta e o líquido amniótico. Desse modo, mulheres sintomáticas devem ser testadas e tratadas seguindo o padrão-ouro: clindamicina e metronidazol. Portanto, políticas públicas específicas são essenciais para reduzir os impactos da VB e proteger mãe e bebê.

**Palavras-chave:** disbiose. Grávidas. Trabalho de parto prematuro. Vaginose bacteriana.

### Impactos da violência doméstica na saúde psicológica de crianças e adolescentes

Francisco Bruno Vasconcelos de Sousa<sup>1</sup>; Anna Victória Sousa Carvalho<sup>1</sup>; Bianca Larissa<sup>2</sup> Vasconcelos Lima<sup>2</sup>;  
Francisco Gabriel Vasconcelos de Sousa<sup>2</sup>; Francisco Rafael Vasconcelos de Sousa<sup>3</sup>; Lucas Rossato<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

<sup>2</sup> Faculdade Pitágoras Bacabal

<sup>3</sup> Faculdade Pitágoras Codó

E-mail: brunovasconcelos@unitins.br

A violência doméstica, reconhecida como uma das principais Experiências Adversas na Infância (EAI), representa um grave problema de saúde pública com repercussões diretas no desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes. O objetivo do estudo foi identificar os efeitos da exposição a esse tipo de violência sobre a saúde mental infantojuvenil. Trata-se de revisão narrativa da literatura realizada nas bases PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), incluindo artigos publicados entre 2020 e 2025 em português, inglês e espanhol. Foram encontrados 18 estudos, que apontaram elevada prevalência de EAI, sendo o testemunho de violência no lar correspondente a 48%. Além do mais, algumas covariáveis, escores cumulativos de EAI mostraram associação significativa com sintomas de depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, ideação suicida, além de maior risco de Violência no Namoro entre Adolescentes (VNA), tanto na forma de vitimização quanto de perpetração. Evidências sugerem ainda relação dose-resposta: quanto maior o número de EAI, maior a probabilidade de desenvolver transtornos mentais. Conclui-se que a violência doméstica e as experiências adversas precoces comprometem significativamente a saúde mental de jovens, destacando a necessidade de detecção precoce, prevenção primária e atuação multiprofissional na mitigação dos efeitos e na promoção da resiliência psicológica.

**Palavras-chave:** violência doméstica. saúde mental. Criança. Adolescente experiências adversas na infância.



## **Caracterização epidemiológica e histopatológica de mulheres com lesões intraepiteliais de alto grau no estado do Tocantins**

Fernanda Marinho da Cunha Siqueira<sup>1</sup>; Naara Rayane Moura Cutrim<sup>1</sup>; Daniele dos Santos Feitosa<sup>1</sup>; Ana Luísa Matos da Silva<sup>1</sup>; Thomas Canêdo Pessôa<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: fernandacunha@unitins.br

O exame histopatológico é considerado o "padrão-ouro" para o diagnóstico do câncer de colo de útero. Esse trabalho teve como objetivo avaliar o perfil sociodemográfico e histopatológico de mulheres com lesões intraepiteliais de alto grau no estado do Tocantins. Trata-se de um estudo epidemiológico baseado em dados secundários obtidos no período de 2019 a 2024 pelo SISCAN (Sistema de Informação do Câncer). Os critérios de inclusão foram: mulheres com lesões intraepiteliais de alto grau do colo do útero, abrangendo NIC II, NIC III e carcinoma in situ. As variáveis analisadas: faixa etária, raça/cor, tipo de encaminhamento e tipo de procedimento realizado. 1.452 mulheres foram submetidas à avaliação histopatológica, sendo a maior parte delas (18,2%) pertencente à faixa etária de 35 a 39 anos, seguida por 30 a 34 anos (16,8%). O tipo de encaminhamento predominante ocorreu devido à resultado citopatológico alterado (1.341 casos). Quanto ao procedimento realizado, a maioria consistiu em biópsia (742), seguida pela excisão da zona de transformação após biópsia. A maior parte dos casos recebeu classificação NIC II, correspondendo a 810 pacientes. A faixa etária predominante reflete o maior risco de lesões precursoras do câncer cervical em mulheres jovens e de meia-idade. Esse estudo reforça a relevância da citologia como método principal de rastreamento do câncer cervical, sendo que monitoramento contínuo e direcionado contribui para detecção precoce e prevenção dessa patologia.

**Palavras-chave:** epidemiologia. Saúde da mulher. Neoplasias do colo do útero.

**Escola como espaço de prevenção da violência sexual infantil: uma experiencia extensionista**

Ângela Oliveira Ciqueira<sup>1</sup>; Beatriz Silva de Macedo<sup>1</sup>; Janayla Alves dos Santos<sup>1</sup>; Lívia Maciel Figueira<sup>1</sup>, Lucas Rossato<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: angelaoliveira@unitins.br

A violência sexual é todo ato ou jogo sexual com objetivo de estimular ou utilizar sexualmente crianças/adolescentes, sendo uma relação em que o abusador está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a vítima. Essa forma de violência pode ocasionar problemas físicos, sociais e emocionais, comprometendo o desenvolvimento infantojuvenil. O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados de ações extensionistas, voltadas a prevenção da violência sexual, mediante intervenções educativas realizadas em ambiente escolar. Com foco na conscientização, no diálogo e na promoção de estratégias de proteção e prevenção, as ações foram realizadas com 50 estudantes do 5º ano, com idades entre 9 e 11 anos, em ambiente escolar, com encontros previamente marcados, utilizando, principalmente de rodas de conversa separadas por gênero. As ações foram desenvolvidas entre setembro de 2024 e julho de 2025, conduzida por quatro estudantes de Enfermagem, acompanhadas desde o planejamento até a execução por um professor com formação em Psicologia, garantindo suporte e fundamentação teórica às atividades. Os resultados indicaram aumento da compreensão sobre o significado da violência sexual, seus sinais e formas de denúncia, bem como maior segurança na identificação de situações de risco. As ações educativas mostraram-se eficazes na prevenção da violência sexual. Isso sublinha o papel essencial da escola na formação cidadã e na promoção de direitos.

**Palavras-chave:** Abuso sexual de crianças. Educação em saúde. Saúde.

**Aperfeiçoamento do conhecimento do colo uterino por acadêmicos de medicina durante a coleta do PCCU**

Daniele dos Santos Feitosa<sup>1</sup>; Ana Luísa Matos Silva<sup>1</sup>; Andrea Daniella Maria Rodrigues e Sousa<sup>1</sup>; Naara Rayane Moura Cutrim<sup>1</sup>; Thomas Canêdo Pessoa<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: danielfeitosa@unitins.br

O câncer do colo do útero é uma das neoplasias mais comuns em mulheres, sobretudo em países em desenvolvimento. Em 2022, mais de 78 mil casos foram diagnosticados na Região das Américas. A doença está fortemente associada à infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV), principalmente pelos tipos 16 e 18, responsáveis por cerca de 70% dos casos. Apesar da gravidade, pode ser prevenida e detectada precocemente pelo exame citopatológico (Papanicolau), disponibilizado pelo SUS. Atualmente, recomenda-se a substituição gradual desse exame pelo teste molecular de DNA do HPV oncogênico, embora a coleta permaneça a mesma. A participação de acadêmicos da saúde nesse processo é essencial para compreender as variações anatômicas e patológicas do colo uterino. Relatar a experiência de acadêmicos do 4º período de Medicina da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) na coleta de PCCU em uma UBS de Augustinópolis-TO. O presente relato foi baseado na vivência prática durante atividade de campo da disciplina Medicina de Família e Comunidade III, em agosto de 2025, na UBSF I – Manoel Alves Ramos. As coletas foram supervisionadas por uma enfermeira preceptora, garantindo segurança e orientação. A enfermeira explicou o processo e os cuidados para preservar a intimidade das pacientes. Foi elaborado um folder de convite, e no dia agendado as mulheres passaram por triagem e coleta. Os acadêmicos preencheram formulários clínicos e executaram o procedimento conforme protocolo, observando variações anatômicas e desenvolvendo habilidades técnicas e sensibilidade para o cuidado humanizado. A experiência ampliou o conhecimento sobre o colo uterino e reforçou a importância do PCCU como estratégia de prevenção, integrando prática, ensino e comunidade no SUS.

**Palavras-chave:** Anatomia. Saúde da Mulher. Displasia do Colo do Útero.

**Caracterização físico-química do óleo de buriti (*Mauritia flexuosa* L.) e seu potencial para formulações fitocosméticas sustentáveis**

Giovanna Evelin Conceição Lima<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Salles<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: giovannaevelin@unitins.br

O óleo de buriti é um óleo vegetal extraído da polpa do buriti (*Mauritia flexuosa* L.), rico em  $\beta$ -caroteno, tocoferóis (vitamina E) e ácidos graxos. Apresenta características que o tornam promissor para formulações cosméticas destinadas à proteção cutânea. O presente estudo avalia as propriedades físico-químicas do óleo de buriti, visando seu potencial de uso em produtos para o cuidado da pele. Trata-se de um estudo descritivo-experimental. Foram realizadas análises de cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-EM), índices de peróxido, acidez, densidade, viscosidade e pH. As amostras foram obtidas de duas fontes: produtor local (Buriti 1) e comercial em site especializado (Buriti 2). As análises seguiram referenciais da Anvisa, Instituto Adolfo Lutz e o método titrimétrico AOCS Cd 8-53. Os resultados mostraram que as características do óleo se mantiveram preservadas, sem alterações que comprometessem sua qualidade, evidenciando boa estabilidade química e conformidade com parâmetros estabelecidos. Pequenas diferenças entre as amostras foram observadas, com alguns compostos em maior concentração no óleo do produtor local, ressaltando potencial geração de renda e promoção de sustentabilidade regional. O óleo de buriti demonstra segurança e eficácia para incorporação em formulações fitocosméticas sustentáveis e de baixo custo, contribuindo para práticas de cuidado da pele.

**Palavras-chave:** Estudos experimentais. Óleo de buriti. Saúde da Pele.

**Talidomida e suas implicações genéticas no desenvolvimento embrionário**

Isabelle Santana Gomes<sup>1</sup>; Lucas Santana Gomes <sup>1</sup>; Maria Fernanda Araújo Amorim <sup>1</sup>; Giovana Alves Veloso<sup>1</sup>;  
Kauê Sores Marinho <sup>1</sup>; Leandro Rezende Pereira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: isabellesantana@unitins.br

A talidomida é um fármaco sintético com propriedades sedativas, originalmente usada para tratar insônia, ansiedade leve e náuseas em gestantes, porém pode causar malformações congênitas quando administrada durante a gestação, interferindo no desenvolvimento embrionário. Objetivou-se analisar os mecanismos genéticos e moleculares relacionados à teratogenicidade da talidomida. Trata-se de uma revisão integrativa qualitativa, com busca nas bases LILACS, PubMed e SciELO, utilizando os descritores "thalidomide", "teratogens", "embryonic development" e "gene", incluindo uma amostra de sete artigos completos publicados entre 2020 e 2025. Os resultados indicam que a talidomida afeta a angiogênese, apoptose e expressão de genes reguladores do crescimento de membros e órgãos, sendo o período de maior sensibilidade entre a terceira e oitava semana de gestação, podendo causar malformações como amelia e focomelia. Entre seus mecanismos moleculares, destaca-se a modulação da proteína Cereblon, codificada pelo gene CRBN, que promove a degradação de proteínas essenciais como SALL4, fator de transcrição que regula a formação de membros, órgãos e estruturas embrionárias, contribuindo para a embriopatia. Conclui-se que esses mecanismos genéticos e moleculares são centrais para o efeito teratogênico da talidomida, sendo essencial compreendê-los para prevenir malformações congênitas.

**Palavras-chave:** Talidomida. Teratogenicidade. Desenvolvimento Embrionário. Genes. Embriopatia.

**Pectus excavatum e seus impactos na dinâmica cardiovascular: uma revisão da literatura de evidências científicas atuais**

João Victor Pilati Gomes<sup>1</sup>; Kauê Soares Marinho<sup>1</sup>; Giovanna Veloso Alves<sup>1</sup>; Pedro Carvalho Mesquita<sup>1</sup>; Maiara Bernardes Marques<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: joaopilati@unitins.br

O pectus excavatum (PEX) corresponde a cerca de 90% das deformidades congênitas da parede torácica, caracterizando-se pelo deslocamento posterior do esterno. Estudos buscam demonstrar e quantificar o comprometimento cardiovascular no PEX. O presente estudo analisa a relação entre pectus excavatum e comprometimento cardiovascular. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo, fundamentada na análise de oito artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, selecionados nas bases SciELO, BVS, Google Acadêmico e PubMed, utilizando os descritores MeSH "Funnel Chest", "Heart Diseases" e "Heart Function Tests". Os estudos mostram que o PEX causa compressão cardíaca, principalmente no ventrículo direito (VD), levando à piora da função sob estresse, redução da deformação circunferencial e dependência interventricular exagerada. As alterações do VD decorrem da deformidade do átrio e da base ventricular, afetando os vórtices de fluxo normais. O grau e a localização da compressão esternal correlacionam-se com a gravidade do PEX, redução da fração de ejeção do VD, menor expansão diastólica, maior incidência de prolapso atrioventricular e malposição cardíaca. Conclui-se que o PEX pode comprometer a dinâmica cardiovascular por sobrecarregar o coração e reduzir o débito cardíaco. Assim, a correção cirúrgica da deformidade vai além da estética, sendo preventiva de complicações funcionais.

**Palavras-chave:** Cardiopatias. Tórax em funil. Testes de função cardíaca.

**Efeitos da menopausa na saúde cardiovascular: alterações hormonais pela diminuição da função ovariana**

Gabriel Lopes Borges<sup>1</sup>; Raquel Campos da Silva<sup>1</sup>; Murilo Ribeiro Alves Coimbra<sup>1</sup>; Mariana Lima Guimarães<sup>1</sup>;  
Ana Luiza Rodrigues Holdefer<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: lopesgabriel@unitins.br

A menopausa representa uma fase fisiológica da vida da mulher, caracterizada pela interrupção permanente da menstruação e com relevância clínica, em relação ao sistema cardiovascular, pela queda progressiva dos níveis de estrogênio. Nesse contexto, há aumento da vulnerabilidade a doenças cardiovasculares, que são a principal causa de morbimortalidade feminina após os 50 anos. O presente estudo buscou revisar a literatura científica atual sobre os efeitos da menopausa na saúde cardiovascular, destacando as alterações hormonais envolvidas. Trata-se de uma revisão narrativa realizada a partir da análise de artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis em bases como PubMed, SciELO e LILACS. Para isso, foram utilizados os descritores "menopause" e "cardiovascular disease". Com isso, foram escolhidos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 6 artigos para compor o estudo. A literatura demonstra que a redução estrogênica impacta negativamente o perfil lipídico, aumenta a rigidez arterial e eleva a pressão arterial. Esses fatores contribuem para maior risco de hipertensão, aterosclerose e outras complicações cardiovasculares em mulheres pós-menopausa. Portanto, a menopausa configura um fator de risco evidente para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares em mulheres, situação que ocorre pela diminuição da função ovariana e, consequentemente, da síntese de estrogênio.

**Palavras-chaves:** Saúde da Mulher. Sistema Cardiovascular. Diminuição hormonal.

### Incontinência Urinária na Pós-Menopausa: revisão de literatura

Ana Beatriz Moretty Alves<sup>1</sup>; Talícia Maria Alves Benício<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: anamoretty@unitins.br

A incontinência urinária é a perda involuntária de urina, com causas e manifestações variadas. Afeta principalmente mulheres na pós-menopausa, fase marcada por mudanças hormonais e fisiológicas. Este estudo analisou a associação entre envelhecimento feminino e prevalência da incontinência urinária em mulheres pós-menopáusicas, considerando alterações anatômicas, hormonais e funcionais do trato urinário inferior. Trata-se de revisão narrativa com busca em PubMed, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores MeSH "urinary incontinence", "postmenopause" e "women", combinados com "AND". Foram analisados seis artigos publicados nos idiomas inglês, português e espanhol. Os resultados indicam que a senescência coincide com a menopausa, fase de transição fisiológica relevante. A queda dos níveis de estrogênio, a perda da elasticidade dos tecidos perineais e vesicais, e o aumento de comorbidades como obesidade (citada em 66,6% dos artigos) e diabetes mellitus (em 50%), comprometem mucosa uretral, musculatura do assoalho pélvico e contratilidade vesical, favorecendo o surgimento da incontinência urinária. Conclui-se que o envelhecimento e seus fatores relacionados, coincidente com a fase menopáusica, atua na gênese da incontinência urinária. Reconhecer essa relação é essencial para estratégias preventivas, diagnósticas e terapêuticas que promovam qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Qualidade de vida. saúde da mulher. envelhecimento.



**Efeitos das tecnologias digitais no desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa**

Pedro Henrique da Silva Almeida<sup>1</sup>; Amanda Braga Barros<sup>1</sup>; Frans Ebert Costa Andrade; Lucas Rossato<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: henriquepedro@unitins.br

O avanço das tecnologias digitais modificou a infância, alterando interações sociais por experiências mediadas por telas, provocando inquietações sobre impactos no desenvolvimento infantil. Este estudo objetivou avaliar as repercussões do uso de telas no desenvolvimento infantil, identificar associações com alterações comportamentais e investigar benefícios do uso educativo das tecnologias digitais. Foi realizada uma revisão integrativa baseada na Prática Baseada em Evidências, com buscas nas bases Lilacs, SciELO, PubMed, Web of Science, Scopus e PsycInfo, considerando estudos de 2020 a 2025 em português, inglês ou espanhol. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, a amostra final foi composta por 161 artigos. Os achados demonstraram que o tempo de exposição às telas frequentemente excede recomendações pediátricas, relacionando-se a atrasos na linguagem, distúrbios do sono, alterações comportamentais, sedentarismo, dificuldades acadêmicas e prejuízos socioafetivos. Observaram-se efeitos positivos com uso moderado, mediação parental e conteúdos educativos, favorecendo ganhos cognitivos e sociais. Evidencia-se que os efeitos do tempo de tela apresentam caráter dual, deletérios em excesso, mas benéficos quando mediados e direcionados a conteúdos de qualidade, destacando a necessidade de políticas e orientações que contemplem quantidade e qualidade da exposição digital para promover desenvolvimento infantil saudável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Infantil. Exposição à Mídia. Comportamento Infantil.

## USO PROBLEMÁTICO DE PORNOGRAFIA ONLINE E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E SEXUAL

Giovanna Bandeira Da Costa Pontes<sup>1</sup>; Marcos Dyego Gomes Da Silva<sup>1</sup>; Reginaldo Junior Pereira Magalhães<sup>1</sup>; Ana Carolina Souza Porto<sup>1</sup>; Jordania Soares Leal<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Salles<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: giovannabandeiracp@gmail.com

O consumo de pornografia online tornou-se amplamente disseminado com a expansão da internet. Embora o uso ocasional não seja patológico, estudos recentes indicam que o consumo compulsivo pode impactar significativamente a saúde mental e sexual. Pesquisas sugerem associação entre exposição frequente e maior ansiedade, depressão, isolamento social, prejuízo no controle de impulsos e disfunções sexuais, como disfunção erétil psicogênica. O tema tem ganhado relevância clínica. Revisar a literatura recente sobre o consumo problemático de pornografia online e suas correlações com ansiedade, depressão e disfunções sexuais. Revisão narrativa da literatura, incluindo 17 artigos de 2019 a 2024 nas bases PubMed, SciELO e BVS, que discutissem explicitamente relações entre pornografia, saúde mental e saúde sexual. O uso problemático mostrou associação com sintomas ansiosos e depressivos, baixa autoestima, prejuízo nas relações e na funcionalidade. Na esfera sexual, observou-se dessensibilização ao estímulo e dificuldade de manter excitação em interações reais. Alguns estudos apontam sobreposição com transtornos obsessivo-compulsivos e comportamentos aditivos. Persistem limitações metodológicas. O consumo problemático de pornografia é um tema emergente em saúde mental, exigindo critérios diagnósticos mais consistentes e intervenções interdisciplinares.

**Palavras-chave:** Uso problemático de pornografia. Saúde mental. Ansiedade. Depressão. Disfunção sexual.

**Método Canguru: Estratégia de Baixo Custo para Redução da Mortalidade Neonatal em Prematuros**

Yasmin Leite da Costa Lima<sup>1</sup>; Ana Mendes Chioveti Padovan<sup>1</sup>; Anna Bárbara Cossetin Gaia<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: yasminleite@unitins.br

O Método Canguru (KMC) é um cuidado baseado no contato pele a pele entre mãe/cuidador e recém-nascido, proposto como alternativa às intervenções tradicionais em prematuros e associado à redução da mortalidade neonatal. O objetivo do estudo foi analisar a efetividade do KMC na diminuição de óbitos neonatais entre prematuros, destacando sua importância como estratégia de saúde pública. Esta revisão narrativa de literatura utilizou os descritores controlados "Kangaroo Mother Care" AND "Mortality" - e seus equivalentes em português - para busca nas bases PubMed e SciELO. De 161 artigos publicados entre 2021 e 2025, 12 foram selecionados, incluindo pesquisas experimentais e observacionais que atenderam aos critérios de inclusão. Os estudos demonstraram a eficácia do Método Canguru como prática complementar, de baixo custo e com potencial para reduzir complicações e óbitos entre recém-nascidos prematuros e de baixo peso. Entre os principais efeitos, destacaram-se regulação da temperatura corporal, maior estabilidade clínica e impactos positivos no desenvolvimento físico, mental e emocional. Além disso, a posição vertical do bebê, preferencialmente entre os seios maternos e mantida pelo maior tempo possível, mostrou-se determinante para a melhora dos indicadores de sobrevivência. Conclui-se que o KMC é uma intervenção eficiente e acessível, capaz de reduzir mortalidade e complicações em prematuros, além de fortalecer o vínculo familiar e reforçar sua relevância em saúde pública.

**Palavras-chave:** Regulação da temperatura corporal. Baixo peso ao nascer. Desenvolvimento infantil.

**Associação entre assistência pré-natal e baixo peso ao nascer na região do Bico do Papagaio**

Sofia Batista Pereira<sup>1</sup>; Fernanda Marinho da Cunha Siqueira<sup>1</sup>; Francisco Bruno Vasconcelos de Sousa<sup>1</sup>; Antônia Kamila Santos Monção Lima<sup>1</sup>; Mikaele Brito da Silva<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: sofiabatista@unitins.br

A assistência pré-natal é pilar da saúde materno-infantil e o baixo peso ao nascer (BPN), indicador-chave de morbimortalidade neonatal, associa-se à sua adequação. A cobertura inadequada é fator de risco modificável, crucial em regiões vulneráveis. Objetivou-se analisar a associação entre o número de consultas pré-natais e a prevalência de BPN na microrregião do Bico do Papagaio. Realizou-se um estudo ecológico e transversal com dados secundários de domínio público do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), via TabNet. A amostra incluiu 15.260 nascidos vivos com pré-natal informado, de mães residentes nos 25 municípios da microrregião, como Araguatins e Tocantinópolis, (2019-2023). A exposição foi o número de consultas (inadequada: 0-6; adequada:  $\geq 7$ ) e o desfecho o BPN ( $<2500\text{g}$ ). A análise revelou que 29,2% ( $n=4.457$ ) das gestantes tiveram acompanhamento inadequado. A prevalência geral de BPN foi de 7,8%. O principal achado foi a nítida disparidade entre os grupos: a prevalência de BPN foi de 11,6% entre nascidos de mães com pré-natal inadequado, contra 6,2% no grupo com acompanhamento adequado. A ocorrência do desfecho, quase duas vezes maior no grupo com menor assistência, demonstra a cobertura pré-natal insuficiente como fator de risco proeminente na região. Conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária, com estratégias de captação e acompanhamento gestacional, é imperativo para a melhoria dos indicadores de saúde neonatal locais.

**Palavras-chave:** Fatores de risco. Saúde da criança. Atenção primária à saúde.

## Vantagens e desvantagens do uso de potencializadores cognitivos no âmbito universitário: uma revisão de literatura

Amanda Braga Barros<sup>1</sup>; Pedro Henrique da Silva Almeida<sup>1</sup>; Lucas Rossato<sup>1</sup>; Frans Eberth Costa Andrade<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: amandabraga@unitins.br

Os nootrópicos, popularmente chamados de *smart drugs*, são fármacos indicados para o tratamento de condições mentais específicas. O uso crescente desses medicamentos entre universitários saudáveis que buscam neuroaprimoramento tem chamado atenção da comunidade científica, devido aos riscos da automedicação e do uso indiscriminado. O objetivo deste estudo foi sintetizar os dados atuais encontrados na literatura referentes às vantagens e desvantagens do uso agudo e crônico desses fármacos. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada por meio de busca nas bases PubMed e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), entre 2020 e 2024, a qual identificou inicialmente 3.329 estudos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 17 artigos compuseram a amostra final para análise crítica. Os achados evidenciaram que os nootrópicos, apesar de promoverem efeitos imediatos em vários domínios cognitivos, apresentam riscos relevantes, como insônia, ansiedade, taquicardia, dependência química e repercussões psiquiátricas, sendo a principal motivação para o consumo o neuroaprimoramento, influenciado pela pressão e competitividade acadêmica, além de ser frequente o uso sem prescrição médica. Conclui-se que, embora os nootrópicos ofereçam ganhos cognitivos transitórios, os riscos associados ao uso indiscriminado superam seus benefícios, caracterizando um problema de saúde pública.

**Palavras-chave:** Nootrópicos. Desempenho acadêmico. Estudantes.

### **Cuidados multiprofissionais no perioperatório da cesariana: desafios e estratégias**

Nara Cristina Pereira da Silva<sup>1</sup>; Gleiciane da Silva Everton<sup>1</sup>; Elisangela de Freitas Vieira<sup>1</sup>; Gustavo Ferreira Bena<sup>1</sup>; Jordânia Soares Leal<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS

E-mail: nara.cp@unitins.br

A cesariana é uma das cirurgias mais realizadas mundialmente. Apesar de sua importância em contextos de risco materno ou fetal, apresenta desafios relacionados à segurança da mulher e à prevenção de complicações. A realização desse procedimento requer assistência multiprofissional organizada, capaz de atuar desde o preparo cirúrgico até a recuperação pós-operatória. Analisar os cuidados prestados à gestante no perioperatório da cesariana, destacando os riscos e as estratégias na assistência multiprofissional. Revisão narrativa da literatura, realizada busca avançada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) nas bases de dados MEDLINE, LILACS e BDEF. A seleção dos artigos foi realizada por meio da leitura do título e do resumo entre os anos de 2020 e 2024. Os cuidados mais frequentemente realizados incluíram a profilaxia antibiótica adequada, a avaliação clínica prévia criteriosa, o monitoramento rigoroso de sinais vitais, o manejo eficaz da dor, a mobilização precoce e o incentivo ao aleitamento materno imediato. Também se evidenciou a importância do suporte emocional, da educação em saúde e da comunicação clara entre equipe e paciente. A cesariana, embora necessária em muitos cenários, exige cuidados estruturados e sistematizados. Falhas na assistência aumentam riscos de infecção, hemorragia e podem retardar na recuperação funcional. A integração entre os profissionais de saúde é fundamental para garantir um procedimento seguro e humanizado, com impacto positivo na saúde materna e neonatal. Esses achados reforçam a importância de protocolos bem definidos e da capacitação multiprofissional para qualificar a prática clínica e aprimorar os resultados perinatais.

**Palavras-chave:** Período Perioperatório. Cuidados de enfermagem. Saúde materna.

**Impactos da pandemia na saúde mental: efeitos do isolamento social na população**

Nara Cristina Pereira da Silva<sup>1</sup>; Jordânia Soares Leal<sup>1</sup>; Gleiciane da Silva Everton<sup>1</sup>; Elisangela de Freitas Vieira<sup>1</sup>; Gustavo Ferreira Bena<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Salles<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS

E-mail: nara.cp@unitins.br

A pandemia de COVID-19 provocou transformações profundas na vida em sociedade e impôs desafios inéditos à saúde pública, especialmente no campo da saúde mental. O isolamento social, necessário para conter a propagação viral, gerou sentimentos de medo, insegurança, solidão e incerteza, aumentando a prevalência de transtornos psicológicos. Analisar os efeitos da pandemia na saúde mental da população, com ênfase no impacto do isolamento social. Revisão narrativa da literatura, baseada em artigos científicos publicados entre 2020 e 2024 nas bases de dados MEDLINE, LILACS e BDENF. Os artigos foram selecionados por relevância ao tema. Revisão narrativa da literatura, baseada em artigos publicados entre 2020 e 2024 nas bases MEDLINE, LILACS e BDENF. Os artigos foram selecionados por relevância ao tema e qualidade metodológica. Verificou-se um aumento expressivo de sintomas de ansiedade, depressão, insônia e estresse pós-traumático, associados ao afastamento das redes de apoio, às mudanças na rotina laboral e educacional e às dificuldades econômicas. Crianças, adolescentes, profissionais de saúde e idosos foram destacados como grupos particularmente vulneráveis, apresentando maior risco de sofrimento psicológico. Estratégias como a oferta de serviços de saúde mental online, práticas de autocuidado e fortalecimento de vínculos familiares, mostraram-se relevantes na mitigação dos efeitos adversos. A pandemia evidenciou a importância da saúde mental na formulação de políticas públicas, ressaltando a necessidade de ampliar estratégias de cuidado, prevenção e suporte psicossocial para diferentes grupos populacionais. O impacto do isolamento social reforça a importância de integrar dimensões biológicas, emocionais e sociais no cuidado em saúde, garantindo respostas mais humanas e abrangentes em situações de crise sanitária.

**Palavras-chave:** Saúde mental. Isolamento social. Estresse psicológico. Pandemia.

**Eficácia de intervenções no tratamento da depressão e ansiedade: uma revisão narrativa**

Gleiciane da Silva Everton<sup>1</sup>; Nara Cristina Pereira da Silva<sup>1</sup>; Jordânia Soares Leal<sup>1</sup>; Elisangela de Freitas Vieira<sup>1</sup>; Deyvilla Cintya Pereira de Sousa de Anchieta<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS

E-mail: gleiciane.se@unitins.br

A depressão e a ansiedade representam alguns dos maiores desafios globais em saúde pública, devido à elevada prevalência e ao impacto funcional na vida dos indivíduos. Compreender a eficácia das diferentes intervenções terapêuticas é essencial para otimizar condutas clínicas e reduzir a carga associada a essas condições. Avaliar a eficácia de diferentes intervenções e tratamentos aplicados aos transtornos de depressão e ansiedade. Revisão narrativa da literatura, contemplando artigos publicados entre 2015 e 2024 em bases científicas nacionais e internacionais. Os artigos foram selecionados com base na relevância clínica e metodológica. Os achados indicam que a terapia cognitivo-comportamental, a farmacoterapia com inibidores seletivos da recaptação de serotonina, as terapias de terceira onda, bem como intervenções integrativas, como atividade física regular e práticas de mindfulness, apresentam evidências significativas de eficácia. Observou-se ainda que a combinação entre psicoterapia e farmacoterapia potencializa os resultados clínicos em casos moderados a graves. Além disso, as intervenções digitais, por meio de plataformas online, mostraram resultados promissores, ampliando o acesso ao tratamento. Os dados evidenciam que múltiplas abordagens podem ser eficazes no tratamento da depressão e da ansiedade, desde que adaptadas às necessidades individuais. Destaca-se a importância de estratégias combinadas e do fortalecimento de políticas públicas que garantam acesso equitativo aos cuidados em saúde mental, ampliando a efetividade do tratamento e reduzindo o impacto desses transtornos na sociedade.

**Palavras-chave:** Transtornos mentais. Farmacoterapia. Cognitivo-comportamental. Saúde mental.



**Estratégias de comunicação em cuidados paliativos: ferramentas e capacitação de profissionais de saúde**

Elisângela de Freitas Vieira<sup>1</sup>; Nara Cristina Pereira da Silva<sup>1</sup>; Jordânia Soares Leal<sup>1</sup>; Gleiciane da Silva Everton<sup>1</sup>; Gustavo Ferreira Bena<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Salles<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS

E-mail: elisangela.fv@unitins.br

A comunicação eficaz entre pacientes, familiares e profissionais de saúde é um dos pilares fundamentais da assistência em cuidados paliativos, influenciando diretamente a qualidade do cuidado, a tomada de decisões e o bem-estar emocional das partes envolvidas. A ausência de diálogo claro e humanizado pode gerar sofrimento, insegurança e conflitos durante o processo de cuidado em situações de finitude da vida. Analisar as estratégias que favoreçam a melhoria da comunicação em cuidados paliativos, com ênfase na criação de ferramentas comunicacionais e no treinamento de profissionais de saúde. Revisão narrativa da literatura, baseada em artigos publicados entre 2020 e 2024 em bases científicas nacionais e internacionais. A seleção dos artigos ocorreu por meio da leitura do título e do resumo, considerando a relevância para o tema. Os estudos apontaram que ferramentas como protocolos de comunicação estruturada, uso de linguagem acessível e recursos tecnológicos contribuem significativamente para a melhoria da relação entre equipe, paciente e família. Além disso, programas de treinamento que abordam habilidades de escuta ativa, empatia, manejo de más notícias e mediação de conflitos mostraram-se eficazes na prática clínica. O fortalecimento da comunicação em cuidados paliativos requer ações integradas que envolvam tanto o desenvolvimento de recursos inovadores quanto a capacitação contínua das equipes de saúde. Essas estratégias reduzem o sofrimento, promovem decisões compartilhadas e asseguram um cuidado centrado na dignidade e nos valores dos pacientes e de seus familiares.

**Palavras-chave:** Cuidados paliativos. Comunicação em saúde. Treinamento profissional.

### **Tecnologias Disruptivas Contra Infecções Hospitalares: Monitoramento Inteligente de Higiene e Desinfecção**

Gleiciane da Silva Everton<sup>1</sup>; Nara Cristina Pereira da Silva<sup>1</sup>; Jordânia Soares Leal<sup>1</sup>; Deyvilla Cintya Pereira de Sousa de Anchieta<sup>1</sup>; Elisangela de Freitas Vieira<sup>1</sup>; Lunalva Aurélio Pedroso Sallet<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS

E-mail: gleiciane.se@unitins.br

As infecções relacionadas à assistência à saúde constituem um dos maiores desafios da segurança do paciente, associando-se ao aumento da morbimortalidade, do tempo de internação e dos custos hospitalares. O desenvolvimento de tecnologias voltadas à prevenção dessas infecções é essencial para qualificar a assistência e reduzir riscos. Avaliação de tecnologias aplicadas ao monitoramento da higiene e da desinfecção em ambientes hospitalares. Revisão narrativa da literatura, com busca em bases científicas nacionais e internacionais como MEDLINE, LILACS e BDNF entre 2015 e 2024. Foram considerados estudos que abordaram sistemas digitais, dispositivos automatizados e protocolos tecnológicos voltados ao controle de infecções hospitalares. Evidenciou-se a eficácia de sensores eletrônicos para rastrear a adesão à higienização das mãos, sistemas de alerta em tempo real para monitoramento de superfícies críticas e tecnologias baseadas em radiação ultravioleta e peróxido de hidrogênio vaporizado para desinfecção ambiental. Além disso, aplicativos e plataformas de registro eletrônico demonstraram impacto positivo no acompanhamento de indicadores de higiene hospitalar, promovendo maior engajamento das equipes. O uso de tecnologias emergentes na prevenção de infecções hospitalares mostrou-se promissor, com potencial para ampliar a adesão às práticas seguras e otimizar processos de vigilância. No entanto, sua efetividade depende da integração com protocolos institucionais, da capacitação profissional e do monitoramento contínuo, assegurando que a inovação tecnológica se traduza em melhores resultados clínicos, redução de custos e maior segurança ao paciente.

**Palavras-chave:** Infecções hospitalares. Tecnologia em saúde. Controle de infecções. Desinfecção ambiental.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS ARBOVIROSES (DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA) EM MULHERES NO ESTADO DO MARANHÃO

Francisco Wandisley Freitas Maciel<sup>1</sup>; Thiago Thadeu Medeiros da Costa<sup>1</sup>; Marcos Aurélio Gonçalves Guimarães Júnior<sup>1</sup>; Leonardo Lima Torres<sup>1</sup>; Raquel Vilanova Araújo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: francisco.maciel@uemasul.edu.br

As arboviroses dengue, chikungunya e zika mantêm circulação ativa no Maranhão, com impacto desproporcional sobre mulheres, especialmente jovens e da população parda. Dessa forma, este resumo tem como objetivo caracterizar o perfil epidemiológico dessas doenças com foco no gênero feminino, identificando tendências temporais que possam orientar políticas públicas. O presente trabalho baseou-se em análise epidemiológica descritiva e retrospectiva, utilizando dados secundários compilados de janeiro a setembro de 2025, extraídos do Monitora Saúde, plataforma da Secretaria de Estado da Saúde. Foram registrados 2.225 casos de SRAG em mulheres. Destes, 317 foram por influenza, 75 por SARS-CoV-2, 395 por outros vírus, 52 por outros agentes e 841 com etiologia não especificada. Quanto à distribuição geográfica, 26,7% dos casos ocorreram em São Luís, 13,84% em Imperatriz e 9,39% em Presidente Dutra. Em termos etários, destacam-se 518 casos em menores de 1 ano, 377 na faixa de 1–4 anos, 184 em 5–9 anos, 163 em 10–19 anos e 190 em mulheres com 80 anos ou mais. Os óbitos foram de 43 em mulheres ≥80 anos, 22 na faixa de 70–79 anos, 15 em menores de 1 ano e 12 entre 1 e 4 anos. Esses dados revelam dupla vulnerabilidade — em idosas e crianças — exigindo estratégias diferenciadas. Conclui-se que mulheres, especialmente em faixas etárias extremas, são grupo prioritário para vigilância ativa e políticas de saúde que visem a reduzir a mortalidade e promover equidade no estado.

**Palavras-chave:** Arboviroses. Dengue. Chikungunya. Zika. Mulheres.

## **Perfil epidemiológico das síndromes respiratórias agudas graves e síndromes gripais em mulheres no estado do Maranhão**

Francisco Wandisley Freitas Maciel<sup>1</sup>; Thiago Thadeu Medeiros da Costa<sup>1</sup>; Marcos Aurélio Gonçalves Guimarães Júnior<sup>1</sup>; Leonardo Lima Torres<sup>1</sup>; Raquel Vilanova Araújo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: francisco.maciel@uemasul.edu.br

As síndromes respiratórias agudas graves (SRAGs) constituem grave problema de saúde pública no Maranhão, com impacto diferenciado sobre mulheres ao longo do ciclo vital. Assim, este trabalho objetiva caracterizar o perfil epidemiológico das SRAGs, com foco no gênero feminino. A presente pesquisa é uma análise epidemiológica descritiva e retrospectiva, na qual utilizou-se dados secundários compilados de janeiro a setembro de 2025, extraídos do Monitora Saúde, plataforma da Secretaria de Estado da Saúde do estado do Maranhão. Foram registrados 2.225 casos de SRAG em mulheres, correspondendo a 49,7% do total de casos no estado. Destes, 317 foram por influenza, 75 por SARS-CoV-2, 395 por outros vírus, 52 por outros agentes e 841 com etiologia não especificada. Quanto à distribuição geográfica, 26,7% dos casos ocorreram em São Luís, 13,84% em Imperatriz e 9,39% em Presidente Dutra, destacando-se como cidades em potencial de atenção. Em termos etários, destacam-se 518 casos em menores de 1 ano, 377 na faixa de 1–4 anos, 184 em 5–9 anos, 163 em 10–19 anos e 190 em mulheres com 80 anos ou mais. Os óbitos concentraram-se nos extremos da vida: 43 em mulheres ≥80 anos, 22 na faixa de 70–79 anos, 15 em menores de 1 ano e 12 entre 1 e 4 anos. Esses dados revelam dupla vulnerabilidade, em idosas e crianças, exigindo estratégias diferenciadas. Conclui-se que mulheres, especialmente em faixas etárias extremas, são grupo prioritário para vigilância ativa, visando a reduzir a mortalidade no estado.

**Palavras-chave:** Síndrome Respiratória Aguda Grave. Mulheres. Maranhão.

**Perfil de gestantes residentes na região Tocantina do Maranhão diagnosticadas com Tuberculose e a situação de desfecho**

Kaiky Willame de Souza Lobo<sup>1</sup>, Pedro Augusto Pereira Dias dos Santos<sup>1</sup>, Francisco Wandisley Freitas Maciel<sup>1</sup>, Alyce Rodrigues Vieira Albuquerque Mendes<sup>1</sup>, Marisa Garcia Rodrigues Moraes<sup>1</sup>, Raquel Vilanova Araújo<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: kaiky.lobos@uemasul.edu.br

A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no estado do Tocantins, com grande impacto nas gestantes residentes nessa região. Deste modo, o objetivo do estudo é descrever perfil de gestantes residentes na região Tocantina diagnosticadas com tuberculose e seus desfechos. Trata-se de um estudo observacional, de caráter descritivo, realizado a partir da consulta às bases do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Utilizam-se registros de casos de tuberculose em gestantes notificados ao SINAN de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2024. Os dados foram obtidos pelo acesso público ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Neste período, foram registrados 24 casos de tuberculose em gestantes. Quanto ao período gestacional, foram diagnosticados 5 casos da doença no primeiro trimestre da gestação, 11 no segundo trimestre e 3 casos com a idade gestacional ignorada. Quanto à situação de desfecho da tuberculose em gestante, foi identificado a cura em 19 daquelas notificadas com a doença, de um óbito, ausência do desfecho no restante. Nota-se subnotificação e falhas no acompanhamento de gestantes diagnosticadas, refletindo uma necessidade urgente de ampliação das ações do Comitê Estadual de Tuberculose nos territórios mais longínquo e de difícil acesso, a intensificação de campanhas educativas, capacitação profissional, disponibilização dos métodos de diagnósticos e linhas de cunhas de cuidado integrais e holística.

**Palavras-chave:** Tuberculose. Pneumologia Sanitária. Gestação.

### Perfil epidemiológico da população indígena residente na região Tocantina diagnosticada com tuberculose

Pedro Augusto Pereira Dias dos Santos<sup>1</sup>; Alyce Rodrigues Vieira Albuquerque Mendes<sup>1</sup>, Francisco Wandisley Freitas Maciel<sup>1</sup>; Kaiky Willame de Souza Lobo<sup>1</sup>; Marisa Garcia Rodrigues Moraes<sup>1</sup>; Raquel Vilanova Araújo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: pedro.augusto.santos@uemasul.edu.br

A tuberculose é uma doença infectocontagiosa que tem como agente etiológico o *Mycobacterium tuberculosis* e ainda considerada problema de saúde pública prioritário no Brasil, em especial no estado do Tocantins, devido o número elevado de casos da doença na última década. O objetivo do estudo foi descrever e analisar o perfil epidemiológico de populações indígenas residentes na região Tocantina, com diagnóstico confirmado da doença. Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, de caráter descritivo e retrospectivo, a partir da consulta às bases do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 1º de janeiro de 2014 à 31 de dezembro de 2024, por meio do acesso público às bases disponibilizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Identificou-se 225 casos de tuberculose em população indígena. Destes, 123 foram em indivíduos do sexo masculino e 102 no sexo feminino. Quanto ao perfil de abandono e óbito, em cada sete de dez pessoa que abandonam o tratamento, são pessoas adultas e com baixa escolaridade, e cerca de 80% dos casos evoluíram a óbito. Apesar dos dados epidemiológicos apontarem a doença ainda em evolução, problemas relacionados a redução da notificação de casos na região são preocupantes. Conclui-se que é fundamental o fortalecimento das ações do Comitê Estadual de Tuberculose focalizados nas campanhas e capacitação dos profissionais, nos métodos e técnicas de diagnósticos e no perfil de abandono do tratamento.

**Palavras-chave:** Tuberculose. Perfil epidemiológico. Pneumologia Sanitária.

## PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE TUBERCULOSE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ

Pedro Augusto Pereira Dias dos Santos<sup>1</sup>; Raquel Vilanova Araújo<sup>1</sup><sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: pedro.augusto.santos@uemasul.edu.br

A tuberculose (TB) doença contágio-infectuosa que tem como agente etiológico o *Mycobacterium tuberculosis* e ainda considerada problema de Saúde Pública prioritário no Brasil, em especial no estado do Maranhão que teve registro 3.452 casos da doença em 2024, e portanto, aumento de 30,65% dos casos da doença na região. Deste modo, o objetivo do estudo foi descrever e analisar o perfil epidemiológico de indivíduos com diagnóstico confirmado da doença residentes na Microrregião de Imperatriz. Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, realizado a partir da consulta às bases do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram utilizados os registros de casos de tuberculose notificados no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024. Os dados foram obtidos por meio de acesso público às bases disponibilizadas pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foi identificado o registro de 1.237 casos de tuberculose neste recorte temporal. Quanto as características individuais, 827 são do sexo masculino e 410 do sexo feminino, 829 pardos, 45 indígenas, 128 pretos e 199 brancos e com idade entre 20 e 59 anos. Quanto ao perfil de abandono do tratamento, tem-se como destaque homens jovens, pardos, de baixa escolaridade, usuários de drogas e tabagistas. Nota-se que os casos da doença ainda estão em evolução mesmo com implementação de estratégias governamentais no Estado do Maranhão. Logo, é fundamental a ampliação e fortalecimento das ações do Comitê Estadual de Tuberculose com enfoque nas campanhas e capacitação dos profissionais.

**Palavras-chave:** Tuberculose. Perfil epidemiológico. Pneumologia Sanitária.

**Análise da cobertura vacinal em crianças menores de um ano em Imperatriz, Maranhão, 2023-2025**

Rodrigo Souza Santos<sup>1</sup>; Daynna Nara Costa De Almeida<sup>1</sup>; Douglas Sousa Correa<sup>1</sup>; Kaiky Willame de Souza Lobo<sup>1</sup>; Pedro Angelo Moreira Prado<sup>1</sup>; Luciana Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail: souzarodrigocntt@gmail.com

Com a inclusão do calendário vacinal no Brasil aconteceu a erradicação de várias doenças. O objetivo foi analisar os dados da cobertura vacinal (CV) de crianças  $\leq$  de um ano em Imperatriz-MA entre 2023 e 2025. Os dados foram coletados do Painel do Ministério da Saúde – Cobertura Vacinal (ImunizaSUS / Qlik), do Monitora Saúde (SES-MA). Foram analisadas as coberturas de 8 vacinas (BCG, Hepatite B, Pentavalente (DTP/HepB/Hib), Poliomielite Inativada, Pneumo 10, Rotavírus, Febre Amarela e Meningo C). A análise estatística foi realizada de forma descritiva e comparativa a partir dos percentuais de CV. BCG e Hepatite B apresentaram crescimento expressivo de cobertura, ultrapassando 100%. As demais vacinas (Pentavalente, VIP, Pneumo 10, Rotavírus, Febre Amarela e Meningo C) apresentaram queda progressiva ao longo do período, todas ficando abaixo da meta de 95% estabelecida pelo Programa Nacional de Imunização (PNI). A situação mais crítica foi observada para Febre Amarela, que chegou a apenas 51,56% em 2024, e Meningo C, que caiu para 72,70% em 2025. Conclusão: Houve queda progressiva da cobertura vacinal da maioria dos imunobiológicos em crianças menores de um ano em Imperatriz-MA, permanecendo abaixo da meta preconizada pelo PNI. Esse cenário representa risco para a reintrodução de doenças preveníveis e evidencia a necessidade de fortalecer estratégias de vacinação.

**Palavras-Chave:** criança. cobertura vacinal. imunização.



**Epidemiologia da Tuberculose em Imperatriz-MA: Análise Temporal de 2004 a 2025**

Douglas Sousa Corrêa<sup>1</sup>, Rodrigo Souza Santos<sup>1</sup>; Daynna Nara Costa De Almeida<sup>1</sup>; Kaiky Willame de Souza Lobo<sup>1</sup>; Francisco Wandisley Freitas Maciel<sup>1</sup>; Luciana Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail:douglas.correa@uemasul.edu.br

A tuberculose (TB) permanece como uma das principais doenças infecciosas no Brasil e mantém elevada relevância epidemiológica em Imperatriz-MA, associada a fatores sociais, econômicos e urbanos. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico e a evolução temporal da TB no município entre 2004 e 2025. Trata-se de uma pesquisa descritiva e retrospectiva, baseada em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), relatórios da Secretaria Municipal de Saúde e bases oficiais de monitoramento. De 2004 a 2015, o coeficiente de detecção anual da tuberculose em Imperatriz caiu de 55 para 24,8 casos por 100 mil habitantes, correspondendo a uma redução global de 54,9%. A queda foi progressiva até 2012, quando se observou o menor valor da série (19,3; redução de 64,9% em relação a 2004). Nos anos seguintes, houve leve oscilação, com aumento em 2013 (23,4), queda em 2014 (21,4) e novo crescimento em 2015 (24,8). Em 2024 e 2025 foram notificados, respectivamente, 125 e 124 casos, indicando persistência da transmissão e possível impacto de determinantes sociais. Conclui-se que, apesar da redução histórica, a TB continua sendo um desafio relevante em Imperatriz, exigindo fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle, com foco nos determinantes sociais da saúde.

**Palavras-chave:** Tuberculose. Epidemiologia. Imperatriz. Maranhão. Saúde Pública.

**Distribuição por faixa etária de alterações ASC-H em citologias cervicais: análise do Tocantins, 2020–2024**

Kamilly Luz Dourado<sup>1</sup>; Anna Luyza de Azevedo Coelho<sup>1</sup>; Lídia Helena César dos Santos<sup>1</sup>; Maria Júlia Martins Mendes Ribeiro<sup>1</sup>; Maria Luiza Alencar Lima<sup>1</sup>; Karyne Gleyce Zemf Oliveria<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: kamillydourado@unitins.br

O câncer do colo do útero permanece como relevante problema de saúde pública no Brasil, sobretudo em regiões com limitações no rastreamento e no diagnóstico precoce. A análise do perfil epidemiológico das alterações citológicas é essencial para o planejamento de estratégias eficazes. Este estudo descreveu a ocorrência de alterações do tipo ASC-H (células escamosas atípicas, não sendo possível excluir lesão intraepitelial de alto grau) em exames citopatológicos realizados no Tocantins, entre 2020 e 2024, considerando a distribuição por faixa etária. Trata-se de estudo epidemiológico, descritivo, quantitativo e retrospectivo, baseado em dados do INCA e do SISCAN. Os resultados mostraram maior número de registros em 2024, com 616 casos, sendo a faixa etária de 40 a 44 anos a mais prevalente (82 ocorrências). Os achados reforçam a necessidade de ampliar o rastreamento, sobretudo em mulheres em idade reprodutiva tardia, onde as alterações foram mais frequentes. Destaca-se também a importância do nível de informação e da conscientização sobre a realização regular dos exames, fatores decisivos para a detecção precoce. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas de prevenção, associado a campanhas educativas permanentes e ao acesso equitativo aos serviços de saúde, é fundamental para reduzir a incidência e mortalidade por câncer do colo do útero no Tocantins, podendo servir de referência para outras regiões.

**Palavras-chave:** teste de Papanicolaou. Epidemiologia. Neoplasias. Colo do útero.

### Presença da hanseníase em municípios do Tocantins

Marcos Aurélio Gonçalves Guimarães Júnior<sup>1</sup>; Leonardo Lima Torres<sup>1</sup>; Thiago Thadeu Medeiros da Costa<sup>1</sup>;  
Francisco Wandisley Freitas Maciel<sup>1</sup>; Luciana Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: marjr268@gmail.com

A hanseníase, infecção crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, permanece como um relevante problema de saúde pública no Brasil, com persistência de focos em diferentes regiões. Este estudo teve como objetivo analisar a distribuição espacial e a frequência da doença nos municípios do Tocantins, no período de cinco anos, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net). Trata-se de um estudo epidemiológico observacional, descritivo e retrospectivo. Os resultados evidenciaram maior concentração de casos em Palmas (1.874), Porto Nacional (730) e Araguaína (669), configurando áreas endêmicas que demandam intervenções imediatas. A elevada incidência está associada a fatores como dificuldades no diagnóstico precoce, baixa adesão ao tratamento e condições socioeconômicas desfavoráveis, que favorecem a transmissão. Destaca-se, portanto, a importância de estratégias preventivas integradas, incluindo a vacinação com BCG para contatos domiciliares, promoção de hábitos alimentares saudáveis, incentivo à higiene pessoal e, sobretudo, o fortalecimento da atenção primária, aliado a campanhas de conscientização e capacitação contínua de profissionais de saúde. Conclui-se que a redução da carga da hanseníase no Tocantins requer uma abordagem multidisciplinar, territorialmente focalizada e apoiada em vigilância ativa.

**Palavras-chave:** Hanseníase. Epidemiologia. Prevenção de doenças.

### **Análise da mortalidade materna por pré-eclâmpsia e eclâmpsia no estado do Tocantins**

Túlio Levi Paiva Nunes Macedo<sup>1</sup>; Laís Carolina Tavares da Silva<sup>1</sup>; Larissa Lima Nogueira<sup>1</sup>; Yngrid Cardoso Alves Saraiva<sup>1</sup>; Victoria Franco Bontempo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Tocantins

Email: estudostuliolevi@gmail.com

A pré-eclâmpsia e a eclâmpsia são síndromes hipertensivas graves que acometem severamente gestantes brasileiras, levando, muitas vezes, à mortalidade. As causas de tais ocorrências, ainda que não totalmente conhecidas, estão relacionadas a fatores de risco, como doenças crônicas, obesidade e intercorrências em gestações anteriores. No estado do Tocantins, essa realidade tem sido frequente nos últimos anos. O presente estudo busca analisar a relação dos serviços de saúde ofertados ao grupo com a incidência desses casos. Estudo quantitativo, transversal e ecológico, a partir do cálculo das taxas de mortalidade materna (TMM), embasado em dados de 2024 do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), disponíveis no Departamento de Informática do SUS (Datapus). O resultado obtido foi de liderança da Região Norte do país (TMM de 13,49) frente aos casos de mortalidade por pré- eclâmpsia e eclâmpsia, com destaque para o Tocantins, que apresentou TMM de 9,43, ocupando a 5ª posição no espaço regional. Esse cenário revela a precariedade dos serviços gineco-obstétricos ofertados, que carecem de políticas públicas integradas para funcionar efetivamente. Conclui-se a necessidade de um pré-natal mais assegurado, associado ao controle dos fatores de riscos da hipertensão gestacional.

**Palavras-chave:** Síndromes hipertensivas. gestantes. Óbitos.

**Relato de experiência sobre a prevenção da sífilis gestacional e congênita em Unidade Básica de Saúde**

Sophia Reis Gomes Aguiar<sup>1</sup>; Camyla Ellen Soares Costa<sup>1</sup>; Sabrina Caroline Costa Coelho<sup>1</sup>; Vitória Karoline Costa Rodrigues<sup>1</sup>; Yara Nayá Lopes de Andrade<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Email: sophitaguiar24@gmail.com

A sífilis gestacional é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema pallidum* que, quando tratada incorretamente ou não tratada, pode ser transmitida para o feto, sendo capaz de causar aborto espontâneo, parto prematuro, má formação do feto, surdez, cegueira, deficiência intelectual ou morte no nascimento. Embora apresente um diagnóstico rápido e procedimento terapêutico eficiente, ainda apresenta dados preocupantes. Tendo isso em vista, realizou-se uma ação extensionista cujo objetivo foi promover atividade educativa para a prevenção da sífilis gestacional e congênita em uma Unidade Básica de Saúde no Município de Imperatriz - MA. A prática abrangeu a busca de pacientes em risco, debates de cunho informativo e entrega de panfletos demonstrando causa, sintomas e prevenção da patologia. A iniciativa na UBS Ouro Verde possibilitou – por meio de debates e distribuição de materiais educativos – a compreensão da temática Sífilis Gestacional e Congênita, bem como a relevância do diagnóstico precoce e da adoção de condutas seguras e conscientes durante a prática sexual para efetuar a prevenção. A implementação de ações que visam a promoção da saúde sexual é imprescindível para a diminuição dos casos da Sífilis Gestacional e Congênita. Dessa forma, a intervenção dinâmica e educativa realizada tornou-se válida e necessária, ao passo que proporcionou conscientização, educação em saúde, qualidade de vida e integração universidade-comunidade.

**Palavras-chave:** Infecções Sexualmente Transmissíveis. Saúde Pública. Atenção Primária à Saúde.

### Distribuição regional de custos com polissonografia: uma abordagem longitudinal de economia em saúde

Mariana Martins Fernandes Paiva<sup>1</sup>; Guilherme de Lima Oliveira<sup>1</sup>; Phelipe Austráco Teixeira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: [mariana.paiva@uemasul.edu.br](mailto:mariana.paiva@uemasul.edu.br)

A polissonografia é um exame fundamental no diagnóstico de distúrbios do sono e, no Brasil, a distribuição regional de custos revela importantes disparidades no acesso desta propedêutica, o que dificulta a equidade assistencial. Há como objetivos investigar a distribuição regional da quantidade e gastos de exames ambulatoriais de polissonografia realizados no Brasil em um quinquênio. Esse é um Estudo ecológico com dados secundários do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) via DATASUS, considerou-se a produção ambulatorial por local de atendimento com abrangência nacional, incluiu-se as quantidades e valores aprovados de exames de polissonografia realizados por região geográfica entre 2020-2024. Foram registrados 47.96 procedimentos, a região Sudeste era responsável por 50% (n=24.3240) do total, seguida das regiões Nordeste (22,6%; n= 10.869), Sul (18%; n= 8.622), Centro-Oeste (8,13%; n= 3.899) e Norte (0,5%; n=247). Em relação aos gastos com exame polissonográfico por região, somaram-se R\$ 6.592.630,66, sendo 2024 o ano com maior prevalência de custos e com destaque para região Sudeste (R\$ 1.102.681,52). Percebem-se alterações regionais em termos de quantidade e gastos de procedimentos de polissonografia por região. Esses dados reiteram a urgência da criação de políticas públicas para reduzir a disparidade regional atribuídas à polissonografia, para que pacientes com doenças relacionadas ao sono tenham acesso ao tratamento adequado.

**Palavras-chave:** Polissonografia. Abordagem longitudinal. Diagnóstico. tratamento.

**Efeitos da meditação na saúde mental de pessoas vivendo com dor crônica: uma revisão integrativa**

Yasmin Bacelar Reis<sup>1</sup>; Isadora Alves Dias da Costa<sup>1</sup>; Francisco Dimitre Rodrigo Pereira Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: yasminreis@unitins.br

A meditação, uma das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), utiliza atenção para promover equilíbrio corpo-mente-emoções, com benefícios comprovados à saúde mental e qualidade de vida. Estudos recentes destacam sua eficácia nos transtornos psiquiátricos em pessoas com dores crônicas (>3 meses de dor persistente). Analisar os efeitos da meditação na saúde mental de pessoas vivendo com dor crônica. Revisão integrativa a partir do PubMed com descritores *meditation AND chronic pain AND mental disease*, incluindo artigos gratuitos (2015–2025). Dos 85 encontrados, após filtros restaram 9 que responderam à questão: “Como a meditação pode influenciar a saúde mental de pessoas com dores persistentes?”. Para o manejo eficaz da dor crônica, é fundamental abordagem multidisciplinar. A literatura aponta que a meditação auxilia no alívio de dores, na redução da catastrofização da dor, na depressão e na dependência de opioides, por meio de relaxamento físico e mental. A meditação mostrou-se efetiva como prática complementar no tratamento do sofrimento psicológico de pessoas com dores crônicas. Assim, sugere-se a inserção efetiva no sistema público de saúde visando a melhorar da qualidade de vida das pessoas com dor crônica.

**Palavras-chave:** Atenção plena. Dores persistentes. Saúde mental.

**Higiene e autocuidado na hanseníase: relato de abordagem participativa em área endêmica, Imperatriz-MA**

Mariana Martins Fernandes Paiva<sup>1</sup>; Gabriella de Jesus Machado Santos<sup>1</sup>; Ludmilla Santos Silva de Mesquita<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: mariana.paiva@uemasul.edu.br

A higiene pessoal e ambiental é fundamental na prevenção de complicações da hanseníase, como infecções secundárias, garantindo a qualidade de vida dos pacientes. Diante disso, em Imperatriz, no Maranhão, área endêmica, a abordagem educativa sobre autocuidado é crucial na promoção da saúde e no enfrentamento do estigma social. O objetivo deste Relato de Experiência, a partir da curricularização da extensão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, denominado "Mãos que cuidam: higiene e dignidade na hanseníase", realizado no eixo Humanidades Médicas, foi instruir os 11 residentes da Vila João XXIII (lar de acolhimento para pacientes com hanseníase) sobre a importância da higiene pessoal, para a prevenção de agravos. A metodologia priorizou a abordagem participativa, fundamentada na pedagogia freiriana, com o diálogo horizontal e as vivências dos participantes, que são em sua maioria idosos institucionalizados e sem suporte familiar. A intervenção teve distribuição de folder informativo, entrega de kits de higiene pessoal e demonstrações práticas de autocuidado, incluindo escovação dentária, lavagem das mãos e estratégias para banho, considerando limitações funcionais e o uso de próteses. O contato direto e o cenário real de cuidado promoveram habilidades essenciais como escuta ativa e empatia. Conclui-se que a atividade evidenciou o valor inestimável da comunicação efetiva para a formação acadêmica, pela oportunidade de aplicar competências assistenciais.

**Palavras-chave:** Educação em saúde. Hanseníase. Cuidado comunitário.



**Fatores epidemiológicos associados à sífilis congênita no município de Imperatriz-MA**

Ana Caroline Fernandes Gaspar<sup>1</sup>; José Augusto Lobão Marinho Sobrinho<sup>1</sup>; Arannadia Barbosa Silva<sup>1</sup>; Ludmilla Santos Silva de Mesquita<sup>1</sup>; Matheus Silva Alves<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: anacarolineferg1@gmail.com

A sífilis congênita é uma infecção vertical causada pela bactéria *Treponema pallidum*, transmitida principalmente por via transplacentária. O objetivo do estudo foi analisar os fatores epidemiológicos associados a sífilis congênita no município de Imperatriz-MA, no período de 2022 a 2024. Trata-se de um estudo observacional, quantitativo e descritivo, com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. As variáveis incluíram ano do diagnóstico, idade, faixa etária, raça, escolaridade materna, pré-natal, sífilis materna, tratamento do parceiro, classificação final e evolução. Foram notificados 369 casos em Imperatriz, dos quais 349 residiam no Maranhão, 15 no estado do Tocantins e 5 em outros estados. Dos 349 casos, observou-se maior frequência em mães com ensino médio completo (34,1%), de 20–24 anos (38%) e pardas (86,5%). Embora 97,13% tenham realizado pré-natal, 51% foram diagnosticadas apenas no parto/curetagem. Entre os recém-nascidos, 97,42% apresentaram sífilis congênita recente, 98% foram diagnosticados até o sexto dia de vida e 3,5% evoluíram para óbito. Destaca-se que 77% dos parceiros não foram tratados. O estudo evidenciou alta frequência de sífilis materna e congênita em mulheres jovens, pardas e com ensino médio. Apesar da cobertura pré-natal, a detecção tardia e a ausência de tratamento dos parceiros revelam fragilidades na assistência, reforçando a importância da vigilância epidemiológica e de políticas públicas eficazes.

**Palavras-chave:** Saúde materno-infantil. Assistência pré-natal. Fatores de risco.

## ATAXIA ESPINOCEREBELAR TIPO 25 E DISFUNÇÃO MITOCONDRIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Guilherme Araújo Leal<sup>1</sup>, Lunalva Aurélio Pedroso Salles<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: lealguilherme@unitins.br

Ataxia Espinocerebelar tipo 25 (SCA25) é uma doença rara, neurodegenerativa, autossômica dominante, causada por mutações no gene PNPT1, que codifica uma proteína essencial para a função mitocondrial. Esta revisão de literatura teve como objetivo de sistematizar o conhecimento científico sobre a SCA25, abrangendo seus aspectos genéticos, clínicos e terapêuticos. Para isso, realizou-se uma busca sistemática de artigos publicados entre 2013 e 2025 nas bases de dados Google Acadêmico, PubMed e SciELO. Os resultados da análise evidenciaram que a SCA25 se caracteriza por ataxia progressiva, neuropatia sensorial e perda auditiva, apresentando variabilidade clínica, devido, em alguns casos, ter penetrância incompleta. O diagnóstico ainda é desafiador, mas com os avanços nas técnicas de sequenciamento de nova geração (NGS) têm ampliado sua acurácia. Embora não exista tratamento para cura, as abordagens paliativas e o acompanhamento multidisciplinar são relevantes para o manejo dos sintomas. Ademais, estudos recentes apontam para a importância da terapia gênica e da neuroproteção como perspectivas futuras. Conclui-se que ainda há importantes lacunas na literatura, destacando a necessidade de mais estudos para o melhor entendimento da fisiopatologia e para o desenvolvimento de terapias específicas para a SCA25.

**Palavras-chave:** PNPT1. Ataxia Espinocerebelar. Mitocôndria. Disfunção. Cerebelo.

**Burnout em profissionais de saúde: revisão de literatura sobre políticas de prevenção**

Lara Melissa Revil Nobre de Lima<sup>1</sup>, Ana Clara Farias Vasconcelos<sup>1</sup>, Beatriz Aparecida Feitosa de Oliveira<sup>1</sup>,  
Beatriz de Oliveira Primo<sup>1</sup>, João Victor Rodrigues Nascimento<sup>1</sup>, Luciana Oliveira dos Santos<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Email: lara.lima@uemasul.edu.br

O burnout é um estado de esgotamento físico, mental e emocional, frequente em profissionais da saúde devido à carga horária exaustiva, alta demanda de pacientes e exposição a situações traumáticas, prejudicando sua saúde e a qualidade assistencial. O objetivo deste estudo foi analisar, por meio de revisão narrativa, políticas e estratégias de prevenção do burnout em profissionais da saúde no contexto contemporâneo. A busca ocorreu nas bases National Library of Medicine-PubMed, Scientific Electronic Library Online-SciELO e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde-LILACS, utilizando os descritores "estresse psicológico", "desgaste profissional" e "prevenção de doença", selecionando artigos em português e inglês. A análise qualitativa identificou maior risco em médicos em início de carreira, residentes e profissionais com longas jornadas, sobretudo em emergência e unidades de terapia intensiva. A pandemia de COVID-19 agravou o estresse ocupacional, somando fatores de risco como insegurança e baixa autonomia. Como fatores protetores destacaram-se apoio social, lazer, hábitos saudáveis, atividade física e inteligência emocional. Estratégias como o Programa de Redução de Estresse Baseado em Mindfulness (MBSR) mostraram eficácia. Conclui-se que o burnout associa-se à sobrecarga laboral e ambientes complexos, sendo imprescindíveis estratégias de autocuidado, suporte social e políticas públicas institucionais que assegurem condições de trabalho seguras e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Estresse psicológico. Desgaste profissional e prevenção de doença.

### **Queda da cobertura vacinal e reemergência de doenças: análise da literatura científica**

Beatriz Aparecida Feitosa de Oliveira<sup>1</sup>, Ana Clara Farias Vasconcelos<sup>1</sup>, Andressa da Silva Sousa<sup>1</sup>, Beatriz de Oliveira Primo<sup>1</sup>, Lara Melissa Revil Nobre de Lima<sup>1</sup>, Wellyson da Cunha Araújo Firmo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail: beatriz.feitosa.oliveira@uemasul.edu.br

A implementação de programas de imunização foi um marco no controle de doenças preveníveis por vacinas, reduzindo a morbimortalidade. Porém, nas últimas décadas observa-se queda na cobertura vacinal, o que ameaça a imunidade coletiva e favorece a reemergência de enfermidades. Esse declínio é multifatorial, envolvendo desigualdades socioeconômicas, barreiras de acesso, circulação de informações falsas e fragilidade dos serviços de saúde. Diante desse contexto, o objetivo deste estudo foi revisar a literatura sobre a queda vacinal e sua relação com doenças imunopreveníveis. Para tal, realizou-se uma revisão narrativa de artigos obtidos nas bases National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), incluindo estudos publicados em português e/ou inglês. Os resultados mostram intensificação da redução vacinal no Brasil e nas Américas a partir de 2016, agravada pela pandemia da COVID-19. A Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde recomendam taxa mínima de 95% para a maioria dos imunobiológicos; entretanto, em 2021, a primeira dose contra o sarampo atingiu 81%, resultando em 5 milhões de crianças não vacinadas a mais em relação a 2019. Além disso, a probabilidade de crianças menores de 5 anos receberem todas as vacinas caiu para 20%. Como consequência, doenças antes controladas, como o sarampo, ressurgiram, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes, campanhas educativas e acesso universal às vacinas.

**Palavras-chave:** Taxa de vacinação. Reincidência. Programas de vacinação. Saúde pública.

**Desafios na implementação do Pré-Natal de qualidade no SUS: Foco no início tardio do acompanhamento.**

Miguel Figueredo de Sousa<sup>1</sup>, Gabriel Hochaim Suiter<sup>1</sup>, Gabriel Gomes de Sousa<sup>1</sup>, Luiz Miguel Dias Queiroz<sup>1</sup>,  
Karyne Gleyce Zemf Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: miguelfigueredo@unitins.br

A assistência pré-natal é uma ferramenta de saúde pública vital para reduzir a morbimortalidade materna e infantil. O pré-natal de qualidade no Brasil, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), enfrenta desafios, sendo o início tardio do acompanhamento um dos mais críticos. Este estudo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para o início tardio do pré-natal, suas consequências e as estratégias propostas na literatura para melhorar a qualidade da assistência. Foi realizada uma revisão de literatura em bases de dados eletrônicas como LILACS, SciELO e PubMed/MEDLINE. A busca utilizou descritores como "pré-natal", "início tardio", "acesso a serviços de saúde" e "SUS" para identificar artigos científicos e documentos oficiais que abordam a temática. A pesquisa demonstra que o início tardio do pré-natal está frequentemente associado a barreiras socioeconômicas, como baixa escolaridade e renda, e institucionais, como a dificuldade de agendamento e a falta de oferta de consultas. As consequências incluem a detecção tardia de patologias como sífilis e hipertensão gestacional, comprometendo os desfechos gestacionais. A melhoria do acesso e da qualidade do pré-natal no SUS requer a superação de barreiras estruturais e a implementação de políticas que fortaleçam a educação em saúde, a Atenção Primária e a busca ativa por gestantes, garantindo um acompanhamento mais oportuno e eficaz.

**Palavras-chave:** Pré-natal. Saúde da Mulher. Acesso aos Serviços de Saúde.

### Fitoterapia no transtorno depressivo: revisão de escopo das evidências recentes

Matheus Vieira dos Santos<sup>1</sup>, Ana Caroline Fernandes Gaspar<sup>1</sup>, Cedrik Lucas Lima dos Santos<sup>1</sup>, Bruno Victor Castro de Melo<sup>1</sup>, Ludmilla Santos Silva de Mesquita<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

<sup>2</sup>Universidade Federal do Maranhão

E-mail: matheus.d.santos@uemasul.edu.br

A depressão é um transtorno neurobiológico de relevância global que afeta mais de 300 milhões de pessoas, caracterizada por tristeza persistente, anedonia e aumento do risco de suicídio, evidenciando a necessidade de novas opções terapêuticas. O objetivo do estudo foi analisar as evidências hodiernas sobre o uso de fitoterápicos no tratamento da depressão. Realizou-se revisão de escopo na PubMed com os descritores "Herbal Medicine", "Depression", "Phytotherapy" e "Medicinal Herbs" (MeSH), de 2019 a 2025, de acesso gratuito, revisões sistemáticas e ensaios clínicos controlados. Foram excluídos os estudos sem relação direta com o tratamento do transtorno depressivo. Dos 293 artigos identificados, 18 atenderam aos critérios. Os resultados indicaram evolução do uso da fitoterapia no tratamento da depressão, pois fitoterápicos à base de *Lavandula angustifolia*, *Melissa officinalis*, *Withania somnifera*, *Crocus sativus*, *Scutellaria baicalensis*, *Areca catechu* e *Matricaria chamomilla* demonstraram melhora significativa nos sintomas de Transtorno Depressivo Maior em comparação a placebos, com redução de escores negativos (HAMD, WHO-5, PANAS+, Happiness Measure) e ausência de efeitos colaterais graves. Concluiu-se que os fitoterápicos apresentam efeitos promissores e comparáveis aos antidepressivos tradicionais, com menor incidência de efeitos adversos. Entretanto, são necessários mais estudos clínicos de larga escala para confirmar sua eficácia e segurança.

**Palavras-chave:** Transtorno depressivo maior. Medicina herbal. Terapia alternativa.

**Saúde de populações em áreas de mineração: uma revisão integrativa da literatura**

Sophia Reis Gomes Aguiar<sup>1</sup>, Lorena Dutra de Matos Bastos<sup>1</sup>, Luanna Cristina dos Santos Araújo<sup>1</sup>, Marina de Carvalho Vanderlei Azevedo<sup>1</sup>, Sara Alencar Freire<sup>1</sup>, Ludmilla Santos Silva de Mesquita<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

E-mail:sophitaguiar24@gmail.com

A mineração, embora essencial à economia, traz uma série de desafios socioambientais. Essa atividade pode expor comunidades vizinhas a produtos tóxicos, o que afeta a qualidade de vida local e resulta em complicações que configuram esse cenário em uma questão de saúde pública. O presente trabalho descreve efeitos da mineração na saúde de populações próximas às áreas de extração. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), com os descritores “Mineração”, “Mineradores”, “Saúde Populacional” e “Saúde Pública”. Foram identificados 51 artigos; 50 permaneceram após a exclusão das duplicatas e 10 atenderam aos critérios de elegibilidade. A literatura revela que populações em áreas mineradoras enfrentam riscos de natureza crítica. A exposição a minérios, mesmo quando abaixo dos limites legais, ocasiona agravos respiratórios e, inclusive, impactos psicossociais. No Brasil, a bibliografia confirma esses efeitos ao revelar um aumento nos casos de asma, bronquite, bem como de depressão e ansiedade em áreas afetadas por desastres como os de Mariana e Brumadinho. Assim, a mineração impõe riscos que ultrapassam o ambiente laboral e atingem as comunidades vizinhas. Portanto, diante desse quadro, o fortalecimento da saúde pública, a educação ambiental e o monitoramento contínuo são fundamentais para proteger o bem-estar das populações que convivem nas proximidades dos espaços de mineração.

**Palavras-chave:** Saúde Pública. Mineração. Doenças Ambientais.

**Relato de experiência da ação de extensão universitária UNITINS SALVA VIDAS: sensibilização e doação de sangue em Augustinópolis, TO**

Alice Vitória de Araújo Rocha<sup>1</sup>, Juliana Sousa Silva<sup>1</sup>, Láyza Gabrielly Soares dos Santos<sup>1</sup>, Ludmyla Pereira Costa<sup>1</sup>, Mariana Manduca Carósio<sup>1</sup>, Bruno do Amaral Crispim<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: alicearaujo@unitins.br

A escassez de estoques sanguíneos na região Norte compromete os serviços de saúde, e a universidade exerce papel estratégico ao promover a doação por meio de educação e mobilização comunitária. Relatar a experiência de mobilização universitária para promoção da doação de sangue em Augustinópolis, TO. Relato de experiência da ação "UNITINS SALVA VIDAS", realizada em fevereiro de 2025 pela Liga Acadêmica de Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Tocantins (LISC/UNITINS), com participação de discentes de Enfermagem e Medicina. As atividades incluíram visitas às salas de aula, divulgação em plataformas digitais e captação de doadores por meio de formulário eletrônico (Google Forms). Com apoio institucional, foi disponibilizado transporte coletivo para deslocamento até a unidade de coleta. A mobilização alcançou acadêmicos e comunidade externa, com ampla adesão. O formulário eletrônico mostrou-se eficaz para inscrições, triagem inicial e comunicação, otimizando a logística. Dúvidas sobre elegibilidade e percepções de risco foram sanadas com material educativo e diálogo direto. A parceria com a Unidade de Coleta e Transfusão (UCT) de Augustinópolis possibilitou ajustes no fluxo de atendimento, fortalecendo a integração entre ensino, extensão e serviço, além da criação de um banco de dados de doadores. A estratégia, baseada em educação em saúde, convite ativo e suporte logístico, mostrou-se eficaz na mobilização de doadores e no fortalecimento da UCT local. Recomenda-se a continuidade de ações regulares para ampliar o impacto e consolidar as redes de doação de sangue.

**Palavras-chave:** Doação de Sangue. Saúde Pública. Responsabilidade Social.



## O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS COMO FATOR DE RISCO PARA A HIPERTENSÃO ARTERIAL EM ADULTOS JOVENS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Luana Aguiar de Barros<sup>1</sup>; Isadora Alves Dias da Costa<sup>1</sup>; Maria Simone Lopes da Silva Andrade<sup>1</sup>; Mariana de Amaral Barbosa<sup>1</sup>; Regina Victória Tenório Lima<sup>1</sup>; Talícia Maria Alves Benício<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins

E-mail: luanaaguiar@unitins.br

### RESUMO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica com graves repercussões cardiovasculares. Estudos recentes inferem que uma crescente parcela da população jovem adulta têm sido afetada pelo consumo do álcool, importante fator de risco modificável que eleva a pressão arterial e favorece doenças cardiovasculares. Assim, políticas públicas e campanhas de conscientização são cruciais para o controle da HAS e a mitigação de seus impactos na saúde pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hipertensão; Consumo de álcool; Jovens adultos; Doenças cardiovasculares; Saúde pública.

### INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica não transmissível e multifatorial. Sua origem envolve uma interação complexa de fatores genéticos, ambientais, sociais e epigenéticos, o que torna seu diagnóstico, prevenção e manejo ainda mais desafiadores. Clinicamente, é definida pela elevação persistente da pressão arterial, sendo estabelecido como critério diagnóstico valores de pressão arterial sistólica (PAS) iguais ou superiores a 140 mmHg e/ou pressão arterial diastólica (PAD) iguais ou superiores a 90 mmHg, aferidos em pelo menos duas ocasiões distintas, sem o uso de medicação anti-hipertensiva<sup>1</sup>.

Trata-se de um dos mais graves problemas de saúde pública, tanto em nível global quanto no Brasil. No país, a prevalência média entre adultos é de aproximadamente 32%, alcançando índices superiores a 50% em indivíduos acima de 60 anos. A associação entre HAS e Doenças Cardiovasculares (DCV) é particularmente preocupante, visto que a mortalidade por DCV cresce de forma significativa em indivíduos hipertensos<sup>2</sup>. Estima-se que, na última década, mais de 70% dos custos atribuídos a doenças coronarianas no SUS, representadas majoritariamente por DCV, estejam associados diretamente à hipertensão arterial<sup>3, 4</sup>.

Entre os fatores de risco modificáveis para a HAS, o consumo excessivo de álcool merece destaque. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024) mostram que, em 2019, o consumo total de álcool per capita no mundo foi de 5,5 litros, sendo que a Região das Américas apresentou uma das maiores médias, em torno de 7,5 litros (5). O que representa um importante problema de saúde pública, visto que aproximadamente 400 milhões de pessoas convivem com transtornos relacionados ao uso de bebidas alcoólicas. O vínculo entre etilismo e hipertensão está bem documentado. O consumo abusivo de álcool, independentemente de gênero, raça ou idade, aumenta de forma significativa as chances de desenvolvimento de HAS. Estima-se que entre 10% e 30% dos casos da doença estejam relacionados ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas<sup>1, 7</sup>.

Diante desse cenário, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) deve ser compreendida como uma condição multifatorial, que demanda atenção da saúde pública. Sua elevada prevalência e a associação com desfechos cardiovasculares graves, além dos custos expressivos ao sistema de saúde reforçam a necessidade de estratégias eficazes de prevenção e controle. Desse modo, o objetivo desta revisão é relacionar o consumo de álcool e a hipertensão arterial em jovens adultos, destacando as evidências disponíveis e a necessidade de mais estudos que abordem essa associação a fim de auxiliar futuras pesquisas e estratégias em saúde pública.

METODOLOGIA

Esta revisão integrativa da literatura busca reunir trabalhos que retratem acerca da prevalência da Hipertensão entre jovens adultos que consumam bebidas alcoólicas. Para isso, a base de dados PubMed foi utilizada para a pesquisa, que abrangeu o período de 2021 a 2025. Para a busca dos artigos, os descritores e operadores booleanos utilizados foram: "Alcohol consumption" AND "Hypertension" AND "Young Adults". Sendo que, filtrando pela própria base de dados, apenas artigos gratuitos foram selecionados.

Dessa forma, 197 estudos foram encontrados. Para a seleção dos trabalhos, apenas artigos que abordassem a relação entre o consumo de álcool e a hipertensão entre adultos na faixa etária de 18 a 40 anos foram escolhidos. Dessa forma, trabalhos que não abordaram essa faixa etária, que não discutiram sobre o consumo de álcool, ou que relacionaram a hipertensão com outras doenças crônicas foram excluídos. Assim, de 197 artigos, apenas 47 permaneceram após a seleção por título. Após a leitura dos resumos, 24 estudos foram mantidos para a leitura completa. Finalmente, apenas 6 artigos foram eleitos para compor a revisão, pois abordavam o objetivo do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos apresentam heterogeneidade quanto ao delineamento metodológico, tamanho da amostra e contexto demográfico, mas convergem na análise do consumo de bebidas alcoólicas como fator de risco. A Tabela 1, a seguir, sintetiza os principais achados dos trabalhos selecionados.

Tabela 1 - Estudos sobre a relação entre Hipertensão Arterial e Consumo de Álcool.Fonte: Elaboração própria (2025)

Autor/ Ano	Prevalência da hipertensão em jovens adultos (18-40 anos)	Desfecho do Estudo
Okyer e et al., 2025	Estimado entre 18–20%	O álcool foi altamente prevalente entre jovens hipertensos, sobretudo homens. Estilo de vida urbano, tabagismo e dieta rica em sal potencializaram o risco.
Fan et al., 2025	Cerca de 25– 28%	O consumo pesado (>40 g/d) aumentou quase duas vezes o risco de hipertensão em jovens, mostrando uma clara relação dose-resposta precoce.

Gebr emes kel et al., 2024	17,9%		O consumo de álcool mais que dobrou o risco de hipertensão. Fatores adicionais: tabagismo, obesidade central e histórico familiar.
Salaw u et al.,20 24	17,2%		O trabalho demonstrou que o consumo de álcool estava presente nas práticas de estilo de vida de pessoas que vivem com hipertensão.
Venn am et al.,20 24	9,5%	das mulheres tribais e 15,9% dos homens tribais	O estudo revelou que o consumo de álcool aumentou significativamente as chances das mulheres tribais terem hipertensão(AOR:1,32).
Sithey et al.,20 21	25,2%		O estudo revelou que os usuários de álcool tiveram 1,4 vezes mais chances de terem hipertensão do que aqueles que não consomem bebida alcoólica. Além disso, o uso de álcool teve maior chance de estar relacionada à hipertensão do que o tabagismo.

Os resultados obtidos a partir da leitura dos artigos selecionados revelam que a hipertensão arterial tem atingido uma grande parcela da população jovem adulta, especialmente a faixa etária de 18-40 anos. Em um dos estudos realizado com 30.127 indivíduos, cerca de 25-28% dos hipertensos se enquadram nessa idade<sup>8</sup>. Tais achados merecem atenção no âmbito da saúde pública, uma vez que tradicionalmente a hipertensão esteve relacionada a adultos acima de 40 anos e idosos. No entanto, os dados mais recentes sugerem que a prevalência dessa condição em adultos jovens está aumentando progressivamente, o que exige novas formas de análise e intervenção.

Ao analisar os fatores de risco modificáveis em indivíduos jovens adultos hipertensos com 18-40 anos de idade, o consumo de álcool foi relatado por grande parte dos entrevistados. A pesquisa de Okyere *et al.* (9) apontou que 18-20% dos participantes dessa faixa etária tinham hipertensão e dentre eles 76,2% consumiam álcool, número mais expressivo que em indivíduos com mais de 50 anos de idade. Esses dados propõem que o consumo de bebida alcoólica pode estar diretamente relacionado ao aumento da pressão arterial em jovens adultos, corroborando com outros artigos selecionados que apontam o álcool como fator de risco modificável para a hipertensão <sup>10,11,12,13</sup>.

Entretanto, comparando esses achados com a literatura geral, observa-se convergência de que o consumo de álcool é um fator de risco modificável de grande impacto, mesmo quando ingerido em padrões considerados "sociais". Entretanto, Norris *et al.* (14) não encontraram a relação de fatores modificáveis, como o consumo de bebida alcoólica, prática de atividade física, ingestão de sal e consumo de frutas e vegetais, com a hipertensão entre homens e mulheres de 15 a 69 anos.

Além disso, uma pesquisa revelou que o uso de álcool entre indivíduos com mais de 15 anos estava relacionado a uma maior chance de apresentar hipertensão diastólica isolada ( $or=1,32$ ) e hipertensão sistodiastólica ( $or=1,17$ ) em relação aos indivíduos que nunca ou não consumiram álcool nos últimos 12 meses<sup>15</sup>. Foi observado também que o consumo de bebida alcoólica em indivíduos hipertensos com mais de 15 anos, em análise bivariada, que a hipertensão arterial não diagnosticada teve uma associação positiva com o consumo de álcool ou tabaco<sup>16</sup>. Por outro lado, o artigo de Freire *et al.* (17), não associou hipertensão diretamente com o consumo de álcool, porém foi evidenciado que a idade influencia nesse consumo, de modo que idades mais avançadas foi relacionado a um menor consumo de álcool.

Dessa maneira, esses achados reforçam a hipótese de que o consumo, mesmo em pequena quantidade, pode impactar negativamente a saúde cardiovascular dos jovens adultos. Assim, pensando no âmbito da saúde pública, torna-se urgente a formulação de políticas voltadas especificamente a esse público. É essencial que campanhas de conscientização informem os jovens adultos sobre a relação entre álcool e risco de doenças crônicas, como a hipertensão.

Ademais, é importante salientar as limitações deste estudo. O principal obstáculo encontrado foi a falta de dados que apresentassem a estratificação de indivíduos hipertensos que fazem uso de álcool por faixa etária. Apenas os trabalhos (8,9 e 10) disponibilizam essas informações. Apesar disso, o estudo traz contribuições importantes sobre a prevalência da hipertensão em jovens adultos e o impacto significativo do consumo de álcool nessa condição médica. Nesse sentido, para uma melhor compreensão dos dados, sugere-se que pesquisas futuras preencham essa lacuna.

Infer-se que a hipertensão arterial tem acometido adultos cada vez mais jovens, possivelmente tal contexto esteja associado ao consumo de álcool. Nesse sentido, campanhas educativas e rastreamento precoce podem reduzir os riscos e evitar o agravamento da condição.

## CONCLUSÃO

Entende-se, pela revisão, que a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é prevalente entre jovens adultos devido à ingestão alcoólica, grave fator de risco. Os achados inferem que indivíduos que abusam de bebidas alcoólicas possuem tendência a desenvolver HAS precoce, frisando a demanda de estratégias de prevenção e rastreamento voltadas a essa população. Assim, medidas educativas e campanhas de conscientização mostram-se cruciais para reduzir os efeitos do etilismo na saúde juvenil.

## REFERÊNCIAS

1. Barroso WKS, Rodrigues CIS, Bortolotto LA, Mota-Gomes MA, Brandão AA, Feitosa ADM, et al. Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial – 2020. *Arq Bras Cardiol.* 2021;116(3):516-658. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://abccardiol.org/wp-content/uploads/2021/03/11603021.pdf>
2. Sociedade Brasileira de Cardiologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. *Arq Bras Cardiol.* 2010;95(1 Suppl 1):1-51. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/P7x3T9T6F4jrbYJk8DatKsC/?lang=pt>
3. Nilson EAF, Silva EN, Jaime PC. Developing and applying a costing tool for hypertension and related cardiovascular disease: attributable costs to salt/sodium consumption. *J Clin Hypertens.* 2020;22(4):642-8. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jch.13836>
4. Nilson EAF, Andrade RCS, Brito DA, Oliveira ML. Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. *Rev Panam Salud Publica.* 2020;44:e32. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2020.v44/e32>
5. Ghebreyesus T. Global status report on alcohol and health and treatment of substance use disorders. Geneva: World Health Organization; 2024. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/377960/9789240096745-eng.pdf?sequence=1>
6. Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: estratégias para a saúde da pessoa com doença crônica. 37. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2024. 130 p. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hipertensao\\_arterial\\_sistemica\\_cab37.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hipertensao_arterial_sistemica_cab37.pdf)
7. Fuchs FD, Chambless LE, Whelton PK, Nieto FJ, Heiss G. Alcohol consumption and the incidence of hypertension: the Atherosclerosis Risk in Communities Study. *Hypertension.* 2001;37(5):1242-50. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11358934/>
8. Fan XF, Xie H, Shuai WH, Zhong GY. Association between daily alcohol intake and hypertension prevalence: evidence from the 2007–2018 NHANES database. *BMC Cardiovasc Disord.* 2025;25(1). [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40770292/>
9. Okyere J, Ayebe C, Dickson KS. Alcohol consumption among persons living with hypertension: evidence from a population-based study in Cape Verde. *BMC Public Health.* 2025;25(1). [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40045234/>
10. Gebremeskel GG, Haile TG, Gebrewahd GT, Tadesse DB. High blood pressure and its associated factors

- among Aksum University students, Northern Ethiopia, 2019: a cross-sectional study. *Int J Public Health*. 2024;69. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38832212/>
11. Sithey G, Wen LM, Dzed L, Li M. Noncommunicable diseases risk factors in Bhutan: a secondary analysis of data from Bhutan's nationwide STEPS survey 2014. *PLoS One*. 2021;16(9):e0257385. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34555064/>
12. Vennam BSV, Kuppli SS, Bora JK, Sahoo SS, Gujjarlupudi C, Bhimarasetty DM, et al. Socioeconomic and behavioral factors of hypertension among Indian tribal population: evidence from national family health survey 5. *PLoS One*. 2024;19(12):e0312729. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11676570/>
13. Salawu MM, Erakhaiwu JE, Bamgboye EA, Jalo RI, Ogah OS, Oyewole OE, et al. Differentials in lifestyle practices and determinants among hypertensive adults from three geopolitical zones in Nigeria. *Pan Afr Med J*. 2024;48:98. doi:10.11604/pamj.2024.48.98.40776. PMID:39492855; PMCID:PMC11530389. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC11530389/>
14. Norris T, Girma M, Genye T, Hussen A, Pradeilles R, Bekele Z, et al. Predictors of prediabetes/diabetes and hypertension in Ethiopia: reanalysis of the 2015 NCD STEPS survey using causal path diagrams. *Matern Child Nutr*. 2022;20(S5). [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35488470/>
15. Vera-Ponce VJ, Zuzunaga-Montoya FE, Vásquez-Romero LEM, Loayza-Castro JA, Gutierrez De Carrillo CI, Vigil-Ventura E. Prevalence, trends, and associated factors of isolated systolic, diastolic, and systolic-diastolic hypertension in Peru: a nine-year analysis of the Demographic and Family Health Survey. *Hipertens Riesgo Vasc*. 2025;42(1):18-28. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39551663/>
16. Vallejos-Mavila JC, Espinoza-Rojas R, De La Cruz-Vargas JA. [Undiagnosed arterial hypertension in a Latin American country, 2019 to 2021]. *Arch Cardiol Mex*. 2024. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38723662/>
17. Freire RS, Reis VMCP, Brito AB, Brito MFSF, Pinho L, Silva RRV, et al. Análise das inter-relações entre os fatores que influenciam a pressão arterial em adultos. *Rev Saude Publica*. 2020;54:147. [Internet]. [Acessado em 14 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33331490/>

## SÍNDROME DA DESMIELINIZAÇÃO OSMÓTICA SECUNDÁRIA À HIPONATREMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Sarah Rodrigues Marinho Silva<sup>1</sup>; Luana Aguiar de Barros<sup>1</sup>;  
Maria Simone Lopes da Silva<sup>1</sup>; Mariana de Amaral Barbosa<sup>1</sup>; Regina Victória Tenório Lima<sup>1</sup>; Maiara Bernardes  
Marques<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: sarahmarinho@unitins.br

### RESUMO

A hiponatremia é o distúrbio hidroeletrólítico mais assíduo na prática clínica, caracterizado pela redução da concentração sérica de sódio, reconhecido como marcador de gravidade em pacientes hospitalizados, podendo evoluir para complicações neurológicas graves, como a Síndrome de Desmielinização Osmótica (SDO). Essa síndrome configura-se pela perda da bainha de mielina, afetando a ponte cerebral (Mielinólise Pontina Central), podendo atingir também estruturas extrapontinas, como gânglios da base e o córtex cerebral. A SDO está veemente relacionada à correção rápida da hiponatremia. Dentre os fatores de risco associados, destacam-se alcoolismo, desnutrição, doenças hepáticas, insuficiência renal e distúrbios psiquiátricos. Os sintomas variam entre disartria e letargia até tetraparesia espástica e paralisia pseudobulbar. O diagnóstico precoce por ressonância magnética é primordial, mas a prevenção e a correção adequada da hiponatremia é a medida mais eficaz para reduzir a morbimortalidade e para melhorar o prognóstico dos pacientes.

**Palavras-chave:** Concentração Osmolar; Mielinólise Central da Ponte; Sistema Nervoso.

### INTRODUÇÃO

A Síndrome da Desmielinização Osmótica (SDO) é uma complicação rara relacionada à morte celular, que envolve a ponte cerebral, caracterizando a Mielinólise Pontina Central (MPC), mas também pode ocorrer em outras áreas como gânglios da base, substância branca cerebral, tálamo, putâmen e córtex periférico, sendo que, nesse caso, há uma Mielinólise Extrapontina (MEP), forma menos comum da SDO. Essa síndrome apresenta uma variedade de sintomas, que depende do local das lesões e podem demorar de 2 a 6 dias para aparecer <sup>1,2</sup>.

Inicialmente, a MPC foi atribuída ao alcoolismo e à desnutrição, porém passou a ser relacionada também à Hiponatremia<sup>1</sup>, caracterizada como um baixo nível de sódio associado à hipo-osmolaridade, o que indica um excesso de líquido em relação a esse íon. A Hiponatremia pode ser classificada com base no estado volêmico, sendo dividida em três grupos: hiponatremia hipovolêmica, euvolêmica e hipervolêmica - apesar de que essa divisão nem sempre é possível em um contexto clínico. A Hiponatremia sem a presença de hipo-osmolaridade é chamada de pseudo-hiponatremia <sup>3</sup>.

A Hiponatremia é um dos distúrbios eletrólíticos mais comuns na prática clínica, especialmente em pacientes com quadro de internação, e importante marcador de gravidade<sup>4</sup>. Suas manifestações clínicas têm origem neurológica, uma vez que estão relacionadas ao movimento de água para o interior das células cerebrais. Esse processo ocorre devido ao gradiente osmótico criado pela hiposmolaridade plasmática, estabelecido no nível da barreira hematoencefálica <sup>5</sup>.

A SDO é comumente relacionada à correção rápida da Hiponatremia, em velocidades >12meq/L em 24 horas e/ou >18meq/L em 48 horas, que resulta em mudanças osmóticas abruptas, apesar de a

fisiopatologia dessa relação não ser bem definida<sup>1,2</sup>. A SDO pode causar danos cerebrais irreversíveis devido à falta de conhecimento de suas características e atraso no diagnóstico correto. Portanto, é fundamental ampliar os conhecimentos acerca dessa relação, destacando que a Síndrome da Desmielinização Osmótica não é uma doença, mas uma complicação secundária, demandando atenção em medidas preventivas <sup>1</sup>.

Os sintomas da SDO costumam incluir alterações neurológicas como dificuldade ou incapacidade de fala, disartria e letargia. Em estágios mais avançados, podem surgir a tetraparesia espástica e a paralisia pseudobulbar, esta última observada em mais de 90% dos casos. Quando há comprometimento extrapontino, podem ocorrer sinais como ataxia, parkinsonismo e distonia<sup>6</sup>. A confirmação diagnóstica é geralmente obtida por ressonância magnética, que se mostra decisiva na identificação da síndrome<sup>7,8</sup>. Ademais, indivíduos com insuficiência hepática, insuficiência renal ou alcoolismo crônico apresentam maior suscetibilidade ao desenvolvimento da SDO <sup>9</sup>.

Diante disso, a hiponatremia configura-se como uma condição clínica de elevada prevalência na prática médica e de relevância no âmbito da saúde pública, uma vez que pode evoluir para complicações graves, como a SDO. Nesse contexto, o objetivo desta revisão de literatura é verificar a relação entre a hiponatremia e a Síndrome de Desmielinização Osmótica, ressaltando a importância de aprofundar o conhecimento sobre essa associação e destacando sua pertinência no cenário da saúde pública.

METODOLOGIA

Esta revisão integrativa busca definir se há relação da Síndrome da Desmielinização Osmótica com a Hiponatremia. A busca foi realizada no PubMed, no período de 2021 a 2025, utilizando os seguintes descritores e operadores: "Hyponatremia" AND "Encephalopathy" OR "Hyponatremia" AND "Brain Edema" OR "Hyponatremia" AND "Osmotic Demyelination Syndrome" OR "Hyponatremia" AND "Central Pontine Myelinolysis" OR "Hyponatremia" AND "Extrapontine Myelinolysis", com filtro para artigos gratuitos. Dos 77 encontrados, 33 foram selecionados por título. Após a leitura dos resumos, restaram 9 selecionados para a leitura completa, dos quais 2 trabalhos foram excluídos por se tratar de revisões e mais 1 foi excluído por apresentar retratação pela revista de publicação. Assim, 6 trabalhos foram incluídos por apresentarem foco principal entre a relação da Síndrome da Desmielinização Osmótica e a Hiponatremia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Relação dos Trabalhos Selecionados

Referência	Título	Tipo de Estudo	de	Conclusão
Ivanova et al., 2023	Central Pontine Myelinolysis as a Late Complication After Hyponatremia and COVID-19 Infection	Relato de caso	de	Desmielinização Osmótica Secundária pode surgir tardiamente; COVID-19 pode ser fator associado; diagnóstico precoce reduz sequelas
Sharif et al., 2023	Delayed Presentation of Osmotic Demyelination Syndrome Treated With Plasmapheresis	Relato de caso	de	A Síndrome de desmielinização osmótica pode ocorrer mesmo após correção adequada; plasmaférese pode auxiliar no tratamento
Nimodia et al., 2024	Consequences of Hyponatremia: Central Pontine and Extrapontine Myelinolysis in a Chronic Alcohol User	Relato de caso	de	A rápida correção da hiponatremia em pacientes alcoólatras crônicos pode precipitar a SDO, reforçando a necessidade de monitoramento rigoroso e correção lenta. A prevenção é a estratégia mais eficaz.

Fitts et al., 2021	The Changing Face of Osmotic Demyelination Syndrome	Retrospectivo Observacional (1999–2018)	Não só a hiponatremia, mas também outras alterações eletrolíticas estão presentes na SDO. A prevenção, com correção lenta do sódio e monitoramento rigoroso de distúrbios eletrolíticos, é essencial.
Falhammar et al., 2025	Neurologic and Psychiatric Disorders Following Correction of Profound Hyponatremia	Coorte populacional (2005–2018)	Síndrome da Desmielinização Osmótica é raro, mas associado à correção rápida; correção lenta permanece recomendada
Anahi et al. 2025	Pontine and Extrapontine Myelinolysis: Risk Factors and Characterization of Patients Diagnosed in Three Decades in a Tertiary Center	Estudo retrospectivo observacional (1990–2024).	Distúrbios eletrolíticos, especialmente hiponatremia, são fatores predominantes para ODS; sobre correção do sódio é frequente; a mortalidade permanece elevada, e a maioria dos sobreviventes apresenta sequelas neurológicas.

Fonte: Autoria própria (2025)

A hiponatremia foi verificada como fator de risco predominante para a Síndrome da Desmielinização Osmótica (SDO)<sup>10</sup>. A sua forma crônica é mais relacionada à desmielinização devido ao tempo de adaptação do cérebro com distúrbios eletrolíticos<sup>11</sup>. A correção da hiponatremia deve ser de 8-12 mEq/L a cada 24 horas, e em casos crônicos, 6-8 mEq/L a cada 24 horas<sup>12</sup>. A hipercorreção de sódio é considerada a etiologia mais comum da SDO, sendo mencionada com alta prevalência entre os pacientes acometidos<sup>10,15</sup>.

Outros distúrbios eletrolíticos podem estar associados, como Hipokalemia<sup>10,14</sup> e hipomagnesemia<sup>10</sup>. No entanto, anormalidades eletrolíticas não explicam por si só a causa da desmielinização<sup>15</sup>, diversas condições também podem contribuir para seu desenvolvimento, a exemplo do Alcoolismo Crônico<sup>10,14,15,16</sup>, Doença Hepática<sup>10,15</sup> e Desnutrição<sup>10</sup>, além de outras causas como a Diabetes e Insuficiência Renal<sup>10,15</sup>. Doenças neurológicas ou psiquiátricas e infecções se configuram como fatores de risco da condição<sup>14,15,17</sup>.

É essencial destacar que pode ocorrer a apresentação tardia de SDO em paciente com hiponatremia devidamente tratada, principalmente em casos que possuem condições predisponentes, a exemplo do alcoolismo crônico<sup>13,14,16,17</sup>. Dessa forma, históricos de correção rápida ou lenta devem servir de alerta, não só pela sua relação causal com a SDO, mas também pela possibilidade de associação do quadro clínico com diversas etiologias<sup>13</sup>.

Além disso, os resultados de um estudo de coorte realizado com mais de 7000 indivíduos, mostrou que a hiponatremia grave com concentrações de sódio  $\leq 105$  mmol/L foi mais associada como fator de risco para SDO do que a hipercorreção em si<sup>14</sup>. Essa evidência reforça a necessidade de novas pesquisas que aprofundem essa vertente, visto a potencialidade das complicações neurológicas decorrentes da hiponatremia profunda.

Clinicamente, os sintomas mais recorrentes da desmielinização são: a alteração do estado mental (encefalopatia)<sup>15</sup> seguida por sequelas neurológicas, fraqueza<sup>16,15</sup>, e Disartria<sup>10</sup>. O uso de plasmaferese se mostrou promissor na melhora das manifestações neurológicas decorrentes da SDO<sup>16</sup>. Em relação ao diagnóstico, a precocidade pode ser alcançada pela realização de ressonância magnética, reduzindo o risco de morbidade e mortalidade por SDO<sup>10</sup>. Foi observado que o diagnóstico é feito com maior precisão em pacientes que tiveram correção rápida do que em casos com correção lenta, evidenciando um viés clínico possivelmente associado à relação de causalidade da hipercorreção sódica com a SDO<sup>14</sup>.



Desse modo, o diagnóstico precoce, a prevenção dos fatores de riscos, a diminuição das condições subjacentes e a correção de sódio adequada colaboram para um bom prognóstico e para a diminuição de sequelas na Síndrome da Desmielinização Osmótica<sup>15,17</sup>.

## CONCLUSÃO

Pode-se concluir, pela revisão integrativa realizada, que a hiponatremia se configura como grave distúrbio hidroeletrólítico, frequentemente associado a disfunções neurológicas como a Síndrome da Desmielinização Osmótica (SDO). Apesar das variações clínicas, infere-se que pacientes cuja correção dos níveis séricos de sódio ocorre de modo lento e monitorado manifestam evolução mais favorável e menor risco de sequelas. Contudo, a hipercorreção ou correção inadequada, sobretudo em indivíduos com fatores de risco como alcoolismo, desnutrição e doenças hepáticas, favorece o desenvolvimento de SDO. Assim, protocolos adequados, diagnóstico precoce e tratamento apropriado são imprescindíveis para reduzir a morbimortalidade e melhorar o prognóstico.

## REFERÊNCIAS

1. Yu Z, Wang C. Osmotic demyelination syndrome: case report and literature retrospect. *Medicine*. 2024;103(51):e41031.[Internet].[Acessado em 07 set 2025]. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8178002/>
2. Chumacher K. Síndrome de desmielinização osmótica [Internet]. Campinas: dr pixel; 2017 [Acessado em 07 set 2025]. Disponível em: <https://drpixel.fcm.unicamp.br/conteudo/sindrome-de-desmielinizacao-osmotica>
3. Petter A, Ganguly S. Hiponatremia – conheça as causas, sintomas e tratamento! [Internet]. São Paulo: SBA; 2021 [Acessado 06 set 2025]. Disponível em: <https://www.sbaha.org/hiponatremia-conheca-as-causas-sintomas-e-tratamento/>
4. Anderson RJ. Hospital-associated hyponatremia. *Kidney Int*. 1986;29(6):1237-47. [citado 2025 set 2025]. Disponível em: [https://www.kidney-international.org/article/S0085-2538\(15\)33717-0/pdf](https://www.kidney-international.org/article/S0085-2538(15)33717-0/pdf)
5. Abreu F, Sousa FT, Prata MM. Hiponatremia: abordagem clínica e terapêutica. *Intern Med*. 2001;8(1):37-48. [Acessado 08 set 2025] Disponível em: [https://www.spmi.pt/revista/vol08/ch6\\_v8n1jan2001.pdf](https://www.spmi.pt/revista/vol08/ch6_v8n1jan2001.pdf)
6. Neto PG, Neri VC. Síndrome da desmielinização osmótica em paciente jovem, com hiponatremia e mau prognóstico. *Rev Cient Fac Med Campos*. 2007;2(2):30-6. [Acessado 08 set 2025]. Disponível em: <https://revista.fmc.br/ojs/index.php/RCFMC/article/view/154>
7. Germiniani FMB, et al. Mielinólise pontina central e extra-pontina em paciente alcoolista sem distúrbios hidro-eletrólíticos: relato de caso. *Arq Neuropsiquiatr*. 2002;60:1030-3. [Acessado 07 set 2025] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/mhbcZRPDMKkNCv3c3qfxhC/?format=html&lang=pt>
8. Brito AR, et al. Mielinólise pontina central e extrapontina: relato de caso com evolução catastrófica. *J Pediatr (Rio J)*. 2006;82:157-60. [Acessado 08 set 2025] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/5zr9vSbg4mT9D5xYRp79wKp/?format=html&lang=pt>
9. Seah ABH, et al. Evolving spectrum of movement disorders in extrapontine and central pontine myelinolysis. *Parkinsonism Relat Disord*. 2002;9(2):117-9. [Acessado 07 set 2025]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12473403/>
10. Anahi AA, Olynka VV, Rodolfo, RP, Toro-Cisneros, N. Pontine and Extrapontine Myelinolysis: Risk Factors and Characterization of Patients Diagnosed in Three Decades in a Tertiary Center. *Rev Invest Clin*. 2025;77(1):1-5. [Acessado 10 set. 2025]. DOI: 10.24875/RIC.24000213. PMID: 40048744. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40048744/>
11. Kheetan M, Ogu I, Shapiro JI, Khitan ZJ. Acute and Chronic Hyponatremia. *Frontiers in Medicine* [Internet]. 2021 Aug 3; [Acessado 10 set 2025]; 8:693738. doi:10.3389/fmed.2021.693738. Acesso em : <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8369240/>
12. Danyalian A, Heller D. Central Pontine Myelinolysis. *StatPearls* [Internet]. 2023 Aug 8; [Acessado 12 set 2025]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2023 Aug 8. PMID: 31869161. Acesso em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31869161/>
13. Nimodia D, Parihar P, Gaur S, Desale P, Mishra K. Consequences of Hyponatremia: Central Pontine and Extrapontine Myelinolysis in a Chronic Alcohol User. *Cureus* [Internet]. 2024 May 30; [Acessado 10 set 2025]; 16(5):e61360. DOI:10.7759/cureus.61360 Acesso em : <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11214653/>

14. Falhammar H, Franko MA, Lindh JD, Skov J, Mannheimer B. Neurologic and psychiatric disorders following correction of profound hyponatremia - A cohort study. *Eur J Intern Med.* Jun 2025 [Acesso 10 set 2025]. doi: 10.1016/j.ejim.2025.06.023. PMID: 40571552. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40571552/>
15. Fitts W, Vogel AC, Mateen FJ. The Changing Face of Osmotic Demyelination Syndrome: A Retrospective, Observational Cohort Study. *Neurol Clin Pract [Internet].* 2021 Aug; [Acesso 10 set 2025]; 11(4):304-310. DOI:10.1212/CPJ.0000000000000932 Acesso em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8382430/>
16. Sharif MW, Singh A, Enabi J, Karkee R, Sanivarapu R. Delayed Presentation of Osmotic Demyelination Syndrome Treated With Plasmapheresis. *Cureus [Internet].* 2023 Oct 20; [Acesso 10 set 2025]; 15(10):e47399. DOI:10.7759/cureus.47399 Acesso em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38021548/>
17. Ivanova NI, Tsaltla-Mladenov ME, Georgieva DK, Andonova SP. Central Pontine Myelinolysis as a Late Complication After Hyponatremia and COVID-19 Infection. *Cureus [Internet].* 2023 Feb; [Acesso 10 set 2025]; 15(2):e 35191. doi:10.7759/cureus.35191. Acesso em : <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10030256/>

## DO ESPAÇO AO CUIDADO: REFLEXÕES SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE

Walisson dos Santos Mourão<sup>1</sup>; Ennio Santos Barros<sup>2</sup>; Hanna Santos Alves<sup>3</sup>; Pollyane de Paula Santos<sup>3</sup>;

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS

<sup>3</sup>Universidade Federal do Maranhão - UFMA

E-mail: walissondosantismourao@gmail.com

## RESUMO

A delimitação geográfica e a atuação territorial na Atenção Primária à Saúde, costumam possibilitar a identificação de espaços prejudiciais para a saúde da população. O território ultrapassa uma extensão geométrica, sendo caracterizado por um perfil demográfico epidemiológico, social e político em permanente dinâmica. Por meio da Territorialização as equipes de saúde podem se organizar para ofertar o cuidado de forma mais equitativa e direcionado em função dos principais agravos e grupos populacionais. O objetivo desse trabalho foi apresentar alguns conceitos e considerações sobre o Território em Saúde e o processo de Territorialização. Conduziu-se por meio de um levantamento bibliográfico nas bases de dados Google Acadêmico, Lilacs e Scielo, e sites institucionais. O grande diferencial da Territorialização se faz no permitir o cuidado integral e continuado, tornando a saúde mais resolutiva e próxima das pessoas. Dessa forma a Territorialização se apresenta como um processo estratégico fundamental para a organização na Atenção Primária.

**Palavras-chave:** Território; Saúde; Atenção Primária.

## INTRODUÇÃO

Um território é o local onde ocorre a conexão entre a população e os serviços de saúde, é caracterizado por uma população que vive em espaço singular, que possui problemas e necessidades de saúde, dos quais, para serem resolvidos, precisam ser compreendidos pelos profissionais e gestores dos serviços de saúde. Reconhecer esse território é a premissa para a compreensão da população e dos problemas inerentes a saúde desta.

Mais do que um simples recorte geográfico, a Territorialização busca ressignificar o território como um lugar marcado pela dinâmica presente nas relações sociais, onde as desigualdades no acesso a saúde podem impactar diretamente na qualidade de vida. Permite que as equipes de saúde possam desenvolver diagnósticos situacionais para planejar e executarem atividades de forma efetiva, durante o processo de conhecimento do território<sup>1</sup>.

A Territorialização em saúde é um processo essencial no que tange a organização dos serviços e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse mecanismo favorece a identificação, análise e compreensão das especificidades de um território, levando em consideração suas características geográficas, demográficas, econômicas, epidemiológicas, sociais e culturais.

No contexto saúde, a territorialização, possibilita reconhecer as principais necessidades em saúde de uma população e que fatores influenciam diretamente no processo saúde-doença, facilitando assim o planejamento de intervenções. Logo, para se desenvolver um modelo de assistência pensado na necessidade local e na integralidade da atenção é necessário conhecer e as distintas relações sociais de um grupo, assim como identificar os atores sociais e sua relação com os espaços dentro de um território<sup>2</sup>.

Por meio da Territorialização e do planejamento a Atenção Primária a Saúde (APS) pode se organizar para ofertar o cuidado de forma mais equitativa e direcionado em função dos principais agravos e grupos populacionais, como também, para os atendimentos em casos de procura espontânea<sup>3</sup>. Dessa forma se consolida uma estratégia essencial para a ampliação da capacidade de respostas ao SUS e as expectativas da população assistida.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar alguns conceitos e considerações sobre o Território em Saúde e o processo de Territorialização na APS.

### METODOLOGIA

A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa do tipo descritiva e documental, na qual foi realizado o resgate dos conceitos, etapas e objetivos da Territorialização em Saúde.

Utilizou-se como fonte de pesquisa as plataformas digitais Google acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), empregando os descritores: "Atenção Primária em Saúde"; "Territorialização" e "Distrito Sanitário". Para além dessas, foi realizada consulta a bibliografia acadêmica no site do Ministério da saúde (MS). Incluiu-se artigos publicados em português e com os descritores mencionados, sem recorte temporal, excluindo-se aqueles com temáticas tangenciais.

Os resultados apresentados foram extraídos após leitura dos textos selecionados para os quais foram discutidos e coletados os principais aspectos que fundamentam os conceitos de Território e Territorialização em saúde, assim como sua aplicabilidade na APS. A pesquisa foi realizada em setembro de 2025.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A delimitação geográfica e a atuação territorial na APS, costumam possibilitar a identificação de espaços prejudiciais para a saúde da população. Por meio da APS é possível conhecer características dos indivíduos pertencentes a um território e através deste, devolver ações em saúde específicas a este público.

Inicialmente é necessário compreender algumas concepções e conceitos a respeito do território. Sabemos que o Brasil foi ocupado de modo desigual por pessoas e culturas diversas e que as transformações que ocorreram no território não foram harmônicas. Esse aspecto por muitas vezes levou o território a ser caracterizado por uma ideia de posse, domínio e poder ou divisões administrativas<sup>1</sup>. Esse viés destaca um efeito no processo de segregação espacial, que por sua vez marca as desigualdades e o enfraquecimento das relações sociais.

Com relação ao território em saúde, Gondim e Monken<sup>4</sup>, referem ser um lugar de entendimento do processo saúde- doença e que envolve relações sociais e culturais significativas. Ultrapassa uma extensão geométrica, sendo caracterizado por um perfil demográfico epidemiológico, social e político em permanente construção e reconstrução, ou seja, o território é vivo e dinâmico. Os autores enfatizam ainda que o território na APS tem definições políticas organizacionais que definem o processo de Regionalização, responsável pela estruturação dos Distritos Sanitários.

A APS utiliza a Estratégia Saúde da Família (ESF) conforme determina a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com intervenções por equipes multidisciplinares, baseado no vínculo com a população, assumindo a responsabilidade sanitária para o território correspondente a um determinado espaço<sup>3</sup>.

O município se divide em distritos de saúde, que possuem uma área de abrangência, cada uma se subdivide em microáreas, sendo esta assistida por um Agente Comunitário de Saúde (ACS), responsável por

no máximo 750 pessoas. Por fim a microárea se divide em moradias, que é o espaço de menor agregação social dentro desse contexto<sup>5</sup>.

O autor supracitado, refere que em saúde, os territórios podem ser: classificados em: território-distrito, que compreende um conjunto de pontos de atenção à saúde e uma população adscrita; território-área, corresponde à área de atuação de uma ou no máximo três equipes de saúde e território-microárea, que é uma subdivisão do território-área, correspondendo ao lugar de atuação de um ACS. Sendo, por este motivo, que se entende a Territorialização como a "razão de ser" dos territórios, conferindo-lhes existência por meio do equilíbrio entre as sociedades e a natureza.

É importante abrir um parêntese e destacar que há territórios sem cobertura pela ESF. Nestes casos, a definição dos limites que agrupam uma equipe, deve ser pensada cuidadosamente, evitando desigualdades sociais e entraves para o acesso aos serviços de saúde<sup>3</sup>.

Fazendo uma analogia à possível exclusão no território com as ideias de Paulo Freire<sup>6</sup> em que homens excluídos de um processo, vivem as margens da sociedade, neste caso os "marginalizados" seriam por uma questão estrutural, delineada pelos limites do território e o alcance da assistência à saúde. Logo, o território integra, mas divide; pode gerar acesso, mas exclui.

Nessa perspectiva, surge a Territorialização em Saúde como um processo de reconhecimento do território. Uma prática que facilita o reconhecimento do ambiente e das condições de vida e de saúde de uma determinada população, facilitando ainda mais a entrada aos serviços, bem como o fazer e refazer praticas pensadas no cotidiano das pessoas<sup>7</sup>.

Este é um conceito essencial no planejamento da oferta dos serviços de saúde, uma vez que se trata de um mecanismo para identificação, delimitação e conhecimento do território, onde habitam as populações que serão assistidas pela APS. Pode-se dizer que a Territorialização faz parte da coordenação do cuidado em saúde a partir do espaço onde as pessoas interagem e constroem as relações sócias<sup>1</sup>.

A Territorialização em saúde é a pratica de habitar e vivenciar um território e se faz como um instrumento para entender os contextos, atividades humanas e destas com a produção social da saúde. Inclui conhecer a população, assim como aquelas pessoas com maiores dificuldades em acessar os serviços de saúde. Esse olhar por parte dos profissionais de saúde da APS, contribui diretamente para o acesso avançado, que ainda é um dos grandes desafios no SUS<sup>7</sup>.

O autor mencionado afirma que a Territorialização parte da delimitação do território, seguido do mapeamento dos recursos existentes. O cadastro das famílias é indispensável pois ajuda a compreender e analisar os determinantes sociais da saúde como por exemplo a infraestrutura, condições sanitárias, renda, educação, situações de vulnerabilidade, entre outros aspectos. Esse diagnostico situacional ajuda no planejamento de ações e intervenções mais assertivas.

O grande diferencial da Territorialização se faz no permitir o cuidado integral e continuado, tornando a saúde mais resolutiva e próxima das pessoas, fortalecendo o vínculo dos profissionais com a população e impactando na participação social<sup>5</sup>. Os objetivos se traduzem em conhecer o perfil da população que se assiste, organizar a oferta dos serviços, levantar os riscos inerentes ao território e planejar as ações com base em evidencias reais e baseadas nas características encontradas<sup>7</sup>.

A Territorialização parte da análise de dados demográficos, epidemiológicos, socioeconômicos e socioambientais, bem como elementos que compõem o território e subsidiam o planejamento das equipes de saúde. Não se trata de uma técnica, mas de razão de ser e pertencer ao território de atuação<sup>1</sup>.

### CONCLUSÕES

A Territorialização em saúde se apresenta muito mais do que uma ferramenta técnica para organizar os serviços, compreende um processo dinâmico que permite vivenciar a realidade de uma população nos seus mais diversos aspectos. Na Atenção Primária à Saúde, essa prática assume um papel primordial pois dá sentido à organização das equipes, orienta a percepção de problemas e possibilita a formulação de estratégias adequadas a um determinado contexto.

É um instrumento que viabiliza o fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade e que favorece a corresponsabilização no cuidado, pois conceber o território como espaço de vida e não apenas de limites geográficos, é contribuir para a construção de diagnósticos e intervenções mais precisas, fundamentais para o enfrentamento dos problemas de saúde oriundos do território.

Dessa forma a Territorialização se apresenta como um processo estratégico fundamental para a organização na Atenção Primária, uma vez que fortalece o olhar para as reais necessidades em saúde de uma comunidade, ampliando a resolutividade das equipes. Ao integrar esse contexto, a equipe aumenta sua capacidade de consolidar-se com base essencial na garantia da saúde como um direito de todos e dever do Estado, pautada pela Universalidade, Integralidade e Equidade Social.

### REFERÊNCIAS

1. Colussi, CF; Pereira, KG. *Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica*. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Saúde Pública. Florianópolis: UFSC, 2016.
2. Brasil. Ministério da Saúde. *Territorialização em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
3. Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
4. Gondim, RP; Monken, M. **Territorialização em Saúde: processo de construção social e institucional de territórios vividos e definidos**. In: Miranda, AC. (org.). *Território, Ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
5. Mendes, EV. *As Redes de Atenção à Saúde*. Brasília: Organização Pan- Americana da Saúde, 2011.
6. Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
7. Zelak, A. *Territorialização da Atenção Primária a Saúde: análise e revisão narrativa da Política Nacional da Atenção Básica*, 2024. 243 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2024.

## APRENDIZADOS E DESAFIOS NO ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES COM HANSENÍASE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rikelmy Moreira Mendonça<sup>1</sup>; Ana Luiza Sousa Ricci<sup>1</sup>; Gabriella de Jesus Machado Santos<sup>1</sup>; Ludmilla Santos  
Silva de Mesquita<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão  
E-mail: rikelmy.mm18@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho relata a experiência vivenciada por estudantes de medicina durante estágio supervisionado em um ambulatório de hanseníase do Sistema Único de Saúde. A vivência permitiu observar como são feitos os diagnósticos e os desafios clínicos do manejo prolongado da hanseníase, a importância do seguimento regular e da vigilância de efeitos adversos. Foram aplicadas habilidades de escuta ativa, habilidades semiológicas no tratamento, observação crítica e discussão interprofissional com a equipe de saúde. A experiência possibilitou compreender o impacto do vínculo longitudinal no acompanhamento de doenças crônicas negligenciadas e reforçou a relevância de práticas supervisionadas no desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanísticas durante a formação médica.

**Palavras-chave:** hanseníase; formação médica; incapacidade física; toxicidade medicamentosa; atenção primária à saúde.

### INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, que apresenta predileção por pele e nervos periféricos, podendo gerar incapacidades físicas permanentes quando não diagnosticada e tratada precocemente<sup>1</sup>. A patologia apresenta duas formas de classificação, seguindo o número de lesões cutâneas, pode ser Paucibacilar - até 5 lesões ou Multibacilar - mais de 5 lesões<sup>6</sup>. Apesar de o Brasil ter avançado no enfrentamento da doença, ainda figura entre os países com maior número absoluto de casos novos por ano, o que evidencia a necessidade de aprendizagem de como fazer o diagnóstico e de fortalecer ações de vigilância e controle<sup>2</sup>.

O diagnóstico da hanseníase é essencialmente clínico-epidemiológico, baseado na identificação de lesões de pele com alteração de sensibilidade, espessamento de nervos periféricos e presença de bacilos em baciloscopia quando disponível<sup>2</sup>.

As incapacidades físicas representam o principal determinante de estigma social e exclusão vivenciados pelas pessoas com hanseníase, afetando sua qualidade de vida, inserção no mercado de trabalho e bem-estar psicossocial<sup>3</sup>. Nesse contexto, a detecção precoce de sinais de comprometimento neural e a adoção de medidas de prevenção de incapacidades são fundamentais, incluindo a avaliação rotineira do grau de incapacidade física e intervenções multiprofissionais.

O tratamento com poliquimioterapia (PQT) é eficaz e gratuito pelo Sistema Único de Saúde, mas pode cursar com reações adversas medicamentosas, como a toxicidade à dapsona, que exige reconhecimento precoce e manejo adequado para evitar desfechos graves<sup>4</sup>.

Na formação médica, a prática clínica da hanseníase ainda é abordada de forma muito restrita aos centros de referências, o que dificulta a aquisição de competências para diagnóstico, manejo de efeitos adversos e acolhimento do paciente de forma humanizada, visto que na dimensão profissional, poucos encontram-se capacitados para realizar o diagnóstico<sup>5</sup>. Sendo assim, o estágio supervisionado surge

como um espaço privilegiado de aprendizado, permitindo contato direto com os pacientes, inserção em equipes multiprofissionais e desenvolvimento de habilidades clínicas, éticas e comunicacionais. Logo, o presente estudo teve o objetivo de descrever a experiência acadêmica no acompanhamento ambulatorial de pacientes com hanseníase, enfatizando o ensino de práticas de tratamento como os testes neurológicos, acompanhamento de toxicidade medicamentosa, discutindo os desafios clínicos e formativos envolvidos.

### METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva, reflexiva e qualitativa, elaborado a partir das vivências de estudantes de medicina do 2º período durante estágio supervisionado realizado no mês de junho de 2025 em um ambulatório de referência para hanseníase localizado no município de Imperatriz-MA.

O serviço contava com equipe multiprofissional composta por médico infectologista, enfermeira e acadêmicos de medicina, realizando atendimentos clínicos, avaliação funcional, entrega de insumos e orientações de autocuidado. Logo, as atividades do estágio incluíam participação supervisionada nos atendimentos, discussão de casos clínicos e elaboração de planos de cuidados junto à equipe.

Na abordagem inicial de pacientes que receberam inesperadamente o diagnóstico de hanseníase, foram realizados um acolhimento humanizado, uma escuta ativa e explicações claras em linguagem acessível, evitando termos técnicos que pudessem gerar medo.

Para avaliação neurológica dos pacientes, foram usados os seguintes materiais: monofilamentos de náilon – conhecidos como “fios de náilon” – para verificar a sensibilidade tátil protetora em mãos e pés. Além disso, foi utilizado palhetas ou canudos descartáveis para avaliar a sensibilidade térmica (frio e quente), agulhas ou alfinetes descartáveis para sensibilidade dolorosa, canetas coloridas para preencher os prontuários, de acordo com o grau de severidade neuroepidérmica, régua e colheres para auxiliar no exame de acuidade visual, ocultando os olhos dos pacientes com esses objetos. Na avaliação estática, foi observado alterações como perda da sensibilidade, anestesia em áreas da pele e presença de manchas hipocrômicas ou eritematosas com bordas definidas. Já na avaliação dinâmica, foi identificado sinais de comprometimento motor, como fraqueza em músculos das mãos, pés caídos, retrações ou dificuldade de fechamento palpebral. Esses exames permitem detectar precocemente o comprometimento neural e prevenir incapacidades<sup>1</sup>.

As observações foram registradas em diário de campo, exigido pela instituição de ensino dos discentes, respeitando os princípios éticos da Resolução CNS nº 510/2016, que dispensa apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa para estudos baseados em experiências pessoais sem identificação de pacientes. Portanto, nenhuma informação sensível foi coletada, e todos os dados foram apresentados de forma anônima e não identificável.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o estágio, foi possível acompanhar diversos pacientes em tratamento multidrogoterápico, desde aqueles no início do diagnóstico até outros que apresentaram complicações ao longo do tratamento.

É importante tranquilizar o paciente, inicialmente, sobre a existência de tratamento eficaz e gratuito pelo SUS, reforçando que a hanseníase tem cura e que a adesão ao esquema terapêutico reduz o risco de sequelas e interrompe a transmissão. A comunicação deve considerar aspectos emocionais, reduzindo estigma e sentimentos de exclusão social. Estudos nacionais mostram que atitudes de empatia, acolhimento



e educação em saúde são determinantes para a adesão ao tratamento e para a superação do impacto inicial do diagnóstico<sup>2</sup>.

Em muitos casos há espessamento do nervo ulnar, perdas de sensibilidades nos membros superiores e inferiores, triquiase, perfuração de septos nasais, dificuldades na acuidade visual e deformações em garra digital em alguns pacientes. Tais alterações são observadas pelo uso dos materiais. (Figura 1 e 2)

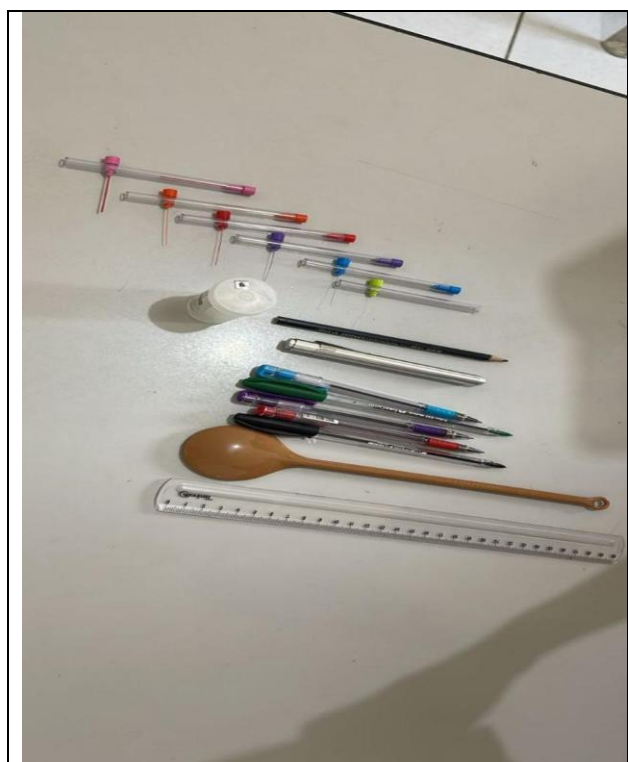


Figura 1. Materiais para avaliação neurológica.

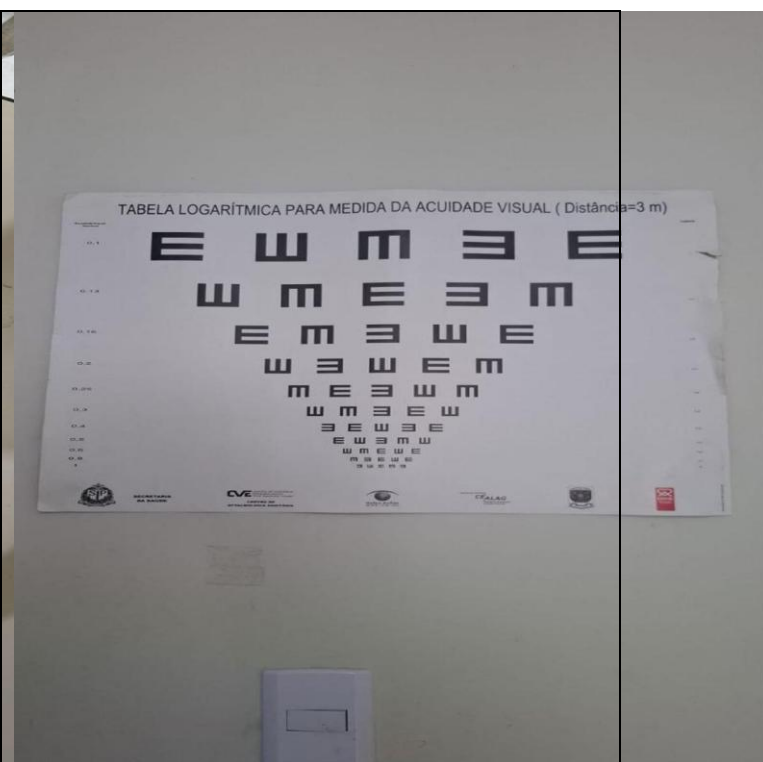


Figura 2. Tabela para acuidade visual.

Além das alterações físicas, o paciente pode apresentar cefaleia, fadiga e náuseas persistentes. Assim, faz-se necessária a avaliação de toxicidade à algum medicamento da poliquimioterapia, que precisa ser temporariamente suspensa com substituição por outro fármaco do esquema alternativo. O manejo é realizado de forma conjunta por médico, enfermagem e fisioterapia, com implementação de medidas de prevenção de incapacidades e orientações educativas.

Essa vivência permitiu compreender que, mesmo com boa adesão ao tratamento, os pacientes podem apresentar piora funcional e reações adversas, sendo essencial o monitoramento contínuo e criterioso e, principalmente, a prática das avaliações neurológicas antes, durante e depois do tratamento tanto por parte do médico quanto pela equipe multiprofissional.

Desse modo, a literatura aponta que o risco de incapacidades é maior nos primeiros anos de tratamento, sobretudo em pacientes com atraso diagnóstico ou formas multibacilares, como em alguns casos<sup>2,3</sup>. Além disso, algumas pessoas liberadas do tratamento por cura da hanseníase são suscetíveis à piora da deficiência física, especialmente aquelas que apresentaram complicações durante o tratamento com múltiplos medicamentos. Isso indica que pacientes com hanseníase devem ser monitorados periodicamente, mesmo após a conclusão bem-sucedida do tratamento com múltiplos medicamentos<sup>7</sup>.

Para os estudantes, participar das discussões clínicas e propor hipóteses diagnósticas junto à equipe favoreceu o desenvolvimento de raciocínio clínico, habilidades de escuta, práticas de exames físicos ligados

ao tratamento, como o teste neurológico e comunicação empática com o paciente. O trabalho interprofissional foi essencial para compreender que a atenção à hanseníase vai além da terapêutica medicamentosa, englobando reabilitação funcional, apoio psicossocial e fortalecimento do vínculo longitudinal com o serviço de saúde.

Essa experiência reforçou a importância de incluir mais atividades práticas sobre hanseníase na formação médica, contribuindo para reduzir lacunas de conhecimento e preparar profissionais para atuar de forma resolutiva e humanizada.

### CONCLUSÕES

Depreende-se dessa discussão que o estágio supervisionado no ambulatório de hanseníase proporciona uma experiência enriquecedora que integra conhecimento técnico-científico, habilidades clínicas e sensibilidade ética no cuidado a um paciente com doença crônica negligenciada.

Vivências como essa contribuem para a formação de médicos mais capacitados para atuar na atenção integral a pessoas com hanseníase, promovendo um cuidado mais qualificado, humanizado e centrado no paciente.

### AGRADECIMENTOS

À equipe multiprofissional do ambulatório de hanseníase de Imperatriz-MA, que proporcionou um ambiente de aprendizado colaborativo e acolhedor durante o estágio supervisionado.

### REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da hanseníase como problema de saúde pública. Brasília: MS; 2022.
2. Opromolla DVA, Lauris JRP. Hanseníase: diagnóstico e tratamento. *Rev Bras Clin Med*. 2016;14(3):150-157.
3. Souza EA, Ferreira AF. Formação médica e hanseníase: desafios e potencialidades. *Interface*. 2018;22(66):1221-1234.
4. Karim F, et al. Dapsone-induced hemolysis and methemoglobinemia in leprosy patients. *Lepr Rev*. 2006;77(3):200-206.
5. Cavalcante MDM, Larocca LM, Chaves MMN. Múltiplas dimensões da gestão do cuidado à hanseníase e os desafios para a eliminação. *Rev Esc Enferm USP [Internet]*. 2020 [cited 2025 Sep 19];54:e03649.
6. World Health Organization. Guidelines for the Diagnosis, Treatment and Prevention of Leprosy [Internet]. Geneva: WHO; 2018 [cited 2025 Sep 20]
7. dos Santos AR, Silva PRS, Steinmann P, Ignotti E. Disability progression among leprosy patients released from treatment: a survival analysis. *Infect Dis Poverty*. 2020;9:53. DOI:10.1186/s40249-020-00669-4.

## EFEITOS DA TOXINA BOTULÍNICA NO MANEJO MOTOR DE PACIENTES COM PARALISIA CEREBRAL

Giovanna Veloso Alves<sup>1</sup>; João Victor Pilati Gomes<sup>1</sup>; Isabelle Santana Gomes<sup>1</sup>; Maria Fernanda Araújo Amorim<sup>1</sup>; Kauê Soares Marinho<sup>1</sup>; Sylla Figueredo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Tocantins  
E-mail: velosogiovanna901@gmail.com

**RESUMO:**

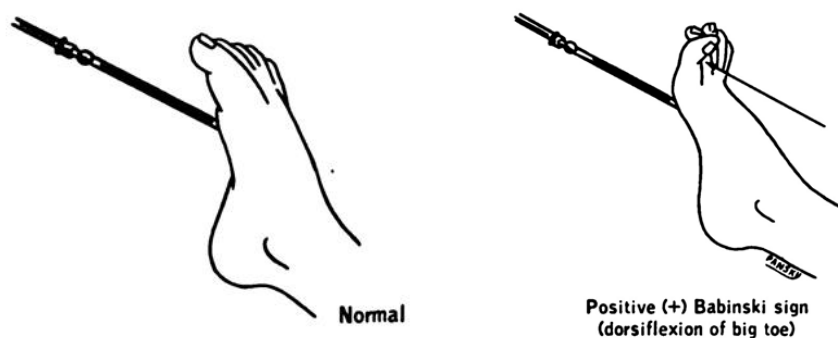
A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio neurológico associado à espasticidade, que limita a função motora. O objetivo deste resumo é destacar o uso da toxina botulínica tipo A (BoNT-A) no manejo dessa condição. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados Google Acadêmico e PubMed, utilizando descritores em português e inglês sobre Toxina Botulínica Tipo A e Paralisia Cerebral. Foram selecionados doze artigos publicados entre 2020 e 2025. Os resultados demonstram que a BoNT-A promove uma redução significativa da espasticidade, melhorando a função motora, a amplitude de movimento e o padrão de marcha. Esses benefícios são potencializados quando associados a terapias complementares, auxiliando na prevenção de contraturas musculares e deformidades ósseas, e até mesmo na redução de futuras cirurgias. No entanto, estudos também apontam para o risco de atrofia e redução do volume muscular, sugerindo que o tratamento deve ser gerenciado com cautela. Em conclusão, a BoNT-A, integrada a uma abordagem terapêutica multimodal, mostra-se uma ferramenta eficaz para aprimorar a mobilidade funcional e a qualidade de vida de pacientes com PC.

**Palavras-chave:** doenças cerebrais; espasticidade muscular; terapia combinada

**INTRODUÇÃO:**

A paralisia cerebral (PC) é um distúrbio neurológico de origem multifatorial, com incidência estimada em dois a três casos para cada mil nascidos vivos. Caracteriza-se por lesão cerebral que compromete o movimento, a postura e o equilíbrio, sendo os distúrbios motores classificados em espasticidade, discinesia, ataxia ou formas mistas<sup>1</sup>.

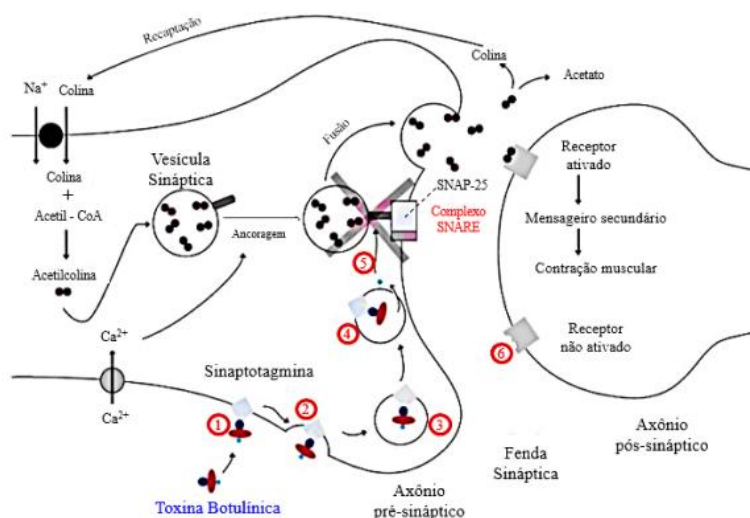
A espasticidade é uma condição neurológica que provoca um aumento anormal do tônus muscular, ou seja, uma rigidez excessiva. Esse quadro está diretamente relacionado a um exagero no reflexo de estiramento, além de ser acompanhado por fraqueza muscular, reflexos tendinosos profundos exacerbados e a manifestação de reflexos anormais, como o sinal de Babinski (figura 1)<sup>2</sup>. Além disso, a hipertonía, causada pela espasticidade, provoca uma contração muscular prolongada que reduz a capacidade dos músculos de se alongarem e prejudica seu crescimento. Esse encurtamento contínuo pode resultar em contraturas e deformidades ósseas, além de aumentar a rigidez nas articulações e nos músculos.



**Figura I.** Reflexo de Babinski Ben Pansky, Domínio Público. Adaptado de: Acharya AB, Jamil RT, Mathai JK<sup>4</sup>.

A partir disso, visando à melhoria na qualidade de vida de pessoas com PC, foram desenvolvidas diferentes formas terapêuticas, entre elas o uso da toxina botulínica tipo A (BoNT-A).

A injeção focal de BoNT-A é capaz de controlar a espasticidade ao bloquear a liberação de acetilcolina na junção neuromuscular, causando uma paralisia muscular temporária que reduz a espasticidade e melhora a função articular<sup>3</sup>. Essa intervenção, consequentemente, contribui para a melhora da qualidade de vida e da autonomia dos pacientes, principalmente ao ser associada com programas de fisioterapia (5). Desse modo, o presente resumo expandido objetiva destacar o uso da BoNT-A no manejo da espasticidade em crianças com PC e a importância de práticas terapêuticas associadas.



**Figura II.** Inibição da transmissão neuromuscular pela Toxina Botulínica. Adaptado de: Borges KR, 2023<sup>2</sup>.

#### METODOLOGIA:

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo e qualitativo. Para critérios de elegibilidade, utilizaram-se os descritores controlados (MeSH terms) "Toxinas Botulínicas Tipo A" e "Paralisia Cerebral" e seus correspondentes em inglês — "Botulinum Toxins, Type A" e "Cerebral Palsy", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR nas bases de dados Google Acadêmico e PubMed. Além disso, foram incluídos na filtragem artigos completos e gratuitos, em português e inglês, publicados entre 2020 e 2025. Para o levantamento bibliográfico, foram selecionados dois artigos na base de dados Google Acadêmico, dentre os cinquenta e cinco encontrados, e dez na PubMed, dentre os sessenta estudos encontrados.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

A partir da análise da literatura, o presente estudo demonstrou que a injeção focal de BoNT-A é uma estratégia eficaz no manejo da espasticidade em crianças com paralisia cerebral. O tratamento age ao bloquear a liberação de acetilcolina, o que resulta em uma paralisia muscular temporária que, por sua vez, reduz o tônus muscular e melhora a função articular<sup>6</sup>. Devido à natureza reversível da denervação química provocada pela BoNT-A, o efeito do tratamento é limitado no tempo, com duração típica de três a quatro meses<sup>7</sup>, sendo necessárias reaplicações periódicas.

Recomenda-se que o tratamento seja iniciado idealmente entre 2 e 5 anos de idade, para que a intervenção aproveite o desenvolvimento motor ainda dinâmico e os padrões de marcha flexíveis para alterar o curso da doença<sup>3</sup>.

Uma revisão de literatura e de ensaios clínicos com 846 crianças demonstrou que a BoNT-A é eficaz em reduzir o tônus muscular em membros superiores e inferiores. A terapia resultou em uma diminuição do tônus do punho em 5 de 6 ensaios e em melhora significativa do padrão da marcha em três ensaios de Classe I<sup>8</sup>.

Ademais, em outras pesquisas foi comprovado, por meio de uma abordagem integrada, os efeitos benéficos na patologia da marcha em crianças, além da redução da frequência de intervenções cirúrgicas e adiamento da necessidade de cirurgia, fator de suma importância, uma vez que os resultados da cirurgia precoce são menos previsíveis e apresentam maior risco de falha e recidiva<sup>9</sup>. Estudos mais recentes confirmam esses efeitos positivos na função motora bruta, indicando que crianças que recebem o tratamento integrado contínuo em tenra idade podem melhorar ou manter sua função motora em idades mais avançadas<sup>10</sup>.

Outro estudo investigou o impacto da BoNT-A no crescimento muscular de crianças com paralisia cerebral. Seis meses após as injeções, os pesquisadores observaram uma redução de 17% na área transversal do músculo gastrocnêmio, além de um aumento de 5% na sua ecogenicidade<sup>11</sup>. Embora não invalide os benefícios clínicos, este achado levanta uma preocupação significativa, pois o objetivo principal do tratamento com a toxina é melhorar a função motora e a qualidade de vida, e não reduzir o tamanho do músculo.

Apesar dos benefícios funcionais comprovados, estudos pioneiros em animais destacam a necessidade de investigar com precisão os efeitos negativos da toxina no músculo espástico. Entre eles, estão o aumento nos níveis de colágeno, que pode contribuir para rigidez e fibrose; e a atrofia e a alteração da massa muscular, que foram observadas tanto nos músculos injetados quanto em músculos próximos não tratados<sup>3</sup>.

De modo geral, as evidências sugerem que as injeções de toxina botulínica, quando associadas a outras modalidades de tratamento, como a fisioterapia e a terapia ocupacional, podem trazer benefícios duradouros. Essa abordagem combinada é capaz de manter ou melhorar a função motora em idades mais avançadas e reduzir ou adiar a necessidade de intervenções cirúrgicas<sup>13</sup>.

**CONCLUSÕES:**

Segundo a literatura, a BoNT-A configura-se como uma intervenção segura e eficaz para o manejo da espasticidade focal em crianças com paralisia cerebral, embora seus efeitos sejam transitórios. Sua aplicação demonstra potencial para melhorar parâmetros como amplitude de movimento articular, extensibilidade muscular, tônus e funcionalidade - tanto de marcha quanto de membros superiores - , ainda

que sejam relatados possíveis efeitos adversos e persista a necessidade de ampliação das evidências científicas. O uso clínico mostrou-se benéfico quando realizado de forma criteriosa e em conjunto com modalidades terapêuticas adjuvantes. No entanto, torna-se imperativa a realização de estudos futuros que explorem de maneira mais abrangente os impactos em longo prazo. Dessa forma, a relevância dessa abordagem ultrapassa a simples redução sintomática, uma vez que os ganhos funcionais obtidos podem refletir diretamente na qualidade de vida dos pacientes e de suas famílias.

#### AGRADECIMENTOS:

Este trabalho é dedicado à minha irmã, Letícia, cuja força e jornada com a paralisia cerebral foram a inspiração central para esta pesquisa. Agradeço a ela e à minha família, pelo apoio incondicional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Vitrikas K, Dalton H, Breish D. Cerebral Palsy: An Overview. *Am Fam Physician*. 2020;101(4):213–20
2. Borges KR. Uso da toxina botulínica tipo A no tratamento da espasticidade em crianças com paralisia cerebral: uma revisão da literatura [Trabalho de Conclusão de Curso]. Maceió (AL): Universidade Federal de Alagoas; 2023.
3. Kaya Keles CS, Ates F. Botulinum toxin intervention in cerebral palsy-induced spasticity management: projected and contradictory effects on skeletal muscles. *Toxins*. 2022;14(11):772. doi:10.3390/toxins14110772.
4. Acharya AB, Jamil RT, Mathai JK. Babinski reflex. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2024 Jan. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK519009/>. Acesso em: 11 set. 2025.
5. Gormley M, Chambers HG, Kim H, Leon J, Dimitrova R, Brin MF. Treatment of pediatric spasticity, including children with cerebral palsy, with Botox (onabotulinumtoxinA): development, insights, and impact. *Medicine*. 2023;102(S1):e32363. doi:10.1097/MD.00000000000032363.
6. Hedberg-Graff J, Granström F, Krumlinde-Sundholm L. Physical characteristics and upper-limb treatment with botulinum neurotoxin A in children with cerebral palsy: a population-based study. *Dev Med Child Neurol*. 2023;65(4):571-9. doi:10.1111/dmcn.15426.
7. Franzén M, Högglund G, Alriksson-Schmidt A. Treatment with Botulinum toxin A in a total population of children with cerebral palsy - a retrospective cohort registry study. *BMC Musculoskelet Disord*. 2017;18(1):520. doi:10.1186/s12891-017-1880-y.
8. Lukban MB, Rosales RL, Dressler D. Effectiveness of botulinum toxin A for upper and lower limb spasticity in children with cerebral palsy: a summary of evidence. *J Neural Transm (Vienna)*. 2009;116(3):319-31. doi:10.1007/s00702-008-0175-8.
9. Molenaers G, Van Campenhout A, Fagard K, De Cat J, Desloovere K. The use of botulinum toxin A in children with cerebral palsy, with a focus on the lower limb. *J Child Orthop*. 2010;4(3):183-195. doi:10.1007/s11832-010-0246-x
10. Peeters N, Papageorgiou E, Hanssen B, De Beukelaer N, Vandekerckhove I, Van Campenhout A, Ortibus E, Desloovere K. The Short-Term Impact of Botulinum Neurotoxin-A on Muscle Morphology and Gait in Children with Spastic Cerebral Palsy. *Toxins*. 2022;14(10):676. doi:10.3390/toxins14100676.
11. De Beukelaer N, Weide G, Huyghe E, et al. Reduced Cross-Sectional Muscle Growth Six Months after Botulinum Toxin Type-A Injection in Children with Spastic Cerebral Palsy. *Toxins (Basel)*. 2022;14(2):139. Published 2022 Feb 14. doi:10.3390/toxins14020139
12. Ayala L, Winter S, Byrne R, et al. Assessments and Interventions for Spasticity in Infants With or at High Risk for Cerebral Palsy: A Systematic Review. *Pediatr Neurol*. 2021;118:72-90. doi:10.1016/j.pediatrneurol.2020.10.014

## EVOLUÇÃO DAS FORMAS CLÍNICAS DA HANSENÍASE NO BRASIL COM ÊNFASE NOS ESTADOS DO MARANHÃO E TOCANTINS: UMA RELAÇÃO ENTRE ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA DA COVID-19

Júlia Leitão Neves Azevedo<sup>1</sup>, Guilherme de Almeida Silveira<sup>1</sup>, Wellyson da Cunha Araújo Firmo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

E-mail: julialna0683@gmail.com

### RESUMO

A hanseníase é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, caracterizada por lesões cutâneas e comprometimento de nervos periféricos. Este estudo teve como objetivo analisar a distribuição das formas clínicas tuberculóide, dimorfa e virchowiana no Brasil com ênfase nos estados do Maranhão e Tocantins entre 2018 e 2024, considerando os períodos pré-pandemia (2018–2019), pandemia (2020–2021) e pós-pandemia (2022–2024). Foram utilizados dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). No período analisado, o Brasil notificou 19.743 casos da forma tuberculóide, 108.327 da dimorfa e 36.074 da virchowiana. O Maranhão apresentou 2.193 casos tuberculóides, 14.809 dimorfos e 3.399 virchowianos, enquanto o Tocantins notificou 514, 6.298 e 1.081 casos, respectivamente. Observou-se queda expressiva das notificações em 2020-2021, coincidente com a pandemia da COVID-19, seguida de crescimento a partir de 2022. A forma dimorfa foi predominante em todos os cenários, seguida pela virchowiana e tuberculóide. Os achados reforçam o impacto da pandemia da COVID-19 na vigilância e a necessidade de estratégias permanentes para detecção precoce e tratamento da hanseníase.

**Palavras-chave:** Doenças Negligenciadas; Epidemiologia; Infecções Bacterianas; Saúde Pública.

### INTRODUÇÃO

A hanseníase, doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, permanece um problema de saúde pública no Brasil, que ocupa posição de destaque mundial em número de casos. Suas manifestações clínicas variam conforme a resposta imune do hospedeiro, sendo classificadas em tuberculóide, dimorfa e virchowiana. Apesar de estratégias de eliminação, o Brasil, especialmente os estados do Maranhão e Tocantins, mantém elevada carga da doença, associada a vulnerabilidades socioeconômicas e limitações de acesso à saúde (3,4).

A pandemia da COVID-19 impactou profundamente os sistemas de vigilância epidemiológica, levando à subnotificação de agravos crônicos e negligenciados, como a hanseníase (1,2). Nesse contexto, este estudo buscou analisar a distribuição das formas clínicas tuberculóide, dimorfa e virchowiana no Brasil com ênfase nos estados do Maranhão e Tocantins entre 2018 e 2024, considerando os períodos pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia.

### METODOLOGIA

Trata-se de estudo ecológico retrospectivo, com dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) referentes a 2018-2024. Foram incluídos todos os casos notificados no Brasil e especificamente nos estados do Maranhão e Tocantins. As variáveis analisadas foram: ano de notificação, estado de residência e forma clínica (tuberculóide, dimorfa, virchowiana). Para análise temporal, os dados foram agrupados em três períodos: pré-pandemia (2018-2019), pandemia (2020-2021) e pós-pandemia (2022-2024).

A análise foi descritiva, utilizando frequências absolutas, gráficos da série temporal e comparações entre estados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, entre 2018 e 2024, foram notificados 164.144 casos: 19.743 tuberculóides (12%), 108.327 dimorfos (66%) e 36.074 virchowianos (22%). No Maranhão, registraram-se 20.401 casos, com predominância da forma dimorfa (14.809; 72,6%), seguida da virchowiana (3.399; 16,6%) e da tuberculóide (2.193; 10,7%). Já o Tocantins notificou 7.893 casos, também com predominância da dimorfa (6.298; 79,8%), seguida da virchowiana (1.081; 13,7%) e da tuberculóide (514; 6,5%).

Em todos os cenários, observou-se redução expressiva nas notificações em 2020-2021, período coincidente com a pandemia, e aumento progressivo a partir de 2022. Esse padrão sugere subnotificação relacionada à redução do acesso a serviços de saúde e suspensão de campanhas de detecção ativa (1,2). Os resultados confirmam a predominância da forma dimorfa, achado consistente com padrões nacionais já descritos (3,4).

O Maranhão apresentou maior número absoluto de casos que o Tocantins, refletindo tanto diferenças populacionais quanto desigualdades no acesso a serviços de saúde. A persistência da forma virchowiana, altamente bacilífera, indica risco contínuo de transmissão comunitária, reforçando a necessidade de diagnóstico precoce.

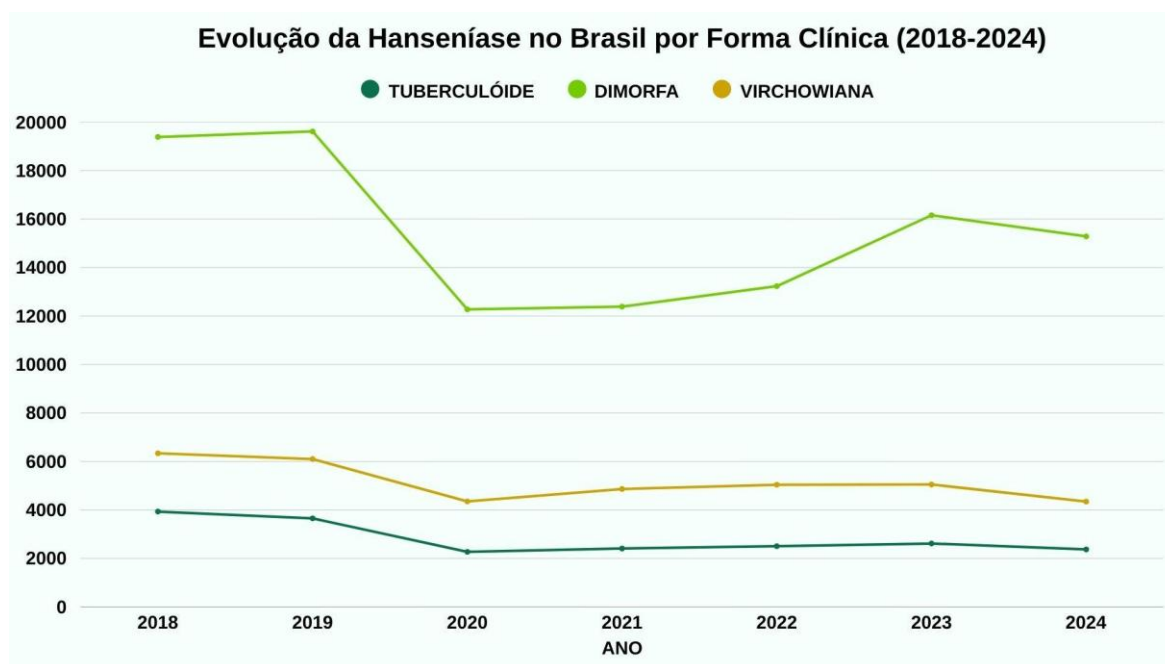


Gráfico 1. Distribuição dos casos e formas clínicas da Hanseníase no Brasil entre 2018-2024.



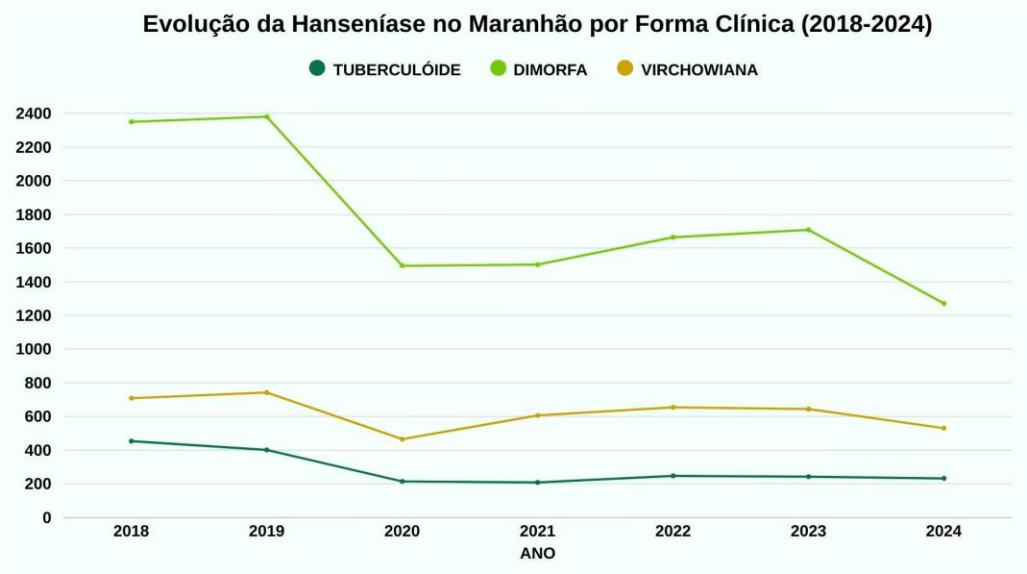


Gráfico 2. Distribuição dos casos e formas clínicas da Hanseníase no Maranhão entre 2018-2024.

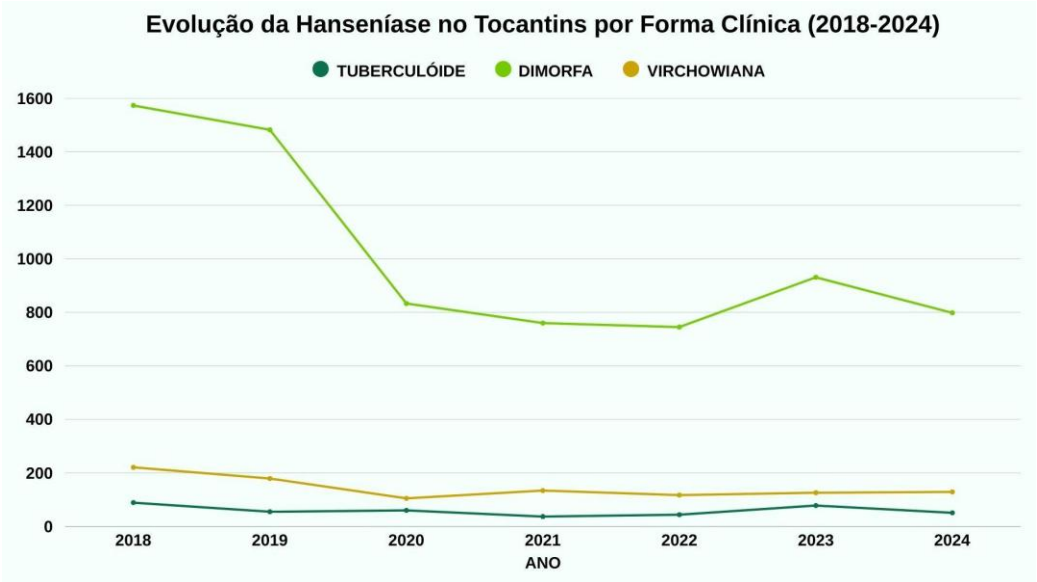


Gráfico 3. Distribuição dos casos e formas clínicas da Hanseníase no Tocantins entre 2018-2024.

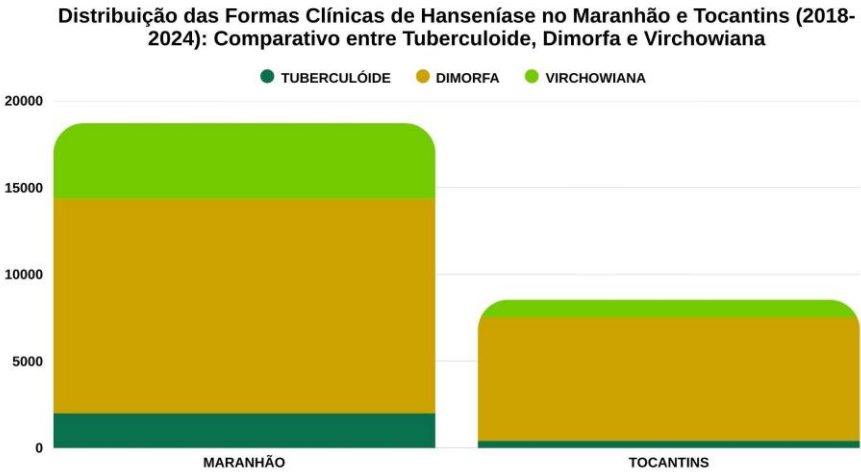


Gráfico 4. Distribuição e comparação das formas clínicas da Hanseníase nos estados do Maranhão e Tocantins entre 2018-2024.

**CONCLUSÕES**

O estudo evidenciou a predominância da forma dimorfa no Brasil, assim como especificamente nos estados do Maranhão e Tocantins entre 2018 e 2024, seguida pela virchowiana e tuberculóide. Houve redução significativa das notificações durante a pandemia da COVID-19, seguida de recuperação posterior. Esses achados reforçam a importância da manutenção de estratégias de detecção precoce, vigilância contínua e cuidado integral, mesmo em contextos de crises sanitárias, visando evitar atrasos diagnósticos e incapacidades associadas à hanseníase.

**REFERÊNCIAS**

1. Oliveira MLW, Diniz LM, Ferreira AF, et al. Impacto da pandemia de COVID-19 sobre a hanseníase no Brasil: análise de tendências de notificação. *Rev Saude Publica.* 2022;56:123-31.
2. Penna GO, Buhner-Sékula S, Kerr L, Stefani MMA, Rodrigues LC. Leprosy control and COVID-19 in Brazil. *Lepr Rev.* 2021;92(4):397-400.
3. Ministério da Saúde (BR). Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Hanseníase: situação epidemiológica. Brasília: MS; 2023.
4. World Health Organization. Global leprosy (Hansen disease) update, 2023. *Wkly Epidemiol Rec.* 2024;99(36):421-36.

**Panorama decenal da leishmaniose visceral no Tocantins**

Leonardo Lima Torres<sup>1</sup>; Ian Lucas Lúcio de Sousa<sup>1</sup>; Luciana Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Região Tocantins do Maranhão

E-mail: leonardolima44004@gmail.com

A leishmaniose visceral é uma zoonose que continua a representar um importante problema de saúde pública no Brasil. Este estudo teve como objetivo analisar a situação epidemiológica das internações e óbitos por leishmaniose visceral no estado do Tocantins, com ênfase no município de Augustinópolis, no período de 2014 a 2024. Trata-se de um estudo ecológico de caráter descritivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS/TABNET). Foram analisados os registros de leishmaniose visceral e as internações hospitalares associadas à doença, considerando o estado do Tocantins e, de forma detalhada, o município de Augustinópolis. No período estudado, foram registrados 99 óbitos no Tocantins, sendo 21 em Augustinópolis, indicando que o município concentra um número expressivo de casos e evidencia vulnerabilidade epidemiológica local. Observou-se ainda a manutenção das internações ao longo da década, revelando a persistência da transmissão e as dificuldades no controle da doença. O panorama decenal demonstra que a leishmaniose visceral permanece como desafio para os serviços de saúde, reforçando a necessidade de intensificação das ações de vigilância epidemiológica, prevenção e diagnóstico precoce, sobretudo em áreas de maior risco, visando reduzir a mortalidade e minimizar os impactos sobre a saúde pública.

**Palavras-chave:** Leishmaniose Visceral. Zoonoses. Epidemiologia. Doenças Tropicais Negligenciadas.